



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

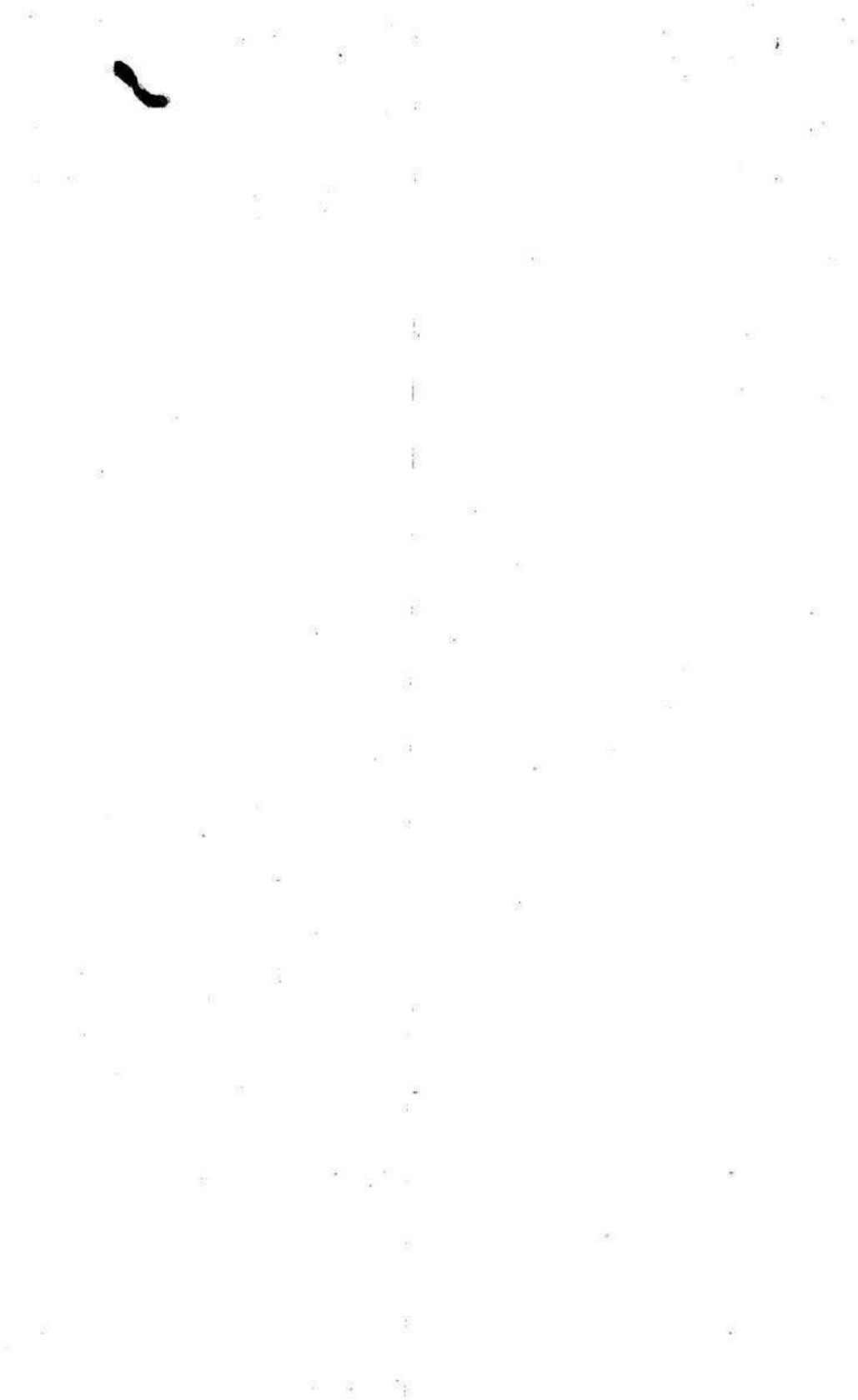
---

DA REPÚBLICA

Inventariado sob o n.º  
P.R. 25121

## A Nova Política do Brasil







C  
GETULIO VARGAS

*A NOVA POLÍTICA  
DO BRASIL*

III

A Realidade Nacional em 1933

Retrospecto das realizações  
do Govêrno, em 1934

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA  
Rua do Ouvidor, 110  
RIO DE JANEIRO

Desta obra foram tirados, fóra de comércio, vinte e cinco exemplares em papel Fabriano, numerados de I a XXV, e setenta e cinco exemplares em papel Vergé, numerados de 26 a 100, todos assinados pelo autor.



# Índice

1945

1946



Mensagem lida perante a Assembléa Nacional  
Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de  
novembro de 1933 ..... 15

A terceira Constituinte — A lição do passado — Advento do regime republicano — Revolução de 1930 — Reorganização política — Reforma eleitoral — O Estado moderno — Justiça e legislação — Representação de classes — Ordem pública — Economia e finanças — A herança recebida — Os objetivos da Revolução — A ação do Governo Provisório — O exercício de 1932 — O exercício de 1933 — Atrazados comerciais — Descoberto do Banco do Brasil — Outras operações e providencias — Compromissos externos — O problema do café — Situação atual — Administração e finanças dos Estados — Relações exteriores — Reformas de serviços — Intercâmbio comercial — Política continental — A presença do Presidente da Nação Argentina no Brasil — Demarcação de fronteiras — Visitas de altas personalidades — Fôrças armadas — Exército — Marinha — Viação e obras públicas — Estradas de ferro — Construções ferroviárias — Central do Brasil — Estradas de rodagem — Portos e tráfego marítimo — Navegação fluvial — Marinha mercante — Navegação aérea — Correios e telégrafos — Obras contra as sêcas — Agricultura e produção nacional — Os serviços do Ministério da Agricultura — A reforma iniciada e a sua finalidade — A atividade do Ministério em 1931-1932 — Educação e Saúde Pública — Ensino primário — Ensino secundário e superior — Saúde Pública — Atividade da nova Secretaria — Trabalho, indústria e comércio — Organização do trabalho e assistência social — Nacionalização do trabalho — Sindicalização — Relações entre empregados e empregadores — Iniciativas complementares — Povoamento e localização de trabalhadores — Instituições de previdência — Atividade industrial e comercial — Peroração.

A ação do Governo Provisório em prol do Exército 163

O maior empenho do Governo Provisório no aproveitamento e estímulo das energias novas e na rigorosa seleção da competência e da capacidade profissional — A anistia decretada para integrar em suas funções

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

um pugilo de homens idealistas, castigados pela intrepidez da sua fé intemerata nos destinos do Brasil — Instrução secundária e profissional — Organizações novas — Vantagens individuais justificadas — No domínio material — No domínio orgânico.

### A ação do Governo Provisório em prol da Marinha 171

A escola do mar é a grande mestra da disciplina — Recapitulação da obra realizada pelo Governo Provisório em benefício da Armada — Os atos de hoje: início, na ilha de Villegaignon, da construção da Escola Naval — Inauguração das novas oficinas da Diretoria do Armamento. Assinatura do contrato para a construção da flotilha de contra-torpedeiros.

### A lingua vínculo das relações luso-brasileiras .... 181

O índice da civilização, no Brasil, transcende o tipo do Estado europeu — Temos quasi uma projeção continental — O laço profundo e duradouro que nos liga a Portugal.

### O cinema nacional elemento de aproximação dos habitantes do país ..... 187

O primeiro dever do Estado é sanear a terra, polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão, adaptando-o ás necessidades do seu habitat — O cinema como elemento de cultura — Os imperativos da vida contemporânea e as representações da tela sonora — O cinema aproximando os núcleos humanos — O cinema como livro das imagens luminosas.

### O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório ..... 195

O programa da Aliança Liberal — A obra do Governo Provisório — Quadro sinótico da legislação orgânica de 1930 a 1934 — Ministério da Justiça — Ministério da Fazenda — Ministério das Relações Exteriores — Ministério da Guerra — Ministério da Marinha — Ministério da Agricultura — Ministério da Educação e Saúde Pública — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Os empreendimentos do Governo Provisório — A eleição presidencial pela Assembléia Constituinte.

## ÍNDICE

- Oração ao povo argentino ..... 253
- Saudação ao povo argentino — O 9 de Julho e o patrimônio político da América.
- A Imprensa e a Revolução de 1930 ..... 259
- A imprensa e a cultura popular — A profissão do jornalista confina com o exercício de um sacerdócio
- A reorganização financeira dos Estados e Municípios e o esquema das dívidas externas ..... 265
- A dívida externa da União e dos Estados em 1930 — A análise nos balanços financeiros das unidades federativas, primeiro passo no caminho da reorganização administrativa do Brasil.
- A secular amizade uruguaio-brasileira ..... 275
- O mais belo e generoso símbolo de concórdia entre Urugual e Brasil é o exemplo de nossas fronteiras geográficas onde as cidades brasileiras se articulam com as uruguaias confundindo-se e interpenetrando-se.
- A união sagrada dos brasileiros ..... 283
- A formação do Brasil e as virtudes da raça que se levanta neste rincão do planeta — Quatro séculos de energia perseverante — O sentimento nacional desde as batalhas dos Guararapes — O ideal da Independência — O grande domínio que herdámos de nossos maiores — A unidade brasileira como dogma inviolável.
- O Rotary Club do Brasil e a comunhão internacional 291
- A comunhão internacional — O futuro promissor da nacionalidade brasileira — O Rio de Janeiro ha cem anos passados — O Brasil aberto à colaboração de todos os povos.
- A cooperação da Associação Comercial do Rio de Janeiro com os poderes públicos ..... 299
- O intercâmbio das riquezas e das utilidades — A Associação Comercial do Rio de Janeiro e suas beneme-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

rências — A doação ao Governo do Colégio Militar, terreno e dependências.

### A Igreja e a tradição cristã do povo brasileiro ... 305

As relações de inalterável amizade entre o Brasil e a Santa Sé — A ação eficiente, perseverante e benemerita da Igreja na fundação de nossas cidades.

Mensagem lida perante a  
Assembléia Nacional Consti-  
tuinte, no ato de sua instala-  
ção, em 15 de Novembro  
de 1933



## SUMÁRIO

A terceira Constituinte — A lição do passado — Advento do regime republicano — Revolução de 1930 — Reorganização política — Reforma eleitoral — O Estado moderno — Justiça e legislação — Representação de classes — Ordem pública — Economia e finanças — A herança recebida — Os objetivos da Revolução — A ação do Governo Provisório — O exercício de 1932 — O exercício de 1933 — Atrazados comerciais — Descoberto do Banco do Brasil — Outras operações e providencias — Compromissos externos — O problema do café — Situação atual — Administração e finanças dos Estados — Relações exteriores — Reformas de serviços — Intercâmbio comercial — Política continental — A presença do Presidente da Nação Argentina no Brasil — Demarcação de fronteiras — Visitas de altas personalidades — Fôrças armadas — Exército — Marinha — Viação e obras públicas — Estradas de ferro — Construções ferroviárias — Central do Brasil — Estradas de rodagem — Portos e tráfego marítimo — Navegação fluvial — Marinha mercante — Navegação aérea — Correios e telégrafos — Obras contra as sêcas — Agricultura e produção nacional — Os serviços do Ministério da Agricultura — A reforma iniciada e a sua finalidade — A atividade do Ministério em 1931-1932 — Educação e Saúde Pública — Ensino primario — Ensino secundário e superior — Saúde Pública — Atividade da nova Secretaria — Trabalho, indústria e comércio — Organização do trabalho e assistência social — Nacionalização do trabalho — Sindicalização — Relações entre empregados e empregadores — Iniciativas complementares — Povoamento e localização de trabalhadores — Instituições de previdência — Atividade industrial e comercial — Peroração.



Comparecendo à solene instalação da Assembléa Nacional Constituinte e em presença dos legitimos representantes do povo brasileiro, aproveito tão excepcional oportunidade para dirigir-me à Nação e prestar-lhe contas dos meus atos como Chefe do Govêrno Provisório instituído pela Revolução triunfante em outubro de 1930.

Convocados para dar ao país novas instituições, tereis bem avaliado a soma de responsabilidades impostas pela magna tarefa que vos cabe realizar. Para levá-la a bom termo, contaís certamente com abundantes reservas de patriotismo e auscultareis, atentos, as exigências do momento nacional, sem esquecer as lições da nossa experiência política.

A alta significação do acontecimento de que participais ressalta, de modo evidente, ao lembrarmos ser esta, no decurso de mais de um século, a terceira Constituinte chamada a assentar os fundamentos legais para a vida e o Govêrno da Nação Brasileira.

O exame do nosso passado político, feito com serena imparcialidade, oferece ensinamentos preciosos que não devemos desprezar.

### A lição do passado

Os povos, como os indivíduos, jamais conseguem realizar integralmente as suas aspirações. Na ânsia por atingir o melhor e o mais perfeito, consagram-se a experiências em que o ideal só é alcançado aproximativamente, através de lutas repetidas e ingentes.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Estudando o processo da formação política do Brasil, duas tendências se apresentam, persistentes e definidas, emergindo da época colonial para as pugnas emancipadoras: a federação e o governo representativo.

As condições em que se iniciou e desenvolveu a nossa colonização estoçaram desde logo essas tendências. Num vastíssimo território de litoral também vastíssimo, disseminaram-se núcleos de povoadores, quasi isolados entre si e da metrópole. Para se organizarem e desenvolverem, num meio desconhecido e hostil, precisavam prover as próprias necessidades de economia e defesa. Esses núcleos evoluíram espontâneamente para a autonomia e acabaram creando para si um governo de certo modo original, cuja forma definida e precisa vamos encontrar no funcionamento das câmaras municipais, que administravam, ditavam leis, proviam a justiça e chegaram, com o tempo, a entender-se umas com as outras e, às vezes, diretamente com a metrópole, sôbre assuntos de interesse público local ou da colônia.

Não admira, portanto, que, proclamada a Independência, consolidando uma situação de fato, viessem refletir-se no seio da nossa primeira Constituinte anseios declarados e persistentes pela implantação de um governo de forma democrática e federativa.

O ato político da nossa emancipação colocou, por fatalidade histórica, nas mãos de um príncipe estrangeiro, os destinos do Brasil, operando-se uma espécie de enxertia dinástica, cujos interesses haviam, fatalmente, de colidir com as aspirações nativistas, já orientadas no sentido liberal e de franca descentralização.

O conflito verificou-se logo de início, quando a Constituinte delineou, dentro daquela orientação, a estrutura institucional do país. Dissolvida intempestiva e violentamente,

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

tamente, num ato de inequívoca reação às suas tendências, a Constituição outorgada impôs a forma unitária e retirou da Câmara, pela criação do Poder Moderador, o contróle do Governo, enfeixando-o nas mãos do Imperador.

Estava aberto o dissídio, cujo desfêcho foi o movimento reivindicador de 7 de abril de 1831, verdadeiramente admirável como demonstração da vitalidade de uma consciência nacional e que deveria ter produzido, com a abdicação, todas as consequências políticas que a Independência frustrara.

Estabelecida a Regência, reacenderam-se as agitações em prol do ideal federativo, refletindo a crise da formação política do país. O Ato Adicional, que modificou o regime unitário da Constituição de 1824, não foi mais do que uma concessão ao federalismo, criando as Assembléias e aumentando as atribuições dos presidentes das províncias, extinguindo o Conselho de Estado e retirando da Regência a faculdade de dissolver a Câmara.

Dentro da lógica dos acontecimentos e de acôrdo com o nesso passado histórico, o movimento de 7 de abril, com antecedentes claramente orientados, deveria ter realizado, no mínimo de efeito, o Império federativo; o Ato Adicional condescendeu, apenas, com os pendores de descentralização, burlando-os com disposições contemporiadoras. Sob o aspecto político, pode êle ser considerado, por isso, como um segundo desvio do movimento emancipador, que nos teria dado a República, se não ocorresse a transplantação da dinastia bragantina, com a qual fizemos a Independência.

As lutas desencadeadas durante o período regencial não tiveram o carater generalizado de simples motins; contrariamente, além de revelarem espírito cívico vigilante e combativo, traduziram, quasi todas, o impulso de um movimento de idéias, expressando aspirações popu-

lares, que não haviam conseguido enquadrar-se na organização política dada ao país.

Com a sua formação eletiva e temporária, a Regência, tão agitada e discutida nos seus atos, mais se aproximava de um Governo de molde republicano que propriamente monárquico. Explica-se, assim, em grande parte, a crise da sua estabilidade: contra ela investiam, mais do que as correntes extremistas em rebelião, para assimilá-la, os interesses da dinastia incipiente, procurando empolgá-la para manter e garantir o estado de coisas creado em 1822. O golpe da Maioridade, antecipada, caracterizando um expediente político, foi a solução encontrada para evitar o prolongamento do dissídio que, ameaçando em primeiro plano o regime monárquico, parecia capaz de quebrar a unidade nacional.

Vista à distância e a-pesar-da mediania das realizações, a década regencial constituiu admirável afirmação de vitalidade cívica, marcando distintamente uma época da história política do Brasil.

É corrente afirmar-se que a consolidação das instituições monárquicas, resultante da Maioridade, obstou o desmembramento da Nação e o advento do "caudilhismo". Evidentemente, a vitória do Centro e, portanto, do poder monárquico, muito concorreu para manter e fortalecer a unidade nacional. Contudo, não é de rigorosa lógica concluir que, generalizado e triunfante algum dos movimentos de caráter regional e de tendências federalistas e até republicanas, fosse o país, inevitavelmente, arrastado, como consequência imperiosa, à desagregação. Tornados nacionais e unânimes, poderiam garantir da mesma maneira a integridade da Pátria, sacrificando, embora, a continuidade do Império.

Saindo da Maioridade, vencida a revolução liberal de 1842, encerrado o decênio farroupilha e sufocada a

insurreição praieira, o Império estabilizou-se num longo período de apaziguamento interior e de prestígio internacional.

Esse período foi absorvido pela experiência do regime parlamentar, que nunca se praticou realmente, pela falta de uma opinião pública organizada e preponderante, capaz de exercer a representação com consciência e vontade livre. Supria-a artificialmente a interferência do Poder Moderador nas mãos do Imperante, provocando as crises políticas a seu alvedrio, a queda dos ministérios e, conseqüentemente, a substituição dos partidos no poder.

O progresso da nação, nesses cinquenta anos de tranquilidade, não foi fruto exclusivo do regime, como procuram fazer crer alguns historiadores do tempo. Avançamos no terreno das realizações materiais, porque as forças creadoras da nação nos impeliam para a frente, e por ser condição de vitalidade inerente aos povos jovens, ricos em recursos naturais inexplorados, progredir, ainda quando mal governados ou dirigidos.

Enquanto a vida política do país se ajustava, desajeitadamente, a um modelo copiado, marchando e contramarchando ao ritmo do rotativismo fictício dos partidos desavindos em tórno da côroa, continuaram a agitar-se subterrâneamente as aspirações recalcadas da nacionalidade. A ação pessoal do Imperador, temperamento patriarcal e comedido no uso do poder, influiu, sobremaneira, no prolongamento do regime, subtraindo-o aos choques violentos com a opinião e condicionando-lhe a duração à da existência do Imperante. A decadência das instituições monárquicas era tão evidente, nos últimos anos, que generalizara a convicção de que não sobreviveriam à pessoa do monarca, impossibilitando, natural e fatalmente, o advento do terceiro reinado.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

A-pesar-de meio século de paz interna e das adaptações políticas experimentadas, o país não recebera ainda uma organização completa e eficiente, capaz de dar rumo definitivo e propício à expansão das energias nacionais. A administração pública desenvolvia-se no sentido burocrático, baseada no processo simplista de arrecadar para gastar, por vezes, improdutivamente. A economia da Nação, desenvolvida à margem da influência do Estado, tinha com êle apenas o contacto da aparelhagem fiscal, mais ou menos absorvente, conforme as exigências das suas finanças, quasi sempre deficitárias. Socialmente, não se cogitara de valorizar o homem, nem como entidade política, nem como fator econômico. Oferecíamos o espetáculo de uma minoria embebida de cultura humanista, fazendo política à européia, vivendo reflexamente a vida dos grandes centros de civilização, em contraste com a massa ignorante das populações rurais e urbanas.

O problema da escravatura, encerrando o da organização do trabalho, fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, não teve a solução que mais convinha. Retardada, procrastinada, erigida em ponto nevrálgico da existência do regime, atuou até como fator de perturbação pela forma brusca e pelo ambiente de exaltação política em que se operou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

A campanha abolicionista foi, indiscutivelmente, um dos nossos grandes movimentos de opinião. Empolgou totalmente o país numa solidariedade admirável de todas as suas forças espirituais. Vitoriosa, os resultados surpreenderam, entretanto, aos seus próprios paladinos. Os centros produtores, principalmente os da exploração agrícola, caíram em colapso, ante a desordem e o êxodo das massas trabalhadoras, entregues repentinamente à inexperiência da liberdade. Dominados pela idéia generosa,

os pro-homens do abolicionismo não haviam cogitado sequer do que convinha e cumpria fazer dos escravos libertados.

Se o problema do trabalho escravo teve solução, ainda que defeituosa e tardia, o mesmo não aconteceu com o da educação popular, quasi completamente esquecida, até no seu aspecto mais elementar, o ensino primário. No projeto de Constituição de 1823, fôra êle encarado de frente e praticamente, estabelecendo-se a criação obrigatória de aulas públicas nos termos, e liceus nas sedes de todas as comarcas. A Constituição outorgada eliminou, porém, essa sábia disposição, que, adotada e cumprida, teria, pelo menos, evitado os males do analfabetismo.

Em resumo, o Império encerrou a sua atividade deixando insolúveis os dois maiores problemas nacionais: o da organização do trabalho livre e o da educação.

Por outro lado, a centralização imposta pelo regime, tanto no sentido político como no administrativo, agira sôbre as províncias refreando-lhes o desenvolvimento e creando uma espécie de heliotropismo que as retinha voltadas para a corôa, dependentes do seu arbítrio e de tudo providencialmente esperando. Os efeitos de semelhante centralização atuavam como entorpecentes sôbre as iniciativas e energias locais, prêsas à rotina e ao favor oficial.

Tal era, a largos traços, o panorama da situação do país em 1889. Para determinar-lhe os contornos com mais precisão, acentuemos ainda: aos abalos econômicos produzidos pela Abolição applicaram-se remédios de emergência, visando principalmente reanimar a exploração agrícola desorganizada; definira-se a política protecionista, destinada a estimular os primeiros surtos de industrialização, e que deveria mais tarde expandir-se até ao

abuso; enveredou-se pelo caminho tentador do inflacionismo monetário com as suas abundâncias fictícias, que, refletidas no campo dos negócios, geraram o espírito de aventura, de especulação e caça ao lucro fácil, culminando, afinal, na derrocada do “encilhamento”.

### Advento do regime republicano

Foi nesse ambiente de inquietude generalizada que a propaganda republicana começou a ganhar terreno, aproveitando-se dos efeitos perturbadores da Abolição e recolhendo os desgastos dos partidos monárquicos deliquescentes. Não constituíra, ainda assim, o que se poderia chamar uma fôrça de opinião organizada, com poder suficiente para atuar por si e provocar a queda do trono vacilante.

O ideal republicano tinha raízes profundas na vida política do país. Definira-se em movimentos cívicos memoráveis, embora fracassados, e, até certo ponto, compendiava as aspirações nacionalistas desatendidas desde a Independência. Basta recordar a exortação de José Clemente no apêlo feito ao príncipe D. Pedro para ficar no Brasil: “Vossa A. R. não ignora que o partido republicano aí está e fará por si a Independência, se não a empolgarmos”.

A proclamação da República, apreciada rigorosamente como fato histórico, foi, entretanto, uma antecipação dos acontecimentos, precipitada pelas questões militares. Tais circunstâncias não lhe tiram, contudo, o carater de ato nitidamente revolucionário. Como tal, deveria importar numa mutação obrigatória de valores e influir também no sentido de profundidade na vida política do país, para não se transformar em mera substituição de normas teóricas de govêrno.

Precipitada pelos acontecimentos ou obra de uma minoria resoluta, como quer que seja, a revolução se fizera. A falta de uma corrente de opinião, fortemente organizada e dirigida por um núcleo de homens ideologicamente identificados, viria, porém, desvirtuar-lhe a finalidade. Acresce, ainda, que, vitoriosa sem luta, não provocou reação capaz de determinar uma indispensável seleção de valores, suscitando, ao contrário, o adesismo oportunista em grau tão absorvente que a quarta presidência da República já foi exercida por uma mentalidade formada na política monárquica.

O movimento de 1893, de feição reacionária, produziu-se três anos depois da proclamação, quando o conformismo adesista se consolidara, galgando posições. Ainda assim, verificou-se em torno do Governo constituído uma homogeneização de elementos moços e idealistas que, embora consagrados à resistência oferecida, não conseguiram predominar na direção da vida pública do país. Faltou-lhes a atuação de um mentor providencial, com visão de estadista e espírito agremiador, qualidades que não possuía o depositário legal do poder, grande figura histórica, pelo carater e energia inflexível, mas que, acima de tudo, soldado e chefe militar, somente desejava ser, consolidando as instituições, garantia da ordem e do prestígio da autoridade, cuja suprema magistratura lhe cumpria manter e fazer respeitada.

Êsses e outros fatores influíram para o desvirtuamento do regime republicano, constituído sôbre ruínas precoces, esboços abandonados e interrompidos do passado.

Muitos problemas pertinentes à organização nacional, que se impunham pela mudança radical da forma de governo, ficaram intactos ou foram resolvidos de modo incompleto. Administrativa e financeiramente, reatámos

a tradição do Império. A nova distribuição de rendas, resultante da descentralização, foi péssima, refletindo-se desastrosamente na vida dos Estados, para deixar uns na opulência e outros na miséria. Proveiu daí, em parte, o estabelecimento das oligarquias locais, tornadas endêmicas e voltadas para o centro, como no tempo da monarquia, e a êle pedindo ordens e mendigando favores.

Creou-se, mercê desse estado de coisas, uma espécie de casta governamental, instalada no poder, com o privilégio de aproveitar e distribuir os seus proventos.

Os orçamentos, de pura estimativa, transformaram-se numa liquidação final de ajustes, estourando à pressão das despesas não catalogadas e dos créditos extraordinários. Adotou-se, como norma regular de administração, o expediente de passar de um exercício para outro avultados *deficits* e de contrair empréstimos para solvê-los, enfraquecendo o crédito do país, sobrecarregando de onus as gerações futuras e agravando, contra nós, o desequilíbrio da balança de pagamentos no intercâmbio internacional.

Com a absorvente predominância do Executivo sobre os demais poderes, falseou-se o equilíbrio inerente à estrutura do regime. O Congresso era produto de um processo eleitoral profundamente viciado, e os seus membros, com raras exceções, não representavam a opinião nacional, mas a vontade dos oligarcas, todos creados pela mesma máquina de puro artifício, montada pela fraude, e coligados na defesa de uma política de favoritismos pessoais, que se exercia, às vezes, escusamente e sempre à revelia dos interesses nacionais.

Fechado num círculo de vantagens restritas que se confundiam com as da pequena minoria instalada nas posições governamentais, o poder público tornou-se, aos poucos, alheio e impermeável às exigências sociais e eco-

nômicas da Nação. Adveiu-lhe, em consequência, uma situação de desprestígio e de isolamento. Espessa atmosfera de indiferença separava da política profissional as forças vivas do país.

Renovara-se, afinal, o dissídio clássico entre as aspirações vitais da nacionalidade e a organização do Estado, aberto desde a Independência e que poderia ter encontrado solução no advento da República.

A reação tinha de vir, inevitavelmente. Foram-lhe primeiras manifestações as revoltas de 22 e 24. Daí por diante, o mal-estar e a hostilidade do país a semelhante estado de coisas revelaram-se crescentes e indisfarçáveis. A última sucessão presidencial, trazendo o desentendimento entre as classes governamentais, já foi reflexo desse descontentamento generalizado. A luta eleitoral, ao deturpar mais uma vez a vontade soberana do povo, deu-lhe pretêxto para reagir pelas armas, porque, nas consciências e nos ânimos, a revolução estava feita. Explica-se, assim, que o movimento de outubro de 1930 perdesse o caráter de simples pronunciamento partidário para desencadear-se como força de ação social, assumindo o aspecto de verdadeira insurreição nacional e impondo, conseqüentemente, conquistas amplas e profundas no terreno econômico e político.

### Revolução de 1930

O movimento revolucionário de 1930, pela sua amplitude e profundidade, não teve similar em nossa história política. Não há exagêro em afirmar-se que a Nação se mobilizou de Norte a Sul, levantando em armas legiões de combatentes dispostos a intervir entusiástica e ardorosamente na luta. As forças armadas, reprodu-

zindo atitudes tradicionais, em momentos de crise semelhante, colocaram-se, patrioticamente, ao lado do povo, solidárias com a causa nacional. A vitória deu ao país uma sensação de alívio e desafogo. Na realidade, êle se libertara pelo próprio esforço, anulando a pressão da atmosfera de insinceridade e ludíbrio que lhe entorpecia os movimentos e lhe asfixiava as aspirações.

O Governo instituído pela revolução, a-pesar-de instaurado pela força, banuiu da sua atuação a prepotência e o arbítrio. O seu primeiro ato foi uma espontânea limitação de poderes, e a obra de reconstrução, a que se consagrara, realizou-a respeitando as normas jurídicas estabelecidas e sem agravos a direitos legitimamente adquiridos. Governo nascido do choque brusco das velhas tendências libertadoras da nacionalidade com o egoísmo da grei organizada durante decênios para dominar o país, cabia-lhe, antes de tudo, destruir um estado de coisas inveterado, conjunto de hábitos e interesses contrários à sua finalidade. Era natural que os donatários da situação derrocada procurassem reagir, pela passividade e falsa compreensão das idéias em marcha, contra o predomínio avassalador da Revolução. O benigno tratamento dispensado aos principais responsáveis pelo descalabro nacional muito concorreu para isso. Afastados do país, usufruindo amplas garantias, deixaram dispersos pelo ambiente ainda conturbado os remanescentes da sua política, os quais procuraram infiltrar-se e exercer derrotismo, por intermédio de elementos perturbadores, levados, alguns, mais por motivos pessoais que por divergências de idéias, outros por incompreensão do momento que atravessávamos, e quasi todos mais ou menos com pretensões a mentores do movimento que não lhes satisfizera a ambição e a vaidade.

A Revolução não fôra obra de um partido, mas sim um movimento geral de opinião; não possuía, para guiar-lhe a ação reconstrutora, princípios orientadores nem postulados ideológicos definidos e propagados. Dela participaram e surgiram várias correntes de difícil aglutinação. O Governo Provisório procurou colocar-se acima das competições partidárias ou facciosas, para não trair os compromissos assumidos com a Nação. Em movimento de tal envergadura, a autoridade constituída pela vitória não pode transformar-se em simples executora do programa de um partido; deve ser, apenas, uma expressão nacional. O mais que se lhe pode conceder, nesse terreno, é a função de coordenar as aspirações gerais, com o fim de estabelecer o equilíbrio das correntes que as representam. Essa função desempenhou-a o Governo Provisório com inteira serenidade, em constante esforço de acomodação das direitas e esquerdas revolucionárias. O desassossêgo dos extremados e a afoiteza dos ambiciosos foram fatores de perturbações e desentendimento, explorados para atemorizar o Governo e impôr-lhe rumos exclusivistas.

### **Reorganização política**

O problema da reorganização política do país, prevista e iniciada logo após a instalação do Governo Provisório, com o preparo da reforma eleitoral, foi o pretexto mais utilizado para agitar o ambiente e para rotular a obra reacionária dos despeitados. Sôbre os propósitos de restabelecer a ordem constitucional não era lícito alimentar dúvidas, diante dos compromissos espontânea e solenemente assumidos pelo Governo. Decretado o Código Eleitoral, seguiram-se todos os atos indispensáveis à execução rápida do alistamento, marcando-se até o dia

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

para a eleição dos constituintes. Comprova a sinceridade das deliberações e providências tomadas o fato de se ter realizado o pleito na data previamente estabelecida, a-pesar-de perturbada a tranquilidade do país durante três longos meses.

Ao assinalarmos esta circunstância, não nos anima a intenção de recriminar fatos que devem ser esquecidos. O Governo tem o dever de utilizar medidas excepcionais, enquanto necessárias à manutenção da ordem e na defesa dos ideais que representa. Aplicando-as, não pode, porém, abrigar ódios nem intúitos de vingança, sentimentos negativos e contrários à sua finalidade construtora. A função de governar é, por natureza, impessoal e isenta de paixões. Cumpre exercê-la sobrepondo-se às lutas e dissídios, quasi sempre estéreis, para só ter presentes os superiores interesses da Pátria, que está a exigir a cooperação e os esforços sinceros dos seus filhos para que se ultime, num ambiente de tranquilidade e confiança, a grande obra de reconstrução nacional. Dentro de tão elevado espírito de tolerância e leal entendimento, todos os brasileiros encontrarão abertas as fronteiras do país e, igualmente, francas garantias para o livre exercício das suas atividades pacíficas.

### Reforma eleitoral

A composição do Estado, como aparelho político e administrativo, pressupõe, nos regimes democráticos, a legitimidade da representação popular. Conhece-se, so-bejamente, em que consistia essa representação, antes do movimento revolucionário: alistamento inidôneo, eleições falsas e reconhecimentos fraudulentos. Ora, o que legitíma o poder é o consentimento dos governados; logo,

onde a representação do povo falha, êste poder será tudo, menos órgão legal da soberania da Nação.

O Governo revolucionário, responsável pelo saneamento dos costumes políticos contra os quais a Nação se rebelou, não poderia cogitar de reorganizá-la constitucionalmente, antes de aparelhá-la para manifestar, de modo seguro e inequívoco, a sua vontade soberana. A reforma eleitoral, que era, para mim, compromisso de candidato quando concorri à sucessão presidencial, tornou-se imposição inadiável ao assumir a chefia do Governo revolucionário. De como cumpri êsse compromisso de honra, resistindo e sobrepondo-me à pressão dos acontecimentos, atesta-o o Código Eleitoral, já qualificado "carta de alforria do povo brasileiro", e o pleito de 3 de maio, do qual se disse, unânimemente, ser a eleição mais livre e honesta realizada, até hoje, no Brasil.

A reforma foi radical. Começou pela organização de novo alistamento, anulando completamente o existente e criando corpo eleitoral selecionado, pela inclusão obrigatória dos elementos idôneos, ativos e capazes da sociedade. Como vigas mestras de todo o aparelho, instituiu o voto secreto e a representação proporcional. Todo o processo, desde a inscrição do eleitor até à apuração e ao reconhecimento, foi entregue à magistratura nacional, através dos diversos institutos em que ficou organizada a Justiça Eleitoral. O que a reforma significa para o saneamento político da Nação revelaram os primeiros resultados obtidos no pleito que elegeu a Assembléa Constituinte. A adoção do voto secreto foi conquista de tal magnitude que, a ela se referindo, notável professor da Faculdade de Direito de São Paulo chegou a dizer: "Se mais não fizesse, valeria a pena ter-se feito a Revolução, para implantar o voto secreto".

### O Estado moderno

O momento em que vamos reformar o arcabouço institucional da Nação é de perspectivas inquietantes e excepcionais, diante das perturbações políticas e econômicas que o singularizam. Abalados na sua autoridade, os governos procuram reagir, adaptando-se às contingências sociais. Aponta-se como fator precípua da perturbação alarmante o desequilíbrio econômico mundial, definido com tanta precisão nas palavras recentemente pronunciadas por Cordell Hull, Secretário do Governo Norte-Americano, perante a Conferência Econômica de Londres: “E’ opinião universal que o flagelo econômico do presente, com o sequito de prejuízos, sofrimentos e sacrifícios, sem paralelo em nosso tempo, aflige, ha três anos e meio, toda a Nação e o mundo em geral. Tesouros exaustos, queda de preços, quebra das finanças e do comércio internacional, baixa considerável na produção e no consumo nacionais, trinta milhões de operários sem trabalho, uma agricultura anêmica, instabilidade universal de moedas e de câmbios, acúmulo de dívidas e excesso de impostos, constituem algumas das experiências do tremendo pânico dos últimos anos”.

País moço, na plenitude de suas fôrças em expansão, felizmente não nos atingem com a mesma intensidade os males que assoberbam outras nações. Seja-nos proveitosa, entretanto, a observação, para precaver-mos a tempo de evitá-los ou minorar-lhes os efeitos.

O Estado, qualquer que seja o seu conceito segundo as teorias, nada mais é, na realidade, do que o coordenador e disciplinador dos interesses coletivos, ou a sociedade organizada como poder, para dirigir e assegurar o seu

progresso. Toda estrutura constitucional implica, por isso, na estrutura das funções do Estado. Ao empreender tão transcendente tarefa, devemos estar atentos às nossas realidades políticas e econômicas e sobrepôr os ensinamentos das nossas experiências à sedução das idéias em voga entre outros povos, expressão, quasi sempre, de fenômenos sociais especialíssimos, que se modificam de país para país, em intensidade e efeitos.

Revelando a sua constante preocupação de reconduzir o país à ordem constitucional, o Governo revolucionário cogitou, ao mesmo tempo, da elaboração de uma lei eleitoral capaz de assegurar a verdade do sufrágio popular e de um ante-projeto de Constituição destinado a servir de subsídio e facilitar os trabalhos da Assembléia Constituinte. Semelhante iniciativa tinha antecedentes, não só no Brasil, como em outros países. Entre os processos mais comumente adotados, preferiu-se o da colaboração de elementos representativos dos diversos setores da atividade social. Assim, a comissão nomeada para organizar o ante-projeto reuniu em seu seio personalidades de alto saber jurídico e delegados dos órgãos das classes diretamente ligadas ao progresso do país.

O ato de instituição do Governo Provisorio preceituou que "a nova Constituição Federal manterá a forma republicana federativa e não poderá restringir os direitos dos Municípios e dos cidadãos brasileiros e as garantias individuais constantes da Constituição de 24 de fevereiro de 1891". Esta disposição consagra, em essência, as tendências históricas da formação política brasileira, e o ante-projeto orienta-se neste sentido.

A comissão incumbida de elaborá-lo, composta de homens eminentes, desempenhou-se da tarefa com grande zelo e patriotismo, apresentando trabalho digno do maior apêço. Trata-se de uma contribuição valiosa, útil, como

base de discussão, ao desempenho da relevante missão que vos cumpre realizar.

O ante-projeto foi ultimado poucos dias antes da instalação dos vossos trabalhos, e remeto-o, sem alterações, abstendo-me de opinar a respeito. Cabe à Assembléia Nacional Constituinte manifestar-se livremente sôbre êle, usando dos altos poderes que lhe outorgou o povo brasileiro para elaborar o pacto fundamental da Nação.

### JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

A atividade do Govêrno Provisório em matéria legislativa e de política interna exerceu-se largamente através do Ministério da Justiça. Afora a absorvente tarefa administrativa, grandemente acrescida pela instituição das Interventorias, por seu intermédio organizaram-se diversas leis e regulamentos, diretamente intervindo na elaboração e aplicação do Código Eleitoral. Entre as iniciativas de maior importância, destacam-se o Código dos Interventores, as Leis sôbre ações preferenciais, a de extinção dos impostos interestaduais, de redução progressiva do imposto de exportação e várias outras, além da reforma do Supremo Tribunal e da Justiça local do Distrito Federal e do Decreto instituindo a representação de classes na Assembléia Nacional Constituinte.

As modificações introduzidas no aparelhamento da nossa mais alta Côrte de Justiça e na justiça local se impunham, com caráter de urgência, para melhorar-lhes os serviços e abreviar os julgamentos. Não foi, entretanto, reforma definitiva. A que deverá ter êste caráter, remodelando a justiça nacional, está consubstanciada num ante-projeto em estudos e dependendo, até certo ponto, da remodelação institucional do país.

### Representação de classes

Assunto de viva atualidade, em matéria de organização do poder público, a representação de classes ou grupos sociais foi agitada, entre nós, ao cogitar-se de dar nova Constituição ao país.

O momento era oportuno para tentar a experiência, e o Governo Provisório, atendendo aos reclamos da opinião, previu, primeiro, no Código Eleitoral, e, logo depois, instituiu esta modalidade de representação para colaborar com a pròpriamente política nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Não foram poucas as dificuldades encontradas para assegurar a forma prática dessa inovação, que, embora com sólidos fundamentos nas transformações sociais dos últimos tempos, tem sido diversamente estatuída, ora sob aspecto mixto, técnico e deliberativo, ora simplesmente técnico e consultivo, em conselhos autônomos ou em cooperação com as Câmaras políticas.

Justifica-se, assim, a solução adotada, em caráter de ensaio, pelo Decreto que regulou o processo de distribuição dos grupos sociais para escolher os seus representantes, nesta Assembléia, que resolverá definitivamente sôbre o assunto, atenta a sua importância e oportunidade.

### Ordem pública

As convulsões políticas de forte e profunda repercussão costumam provocar perturbações graves e prolongadas, alterando a ordem pública e exigindo medidas de repressão mais ou menos violenta. Felizmente, a revo-

lução de 1930, havendo empolgado totalmente o país, não produziu êsses lamentáveis efeitos. Após a instituição do Governo revolucionário, a tranquilidade restabeleceu-se normalmente, dispensando providências excepcionais de carater permanente.

Merece consignar-se êsse fato, que não testemunha sòmente a orientação tolerante mantida pelo Governo, mas também a índole ordeira do nosso povo.

Na Capital da República, onde em períodos menos agitados a atividade policial costumava exceder-se, foi assegurada a tranquilidade da população com um serviço normal de vigilância e de simples prevenção. Contribuiu muito para isso a reforma realizada na Polícia Civil, que, afastando-a das velhas práticas de compressão e prepotência, modernizou completamente o seu aparelhamento e métodos de ação.

Ha trinta anos, a Polícia Civil do Distrito Federal não experimentava qualquer transformação capaz de adaptá-la ao meio em que estava obrigada a atuar. Sem orientação segura e eficiente, os seus serviços falhavam a cada momento, pela incapacidade da maioria do pessoal e, principalmente, pelos precários recursos utilizados.

Em vez de apresentar-se com a estrutura de uma organização tècnicamente aparelhada e inteligentemente conduzida, parecia, antes, o reflexo da mentalidade dos que a dirigiam. Como consequência do desmantêlo dos serviços, firmara-se no espírito público a certeza de que a ação policial só produzia resultados quando lançava mão da violência, deprimindo o prestígio da autoridade. Com tais métodos, a polícia deixava de ser preventiva, transformando-se quasi exclusivamente num terrível aparelho de coação.

A renovação que se operou com o Decreto n. 22.332, de 10 de janeiro do corrente ano, antes de constituir

medida destinada a enquadrar a Polícia na sua missão, era necessidade reclamada pela cultura e pelo progresso da Capital da República.

Entre os melhoramentos introduzidos podem destacar-se como principais: a Escola Policial, base de qualquer organização policial; a criação de Comissariados; a delimitação de funções entre a polícia política e a polícia criminal, tornando esta de carreira; a organização da Diretoria Geral de Investigações, como departamento técnico de largas finalidades, e da Inspetoria Geral de Polícia, para centralizar os serviços de tráfego e policiamento da cidade. À Delegacia Especial de Segurança Política e Social confiou-se a proteção dos interesses políticos e sociais e a responsabilidade da manutenção da ordem pública, dentro desse setor de atividades, onde a vigilância deve se fazer sentir até nas grandes medidas de exceção, desdobrando-se, conseqüentemente, na esfera administrativa, em polícia educativa e de costumes e envolvendo-se, em matéria de ordem pública, na regulamentação do trabalho, na fiscalização das indústrias e nas relações do comércio, em íntima ligação com o Ministério do Trabalho.

Com as modificações operadas, coordenaram-se as atividades policiais de diversas organizações, submetendo-as a uma chefia central. Ficaram, assim, subordinadas à Inspetoria Geral de Polícia, órgão técnico por excelência: a Guarda Civil, a Inspetoria de Veículos, a Polícia Marítima, a Polícia Especial, a do Cais do Porto e a Inspetoria Geral de Vigilância Noturna, num total de 2.834 homens.

Dentre as secções que hoje formam a Diretoria Geral de Investigações, cumpre destacar, como iniciativa das mais felizes e das mais oportunas, a organização do

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Instituto de Pesquisas Científicas, perfeitamente aparelhado para satisfazer às suas finalidades.

O serviço geral de rádio, centralizado na Polícia, por uma poderosa estação receptora e transmissora, foi desenvolvido com o de "rádio-patrolha", feito por motocicletas e autos e destinado a facilitar os trabalhos de vigilância policial.

E' êste, em linhas gerais, o aparelhamento atual da Polícia do Distrito Federal, colocada em condições de garantir, estavelmente e sem inúteis demasias, a ordem social.

### ECONOMIA E FINANÇAS

Ao dirigir-me ao país em 3 de outubro de 1931, assim resumi a situação econômica e financeira encontrada pela Revolução:

#### A herança recebida

"As contas do quadriênio passado encerraram-se com um *deficit* de 1.323.000:000\$, agravado pelo indesculpável deslize moral da afirmação, por parte do Govêrno, de constantes saldos orçamentários.

Para êste total concorreram:

O exercício de 1927, com o <i>deficit</i> verificado de .....	155.517:532\$183
O exercício de 1928, com o <i>deficit</i> verificado de .....	145.774:513\$999
O exercício de 1929, com o <i>deficit</i> verificado de .....	189.876:537\$159
O exercício de 1930, com o <i>deficit</i> verificado de .....	832.590:506\$196
	<hr/>
	1.323.759:089\$537

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

Para atender a este *deficit* realizaram-se as seguintes operações extraordinárias:

1927 — E m p r é s t i m o de £ 8.750.000 e £ 41.500.000 ...	702.241:456\$603
Emissão de apólices (liquido) ...	44.123:486\$674
1928 — Emissão de apólices ....	75:000\$000
1930 — Encampação de emissão do Banco do Brasil creditada em conta do Tesouro .....	592.000:000\$000
	<hr/>
	1.338.439:943\$277

O Governo passado, portanto, aumentou a dívida interna e externa do país em 1.338.439:943\$277. A circulação do papel moeda teve um aumento de 170.000:000\$, parte da emissão de 300.000:000\$, autorizada ao Banco do Brasil, e a responsabilidade do Tesouro, na circulação total aumentou de 592.000:000\$, pela encampação das notas do Banco do Brasil.

Convem não esquecer que, a-pesar-dos recursos obtidos por essa encampação, então recente, o Governo passado legou ao atual cêrca de 130.000:000\$ de dívidas a pagar.

Quanto ao câmbio, cuja estabilização constituía a preocupação constante daquela administração, as taxas puderam ser mantidas, graças, principalmente, à entrada de ouro obtido por empréstimos externos da União, dos Estados e de diversas Prefeituras, na importância de £ 43.678.500 e \$ 142.780.000. Nos últimos tempos, porém, a despeito desta enorme afluência de ouro e de remessas, igualmente vultosas, de emprêsas particulares, a situação tornara-se precária, e foi necessário passar ao recurso dos expedientes. Fizram-se, então, consignações de café, por intermédio de duas firmas, uma de Santos, outra do Rio, não estando ainda apurado o pre-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

juízo total de tais operações. Remeteram-se em ouro amoeado ou em barras £ 26.448.662. A esta soma é, aliás, preciso juntar as remessas de ouro que o Governo Provisório foi obrigado a fazer em consequência de compromissos do Tesouro ou do Banco do Brasil, assumidos pelo Governo anterior, inadiváveis e que não poderiam ser cumpridos de outra maneira. Tais remessas foram:

Do Governo Federal (Caixa de	
Estabilização) .....	£ 3.164.258.0-2
Do Banco do Brasil .....	£ 4.376.980
	£ 7.541.238.0-2

A soma total de ouro remetido para sustentação do câmbio foi, pois, de £ 33.989.900.

Não bastou, porém, esse duplo sacrifício. O Banco do Brasil tinha créditos, no exterior, somando cerca de £ 5.000.000, e não só os esgotou, como, ainda, largamente os excedeu. Em determinado período, mais precisamente, em 5 de abril de 1930, o débito externo do Banco chegou mesmo a atingir a soma inverosímil de £ 18.211.000. Quando o Governo Provisório assumiu o poder, o descoberto era de £ 7.324.086. Compradas no mercado cambial cerca de £ 800.000, restavam, ainda, £ 6.500.000, e para saldar este débito teve o Banco que contrair às pressas, sob a responsabilidade do Governo Federal, um empréstimo de £ 6.550.000 com os seus correspondentes de Londres — N. M. Rothschild & Sons.

Este empréstimo, que deveria começar a ser amortizado em junho, teve as suas prestações prorrogadas por mais seis meses cada uma, e é, hoje, a única responsabilidade, das que resultaram da política de estabilização, do Governo passado, que resta liquidar — a única, não falando nas operações do café acima mencionadas e cujo prejuízo não está apurado.

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

Desta forma, a estabilização tinha de fracassar, como fracassou, principalmente, pela sua má execução. Nos últimos tempos do Governo decaído, isso se tornara evidente. Mas a mentira oficial porfiava em mascarar a realidade, sempre fugidia e imperceptível, nas mensagens e relatórios. A Nação continuaria iludida, até 15 de novembro de 1930, se a revolução não explodisse. Nem tudo pôde ser esclarecido ao iniciar-se o Governo Provisório, e, ainda, hoje, restam ocorrências e compromissos obscuros”.

A dívida pública externa, convertidas as várias moedas a dinheiro inglês, pela paridade da época, somava £ 237.262.553, exigindo o seu serviço anual mais de £ 20.000.000. A dívida interna consolidada, da União e dos Estados, atingia a 3.419.862:300\$, e a flutuante, também da União e dos Estados, a 1.982.867:333\$.

Além dêsses totais em moeda nacional, aumentara nossa dívida externa, em francos, pela decisão de Haia, e surgiram várias reclamações, apresentadas ao Tesouro, de contas não escrituradas, como a seguir se discriminam:

Em contos de réis, ouro .....	65.642:331\$000
Em libras esterlinas .....	£ 2.013.304-19-3
Em dollars .....	\$ 297.593,18
Em francos francezes .....	Fs. 755.427,98
Em francos belgas .....	Fs. 2.516,80
Em francos suíços .....	Fs. 338.663,20
Em pesos argentinos .....	11.518,28
e mais, em papel .....	387.033:466\$000

As rendas públicas, a exportação, a importação, o comércio interno e a produção sofreram verdadeiro co-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

lapso, acusando reduções desconhecidas nos nossos anais financeiros. O momento era alarmante para os capitais, de miséria para a produção, de angústia para o comércio, de embaraços de toda sorte para as atividades em geral.

O Govêrno deposto havia cometido numerosos erros, os mais graves e incríveis, na porfia de defender o programa de estabilização, que lançara com possibilidades inicialmente exequíveis, e, culminando nos desacertos, arrastara o país ao extremo de verdadeira ruína econômica e financeira.

No afã de salvar o plano monetário, praticou atos tão desencontrados e creou tal confusão, que, ao chegar a Revolução ao poder, era de balbúrdia, de anarquia, de quasi bancarrota a situação do Brasil.

O ouro emigrara, deixando o onus dos empréstimos; o café caíra, deixando o *stock*, o sub-consumo e a super-produção; as indústrias estavam paralizadas; a lavoura em crise franca; o capital em pânico e o trabalho sem emprêgo; o mil réis sem valor e a vida por preço elevadíssimo. Fizera-se inflação, deflação e reinflação, tudo no curto período de três anos.

### Os objetivos da Revolução

A resistência do país revelou energias poderosas, que vieram facilitar a ação construtora da Revolução.

Enfrentando resolutamente as dificuldades encontradas, reduzimos as despesas públicas de 423.114:989\$, no ano de 1931, na União, e de 221.990:000\$, nos Estados, e adotámos as providências consideradas inadiáveis para restabelecer o ritmo da vida nacional.

A prestação de contas feita em uma publicação de alto interêsse, correspondente ao período de sua gestão,

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

pelo Ministro da Fazenda, Dr. José Maria Whitaker, mostra a ação fecunda e os largos benefícios trazidos para a economia brasileira pela orientação do Governo revolucionário, definindo-lhe os objetivos essenciais de ordem financeira:

“Restituir ao país a liberdade econômica, comprando, primeiramente, o *stock* de café, então retido, e suprimindo, em seguida, gradativamente, as medidas perturbadoras ou compressivas que desorganizavam, no mundo inteiro, o comércio do principal artigo da nossa produção; atingir e assegurar a normalização financeira, realizando e mantendo o equilíbrio dos orçamentos; estabelecer uma organização bancária, criando o Banco Central de Reservas e efetuando, em seguida, a reforma do nosso sistema monetário; instituir, afinal, o crédito agrícola, fundando o Banco Hipotecário Nacional.

Tendo encontrado exausto o país, o Tesouro Nacional e até mesmo o Banco do Brasil, todas as medidas que tomei para resolver as quotidianas dificuldades de uma situação de constantes aperturas ficaram, entretanto, contidas naquela orientação geral, ou, pelo menos, nunca a contrariaram de maneira irreparável.

Pouco importa que circunstâncias inevitáveis, agitações políticas incessantemente renovadas e depressão econômica profunda e universal tornassem impossível a realização integral dos objetivos visados: o certo é que o Governo a que pertenci fez o que lhe cumpria fazer, e que, com exceção do projeto de instituição do crédito agrícola, que dependia da instalação previa do Banco Central de Reservas, todas as medidas foram a tempo tomadas para assegurar, normalmente, um sucesso completo”.

Em manifesto que dirigi à Nação em 3 de outubro de 1931, tracei-me e ao Governo da Revolução um programa claro, que já havia esboçado na campanha da Aliança Liberal:

“Como mais de uma vez tive ensêjo de acentuar, o problema que a todos os outros se sobreleva, na tarefa de reconstrução a que nos dedicamos, é o econômico-financeiro.

Em grave momento da vida nacional, semelhante ao que atravessamos, o eminente homem de Estado, que foi Campos Sales, ex-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

pressou, com outras palavras, idêntico pensamento. Defendendo a patriótica orientação que se traçara em face das tremendas dificuldades a vencer, confessava: "Entendi dever consagrar o meu governo a uma obra puramente de administração, separando-a dos interesses e das paixões partidárias para só cuidar da solução dos complicados problemas que constituíam o oneroso legado de um longo passado. Compreendi que não seria através da vivacidade incandescente das lutas políticas que eu chegaria a salvar os créditos da Nação, comprometidos em uma concordata com os credores externos".

Corroborando na mesma ordem de idéias, notavel economista já acentuara: "As questões financeiras dominam todas as outras e são o ponto de partida dos grandes melhoramentos econômicos e administrativos".

Estamos sinceramente empenhados na organização econômico-financeira de todo o país, isto é, da União, dos Estados e dos Municípios, simultaneamente. Começamos, pois, pela regularização dos nossos compromissos externos federais, estaduais e municipais. O meio mais prático para atingirmos resultado satisfatório, no melindroso assunto, seria a União assumir a responsabilidade desses compromissos, retendo, como garantia, determinadas rendas dos Estados e dos Municípios, suficientes ao cumprimento dos encargos assumidos. A contribuição em penhor poderia constituir-se com o produto do imposto de exportação, que, de qualquer maneira, deve ser progressivamente reduzido até sua total extinção. Imposto êsse anti-econômico por excelência, além de gravar prejudicialmente a nossa produção, colocando-a em situação de desigualdade, na concorrência aos mercados consumidores, tem ainda o inconveniente de variar no limite de sua taxaço segundo o lugar e as necessidades dos orçamentos locais.

Tão complexo problema já se acha confiado ao estudo de uma comissão, especialmente instituída, para procurar-lhe a solução mais adequada e examinar a possibilidade da criação de outras fontes de renda, capazes de suprir, ao menos em parte, a arrecadação condenada a desaparecer.

O aparelhamento administrativo-social, nos moldes em que o possuímos, não corresponde às necessidades e exigências da vida do país.

Em matéria pròpriamente financeira, o que existia era confusão e desperdício. Não se tinha mão nas despesas, e, para cobri-las, todos os expedientes se justificavam. Tornara-se inveterado o há-

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

bito, que deve ser abolido irrevogavelmente, de recorrer a empréstimos externos para a execução de obras suntuárias para cobrir *deficits* orçamentários. Recurso excepcional, por natureza, transformara-se em meio ordinário de ocorrer aos gastos públicos, sempre exagerados.

Para evitar os ruinosos efeitos daí resultantes, não só é preciso refundir, sistematicamente, dentro de um critério geral, o plano das leis de meios dos Estados, como instituir, ainda, em norma inflexível, o equilíbrio entre a receita e a despesa e o controle rigoroso da arrecadação das rendas e do seu emprêgo.

O complemento dessa medida deve consistir no trabalho de revisão do nosso sistema tributário. Existem anomalias fiscais flagrantes, originadas na falta de discriminação uniforme e clara das rendas. O mal maiormente se reflete nas nossas tabelas tarifárias. No terreno da tributação aduaneira, enveredámos por um caminho de franco e desatinado proteccionismo. Temos certamente numerosas indústrias nacionais, que merecem amparo, mas temos também numerosas indústrias artificiais, sem condições de resistência própria. O proteccionismo, tal como se praticava, favorecia a todas indistintamente. O aproveitamento industrial de matérias primas do país é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso econômico. E' justo, por isso, que se estimule, mediante política tarifária, conduzida sem excessos. As tabelas das alfândegas devem refletir êsse critério. Sem prejuízo da nossa economia, cumpre torná-las mais flexíveis, suprir-lhes as deficiências, expurgá-las das velharias, enfim, atualizá-las".

### A ação do Governo Provisório

Tenho procurado, em meio dos acidentes políticos inerentes a todo período de adaptação revolucionária, manter êste programa e realizá-lo sem transigências.

Os nossos orçamentos eram fictícios, assentando sobre hipóteses ou sobre dados imprecisos. A reforma de que careciam, envolvendo a decepção de um regime consolidado nas práticas burocráticas, não poderia ser improvisada nem imediatamente exigível.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

O ano de 1931 teve duas leis orçamentárias. A primeira, publicada em 26 de janeiro de 1931, estabelecia grande redução nas despesas, mais metódica previsão da receita, e adotava regras salutares, em forma de instruções, para a respectiva execução.

No decurso do primeiro trimestre do exercício, verificou-se que a receita prevista não correspondia à realidade da arrecadação e, igualmente, que os cortes efetuados na despesa eram insuficientes para assegurar o equilíbrio procurado.

Já então Sir Otto Niemeyer iniciara seus estudos, compendiados, após, em substancioso trabalho sobre os nossos problemas financeiros, e chegava à mesma conclusão do Governo, isto é, da necessidade de efetuar-se a revisão do orçamento, afim de aumentar as rendas e reduzir, ainda mais, as despesas.

Elaborou-se o novo orçamento, publicado em 8 de maio de 1931, com a redução de 423.114:989\$707 na despesa e uma previsão de 376.570:000\$, para mais, nas rendas.

Os resultados foram os mais promissores, apurando-se, findo o exercício, uma diminuição de 37.980:541\$, ouro, e 538.513:330\$, papel, sobre a despesa do orçamento anterior. O mesmo não iria suceder com a receita, que ficou aquém da previsão, visto não ter a arrecadação correspondido ao acréscimo calculado para alguns impostos.

O exercício encerrou-se, graças aos recursos de . . . . . 28.116:992\$, ouro, da Caixa de Estabilização, e com a emissão de 133.384:000\$, papel, em obrigações do Tesouro.

Em 16 de novembro de 1931, o Ministro José Maria Whitaker resolveu deixar a pasta, depois de ter prestado relevantes serviços ao país.

Substituiu-o o atual Ministro, que procurou executar a mesma política econômica e financeira que, desde o início, se traçara o Governo Provisório.

Na gestão do novo titular, esforçamo-nos por manter idênticas normas de saneamento orçamentário, ultimar as combinações do *Funding*, pagar o *Conit*, consolidando a ação governamental através de outras medidas e providências adequadas.

O exercício financeiro de 1931 escoara-se, quasi todo, absorvido pela tarefa árdua de recompor a administração fazendária, de repor o crédito externo pelos acordos para liquidação dos vultosos atrasados bancários, de fazer remessas para cobrir as prestações das dívidas e de coordenar a vida interna, ameaçada em todos os campos da sua atividade.

O café exigia medidas que não poderiam ser proteladas, sob pena de afundar-se com a ruína desse produto a economia paulista e, talvez, a do país.

A situação da lavoura, da indústria e do comércio eram efetivamente angustiosas.

Em seu Relatório, dizia o Ministro Whitaker:

“Formara-se, então, em São Paulo, um grande *stock* de café, que impedia, como uma muralha de barragem, a livre saída da produção desse Estado. Atrás dessa muralha debatia-se a lavoura na situação terrível de não poder nem vender o seu produto, que só chegaria a Santos depois de dois anos e meio de retenção, nem levantar sobre êle qualquer quantia, que os particulares lhe negavam e os institutos oficiais já lhe não podiam fornecer. Em consequência desta situação cessaram de ser pagos regularmente os próprios colonos, e, como, com isso, não recebessem os comerciantes do interior o que já lhes tinham adiantado, deixaram, por seu turno, de pagar aos atacadistas e importadores, refletindo-se, naturalmente, tais dificuldades nas indústrias, que ficaram inteiramente paralizadas.

Resolvida, pelo Governo, a demolição daquela barragem, iniciada, por outras palavras, a compra do *stock*, a produção pôde escoar-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

se normalmente, restabelecendo-se, assim, o ritmo interrompido da vida econômica em todo o país”.

Não bastaria, entretanto, a aquisição pura e simples do *stock* existente. Outras providências tornaram-se necessárias e foram adotadas, como medidas complementares, cumprindo mencionar, entre elas, a operação com Hard Rand & Cia., de adiantamento sobre café, e com *The Grain Stabilisation Corporation*, de troca de café por trigo, a lei sobre conhecimentos comerciais, a criação do Conselho Nacional do Café e a instituição de uma taxa ouro para as exportações.

O câmbio exigiu, igualmente, ação vigilante. O Governo tentou revogar o seu controle, estabelecido pela Junta Governativa, mas teve que a êle voltar, por motivos imperiosos.

A par disso, o Banco do Brasil e o crédito interno reclamavam atenção especial. O Banco do Brasil tivera seu encaixe, superior a 500.000:000\$, reduzido a 132 mil, sendo que, em curto período, emitira 170.000:000\$. Assegurada a posição da nossa maior instituição bancária, cujos encaixes dobraram um ano após, cabia restituir-lhe a função de centro propulsor do crédito nacional, através de uma Carteira de Redesconto, restabelecida e ampliada em suas benéficas finalidades.

O ano de 1931 fôra, como ficou demonstrado, de reajuste com o passado, cuja pesada herança havíamos recebido a benefício de inventário, e de preparo para realizarmos os propósitos econômicos e financeiros da Revolução.

### O exercício de 1932

O exercício de 1932 começara sob os melhores auspícios. Assinado o 3.<sup>o</sup> *Funding*, iniciados os pagamentos

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

do descoberto bancário, em franca e animadora execução a política de compra do *stock* de café e de normalização dos seus negócios, dentro de um plano estudado e aprovado por técnicos, restabelecida a atividade das indústrias, da agricultura e do comércio em geral, tudo era de esperar do Govêrno e de sua atuação reconstrutora.

O orçamento de 1932 reduzira ainda mais as despesas e, refletindo a experiência do exercício anterior, a receita.

A aplicação dos recursos orçamentários transcorria segundo as mais severas regras de boa gestão, quando surgiram as necessidades da sêca do Nordeste, impondo gastos extraordinários, e, por fim, a rebelião paulista, exigindo despesas avultadíssimas.

Agravando os efeitos dêsses acontecimentos inesperados, sobreveiu, como consequência, o decréscimo em massa das rendas.

Os Ministérios militares gastaram a mais:

Guerra .....	418.401:769\$000
Marinha .....	60.523:111\$000
Viação .....	176.696:349\$000
registrando-se um decrescimo na arrecadação de .....	476.705:608\$000
	<hr/>
	1.132.326:837\$000

O exercício de 1932 acusou um *deficit* de rs. 1.108.877:991\$400 que não se verificaria, como evidentemente demonstram os algarismos, se não surgissem estas quatro parcelas, índices de perturbações imprevistas, que alteraram por completo o ritmo, já normalizado, da ascensão financeira do país. Para cancelar tão vultosos e inadivêis compromissos, o Govêrno emitiu 400 mil contos, que, automaticamente, irão desaparecendo, na medida da colocação dos títulos correspondentes da dívida pública, aos juros de 7 %, prazo de 10 anos, já havendo sido in-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

cinerados 50.000:000\$, e emitiu mais três letras de 200.000:000\$ contra o Banco do Brasil, das quais já resgatou, por pagamento, a primeira, na data do vencimento.

Em meio de acontecimentos de tão profunda repercussão na vida nacional, pôde o Governo, contra a expectativa geral, manter o crédito externo e interno e até prosseguir na execução de seu plano de restabelecimento da nossa economia e das nossas finanças.

Firme na orientação adotada, continuou a compra dos cafés, invertendo nas respectivas operações a importância de 2.359.957:648\$060, pela forma a seguir discriminada:

### CAFÉS COMPRADOS

Por força do decreto número 19.688 ..	17.982.693	1.019.169:759\$800
Em Santos .....	13.002.896	898.168:601\$100
Em São Paulo .....	3.862.944	241.624:465\$600
No Rio de Janeiro .	1.914.117	141.216:594\$070
Em Vitória .....	682.093	39.610:440\$190
Em Paranaguá .....	125.182	9.970:175\$400
Na Baía .....	2.600	146:000\$000
Em Recife .....	789	51:611\$900
Total .....	37.572.714	2.359.957:648\$060

No terreno financeiro, cumprimos integralmente os encargos assumidos: realizámos os depósitos em mil réis, obrigação do *Funding*, tendo no Banco do Brasil a importância de 731.965:093\$; mantivemos o serviço da dívida externa em dia, na parte do *Funding*, bem como na dos atrasados de Háia e dos empréstimos do café, empenhando neles e em outras necessidades a soma de £ 12.561.804; pagámos todas as prestações dos descobertos do Banco do Brasil.

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

A economia particular, que deveria sofrer as graves consequências dessas comoções políticas e econômicas, sem precedentes na nossa história, ficou resguardada, acusando todos os índices — os da indústria, da lavoura, do comércio e do custo da vida — franca melhoria. Não surgissem os dois poderosos fatores da perturbação acima indicados — a seca do Nordeste e a rebelião de São Paulo — e, como resultante, a queda das rendas públicas, e, por certo, o ano de 1932 teria sido o da iniciação da política financeira de saldos efetivos e o do restabelecimento da prosperidade da Nação.

### O exercício de 1933

O ano de 1933, começado em uma atmosfera de paz e de reconstitucionalização do país, está a prometer uma era de consolidação financeira e de reerguimento econômico.

O orçamento foi elaborado sob bases mais seguras e com redução ainda maior nas despesas e até na previsão das rendas.

### ORÇAMENTO DE 1933, COMPARADO COM OS DE 1931 E 1932

*Em contos de réis*

<i>Anos</i>	<i>Receita</i>		<i>Despesa</i>	
	<i>Ouro</i>	<i>Papel</i>	<i>Ouro</i>	<i>Papel</i>
1931 .....	94.000	1.497.269	114.222	1.357.016
1932 .....	109.536	1.392.752	34.406	1.894.285
1933 .....	87.756	1.502.678	34.265	1.861.975

O primeiro semestre do exercício acusa aumento da receita:

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

## RECEITA ARRECADADA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1933

<i>Rendas</i>	<i>Ouro</i>	<i>Papel</i>
Rendas dos impostos .....	60.186:443\$000	1.393:192\$000
Imposto de consumo .....	—	247.839:825\$000
Imposto sobre circulação ..	8:775\$000	142.281:739\$000
Imposto sobre a renda ....	5:020\$000	44.316:098\$000
Imposto sobre loterias ....	—	9.252:622\$000
Diversas rendas .....	1.143:596\$000	2.026:751\$000
Rendas patrimoniais .....	—	4.483:085\$000
Rendas industriais .....	352:800\$000	116.534:507\$000
Renda extraordinária ....	375:930\$000	96.846:262\$000
Renda a classificar .....	77.210\$000	85.831:938\$000
<b>Total .....</b>	<b>62.149:774\$000</b>	<b>750.806:046\$000</b>

Comparada essa arrecadação com a de igual período de 1932, verificam-se os aumentos de 21.878:127\$ na parte ouro, e 100.394:352\$ na parte papel, ou sejam, respectivamente, 35 e 13 % de aumento. Ainda no mesmo semestre, apura-se uma real compressão nos gastos.

## DESPESA EFETUADA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1933

	<i>Ouro</i>	<i>Papel</i>
Justiça .....	—	51.137:204\$000
Exterior .....	1.590:210\$000	6.438:873\$000
Marinha .....	874.906\$000	78.795:051\$000
Guerra .....	27:740\$000	170.876:021\$000
Agricultura .....	39:792\$000	13.834:425\$000
Viação .....	1.049:514\$000	159.144:383\$000
Educação .....	2.007:847\$000	41.211:746\$000
Trabalho .....	32:427\$000	7.091:383\$000
Fazenda .....	12.310:605\$000	306.901:817\$000
Agentes pagadores .....	48:253\$000	181.176:826\$000
<b>Total .....</b>	<b>17.981:294\$000</b>	<b>1.016.607:765\$000</b>

Confrontados êsses números com os da despesa, ouro e papel, em igual período de 1932, apresentam diferenças, para menos, em 1933, de 782:382\$, ouro, e 196.280:395\$, papel.

## MENSAGEM LIDA A CONSTITUINTE DE 1933

Os coeficientes do custo da vida são auspiciosos, como comprovam os dados estatísticos referentes à Capital do país:

### ÍNDICES DE PREÇOS DE ATACADO, PREÇOS DE VAREJO E CUSTO DA VIDA NO RIO DE JANEIRO

1930-1933

Base: 1914 = 100

Anos	Preço de atacado	Preço de varejo	CUSTO DA VIDA	
			Classe média	Classe proletária
1930 .....	296	271	267	223
1931 .....	327	294	266	210
1932 .....	360	325	256	210
1933: Janeiro ..	355	312	253	206
Fevereiro ..	349	308	252	204
Março ...	350	306	252	204
Abril ....	342	296	248	201
Maio ....	345	297	250	202
Junho ...	343	293	251	200

### Atrasados comerciais

Os atrasados comerciais formaram-se em consequência da necessidade de retirar cambiais para o pagamento do "Consolidation Credit", num total de £ 6.500.000 e da queda da exportação durante a rebelião paulista, computada em £ 7.000.000.

Já em fins de 1931, o Banco do Brasil calculava esses atrasados em 250.000:000\$, aumentados, em fins de 1932, para 550.000.

Era necessário regularizar tal situação, prejudicial ao crédito público e aos negócios em geral.

Graças à interferência de Sir Otto Niemeyer, da ação de Sir Henry Linch e, nos Estados Unidos, da missão enviada à Conferência de Washington, foi possí-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

vel realizar os acordos americano e europeu. Esses acordos, que foram oficialmente divulgados em todos os seus detalhes, permitem ao Banco do Brasil efetuar a liquidação ajustada no prazo de seis anos, juros de 4 %, e a taxas cambiais grandemente favoráveis.

Importaram as adesões acordadas em 194.000:000\$ para os americanos e 281 mil para os europeus, ou seja um total de 445.000:000\$.

Com a operação realizada, libertou-se o país das exigências prementes dos atrasados comerciais, salvo pequena parcela, que os franceses não quiseram incluir na combinação européia, feita através de nossos banqueiros em Londres. Ficou, igualmente, desafogada a pressão cambial sofrida pelo comércio, cujos negócios não tardarão em normalizar-se.

### Descoberto do Banco do Brasil

Entre os desacertos de que é responsável o Govêrno deposto figurava, como tive ensêjo de dizer, o descoberto do Banco do Brasil, na importância de £ 6.500.000, do qual se pagou a última prestação, poupando-se ao nosso principal estabelecimento de crédito graves e, talvez, irreparáveis prejuízos.

E' oportuno sublinhar que as £ 6.500.000 tomadas em 1930, produziram, a 40\$ a libra, pelo câmbio da época, muito menos do que seria necessário, agora, em mil réis, para pagá-las. Devido, entretanto, à orientação cambial do Govêrno, a liquidação processou-se sem o menor onus para o Tesouro, uma vez que a diferença, tendo sido apenas de 29 mil contos, foi compensada pelos juros. Não fôra essa orientação e o cancelamento da "Consolidation Credit" custaria, como aconteceu com a de con-

signações de café Hard Rand & Comp. e Murray & Simonsen, feitas no Governo deposto, mais de 70.000:000\$ a liquidar.

### Outras operações e providências

Afora as operações citadas, financiou-se o recolhimento dos bonus paulistas, antecipando ao governo estadual, sob promessa de pagamento em títulos através do Banco do Brasil, a importância de 180.000:000\$. Tratava-se de providência necessária e inadiável, uma vez que a emissão, realizada durante o movimento rebelde, viria crear situação de maiores sacrifícios às populações, já provadas na luta, e desorganizar a economia estadual, com funda repercussão na do país.

Executaram-se, ainda, por intermédio do Ministério da Fazenda, medidas de alto alcance, entre as quais a reforma das leis fiscaes, a das Loterias, a revisão das tarifas, a da lei de seguros, a do Domínio da União, a da Casa da Moeda, a do Imposto da Renda, a da Recebedoria de São Paulo, a de Isenções, a de Vendas Mercantis, a do Imposto de Consumo e outras. Procedeu-se ao relacionamento da chamada dívida passiva, cuja liquidação foi autorizada pelo Decreto n. 23.298, de 27 de outubro do corrente ano, satisfazendo-se, assim, um reclamo constante dos credores do Tesouro Nacional, por vários títulos, e expediu-se o Decreto n. 23.150, de 15 de setembro de 1933, estabelecendo novas regras de elaboração e execução orçamentária, grande e fecunda iniciativa de prometedores resultados para a ordem e segurança das finanças nacionais.

Iniciou-se, finalmente, a reforma do Tesouro sob bases racionais, capazes de renovar esse arcaico órgão central de administração, ajustando-o às suas crescentes

atribuições de direção e contróle dos serviços da fazenda pública.

### Compromissos externos

A ordenação financeira não seria possível sem a regularização das dívidas externas. O *Funding*, a que foi coagido o Governo na liquidação do acêrvo recebido, é mero expediente financeiro, que posterga os pagamentos, aprovando as dívidas. Não se poderia considerá-lo solução definitiva. Pretender prorrogá-lo seria de efeitos desastrosos, material e moralmente, para o país.

Estudou-se, por conseguinte, a retomada dos pagamentos, envolvendo em sua proposição a dos Estados.

As combinações feitas, sob a direta autoridade de Sir Otto Niemeyer, podem ser consideradas como aceitas e resolvidas, decorrendo delas a obrigação de pagamentos externos, gerais, de nossas dívidas, dentro das possibilidades cambiais, e mais o levantamento do depósito especial em mil réis, que o Governo vinha, por conta do *Funding*, efetuando no Banco do Brasil.

A vida financeira nacional jamais chegaria a consolidar-se se a dos Estados continuasse a se processar em desacôrdo com as normas estabelecidas para a restauração do crédito federal.

Assim entendendo, procurámos sempre adaptar a ação dos Interventores à orientação central e acreditamos que esta política de unidade financeira, proveitosa sob todos os aspectos, quer às dívidas externas, quer às internas, será consagrada como uma das melhores conquistas da Revolução. De nada valeria a ordem nas finanças nacionais com a anarquia nas estaduais.

### O problema do café

Afim de ultimar a execução do programa governamental relativo ao problema cafeeiro, houve necessidade de modificar a organização do Conselho Nacional de Café, que foi substituído pelo Departamento Nacional do Café, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda.

Os objetivos do Governo ao defrontar o *crak* do café, legado do regime deposto, podem ser considerados como atingidos integralmente.

Propusera-se adquirir os *stocks*, os cafés acumulados, as sobras das safras, com o fim de restabelecer o equilíbrio estatístico e restituir êsse produto basilar da nossa economia à liberdade comercial.

Em casos similares, outros países viram fracassados seus planos, como ocorreu com a borracha, com o algodão, com o trigo e até com os metais. O Brasil fez um supremo esforço e conseguiu retirar dos mercados, ao fim de três anos de ação tenaz, 49.524.514 sacas de café, tendo incinerado 23.592.949.

A safra última, a maior de toda a nossa produção cafeeira, adquirida a quota de sacrifício, escoar-se-á sem deixar sobras.

A safra futura será inferior à nossa exportação normal. Poderá, então, volver o café à liberdade de comércio, livre de taxas e de onus, para reconquistar os mercados perdidos e entrar, vantajosamente, na concorrência com os demais produtores.

### Situação atual

A política cambial, a Caixa de Estabilização Bancária, e a ação central do Banco do Brasil produziram efeitos salutareos para a economia e as finanças do país.

O crédito alargou-se, os negócios movimentaram-se, as iniciativas retomaram aplicações, as indústrias volveram à plenitude de suas atividades, a produção, sob todas as suas formas, multiplicou-se, e o país usufruiu, hoje, ambiente desafogado em comparação com outros povos.

A moeda brasileira mantém o seu valor de relação com as demais moedas, melhorando, francamente, o seu poder aquisitivo interno e permitindo, assim, o aumento da importação, da produção, do comércio em geral.

O crédito público, conforme evidenciam as cotações nos grandes mercados, externos e internos, europeus e americanos, vem sendo fortalecido por uma maior procura e crescente valorização dos nossos títulos.

A situação financeira do Tesouro desafogou-se com os recursos provenientes das operações dos atrasados comerciais e do novo acôrdo sôbre as dívidas externas, permitindo liquidar todos os onus dos exercícios passados, sem novos gravames, antes deixando disponibilidades de quasi meio milhão de contos, restante dos depósitos, à ordem do Govêrno, existentes no Banco do Brasil. Graças a êsses recursos, crear-se-á o Banco Rural, complementar da Lei de Usura, atendendo-se à mais preterida e indeclinável das necessidades da economia nacional.

Não podia encerrar êste capítulo da atuação do Govêrno Provisório, no que diz respeito à economia e finanças, sem aludir ao nosso comparecimento às conferên-

cias de Washington e Londres, cujos trabalhos já foram amplamente divulgados.

Quando o mundo atravessa crise sem precedentes, que perturba profundamente a vida das nações mais ricas e organizadas, ao Brasil cumpria cooperar, na medida das suas possibilidades, para o estudo e solução dos graves problemas do momento econômico mundial.

### Administração e finanças dos Estados

Parece supérfluo dizer que o Govêrno revolucionário encontrou a maioria dos Estados em péssima situação administrativa e financeira. O descalabro no emprêgo dos dinheiros públicos não tinha limites e os *deficits* se acumulavam de forma assustadora. O balanço global das finanças estaduais, procedido no ano de 1930, apresentava um *deficit* de 472.450:000\$, contra o total de 423.951:000\$ em 1929, época considerada de desafôgo e prosperidade. As dívidas internas e externas atingiam a 2.941.001:000\$ e 885.948:000\$, respectivamente, não incluídos 1.107.000:000\$ de dívida flutuante, conforme as apurações verificadas até 31 de dezembro de 1930. As receitas arrecadadas no mesmo ano somaram 1.012.177:000\$, para uma despesa realizada de..... 1.484.527:000\$.

Quasi nada se liquidava da dívida consolidada, enquanto a flutuante tendia sempre a aumentar. Em alguns casos, as despesas mais elementares, inclusive os vencimentos do funcionalismo, tinham o pagamento retardado por longos meses.

Para salvar as aparências, muitos Estados esforçavam-se por esconder a realidade da situação, ocultando uns aos outros as dificuldades em que viviam e do mesmo

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

modo à União, à qual apenas se dirigiam quando precisavam de endosso para operações financeiras externas ou auxílios do Governo central.

A análise procedida nos balanços financeiros das unidades federativas evidencia a preocupação de que a própria União dava o exemplo, de desorientar a opinião pública com resultados propositadamente alterados. Verdadeira balbúrdia administrativa existia por toda parte, agravando as consequências da desorganização financeira.

A acumulação de *deficits* era tão alarmante, nos últimos anos, que a administração revolucionária julgou indispensável decretar o chamado Código dos Intervenores, com o fim de regularizar a vida econômico-financeira dos Estados.

A-pesar-da rigorosa compressão efetuada nas despesas, em 1931, apresentava-se o *deficit* total de..... 312.411:000\$. Confrontando as cifras referentes aos dois anos anteriores, apuram-se, nos gastos, 221.990:000\$ para menos e, ao mesmo tempo, a diferença, nas receitas, de 110.450:000\$, também para menos, relativamente a 1929.

E' bem possível, se não ocorressem, em 1932, perturbações da ordem, que muitos Estados conseguissem atingir o equilíbrio orçamentário. A soma total dos *deficits* no referido ano baixou a 178.297:000\$, convindo observar que só o Estado de São Paulo absorveu, neste cômputo, a parcela de 164.000:000\$. Por outro lado, as despesas efetuadas não ultrapassaram de..... 1.260.312:000\$.

Para dar uma idéia da política de compressão a que foram submetidos os Estados, basta referir as importâncias globais das despesas correspondentes aos cinco últimos anos:

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

1928	—	1.381.631:000\$000
1929	—	1.672.690:000\$000
1930	—	1.484.627:000\$000
1931	—	1.450.700:000\$000
1932	—	1.260.312:000\$000

Estas cifras testemunham eloquentemente a atuação proveitosa do Governo revolucionário. O Código dos Interventores começa a produzir, nesse terreno, salutareos efeitos. Compare-se o *deficit* de 1929, época desafogada e de paz interna, com o de 1932: o primeiro atinge a 423.951:000\$ e o segundo a 178.279:000\$.

Com a preocupação de encobrir a verdade, chegou-se, na administração passada, a majorar as receitas com parcelas provenientes de fontes impróprias, deixando-se, ao mesmo tempo, de consignar gastos realmente efetuados. O expediente produzia o efeito desejado, isto é, equilibrava, aparentemente, os orçamentos. O abuso não parava aí. Recorria-se ao ouro estrangeiro, contraindo compromissos avultados e ruinosos cujas consequências funestas estão se fazendo sentir na situação financeira dos Estados e da União.

Possú-se atualmente um levantamento completo dos empréstimos externos dos Estados e das Municipalidades. Foi preciso muito esforço para realizar esta tarefa. Os dados eram sempre incompletos e vagos. Com o auxílio dedicado dos Interventores, a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos pôde ultimar o balanço respectivo, prestando inestimáveis serviços ao país. O total dos empréstimos contraídos pelos Estados e Municipalidades, desde o Império, atingiu a soma de £ 202.083.865. Resgataram-se £ 107.479.460, e a circulação atual eleva-se a £ 94.604.405, ou sejam 3.784.176:000\$ ao câmbio de 6 dinheiros.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

A vida administrativa da maioria dos Estados e Municípios muito lucrou sob o regime das Interventorias. Foi regra geral, observada pelos delegados do Governo Provisório, a compressão das despesas e a aplicação rigorosa dos dinheiros públicos, melhor arrecadados e utilizados. Entre os tributos anti-econômicos enraizados nos orçamentos, os de mais lamentável repercussão eram os impostos interestaduais e intermunicipais. Para eliminá-los, expediram-se providências já conhecidas e cujos resultados refletem grande diminuição nessas taxações, condenadas a desaparecer em breve tempo.

### RELAÇÕES EXTERIORES

A atividade do Governo Provisório, no que se refere às relações exteriores do Brasil, caracterizou-se, nestes três anos decorridos, por um trabalho constante de solidificação da paz com todos os países e de mais estreita cooperação inter-americana.

Vitorioso o movimento revolucionário de 1930, cumpria ao Governo por êle instituído esclarecer devidamente a opinião internacional acêrca dos seus propósitos, para desfazer a impressão falsa que se procurara crear em torno da Revolução. Tão firmes e satisfatórias eram as nossas razões, que, no curto espaço de 72 horas, a maioria das nações reconheceu, *de jure*, a nova ordem política que passava a reger o país.

Resolvida auspiciosamente esta preliminar, entrá-mos, desde logo, a tratar dos inúmeros e complexos problemas que se nos deparavam e de cuja solução dependia o êxito dos novos rumos da nossa política externa.

### Reformas de serviços

A ação do Governo, na órbita internacional, pressunha, entretanto, a existência de um aparelhamento capaz de torná-la rápida e eficiente. A experiência demonstrara que a Secretaria das Relações Exteriores, como estava constituída, não preenchia perfeitamente os seus fins. Pela organização existente, ainda do tempo da Monarquia, o Ministério era servido por três corpos de funcionários: o diplomático, o consular e o burocrático pròpriamente dito; os dois primeiros, formando classes distintas, independentes uma da outra, e o terceiro, um quadro permanente, com todos os defeitos inerentes a sua feição rotineira. Na realidade, a nossa situação internacional pedia órgão mais plástico, dotado de pessoal com maior capacidade de trabalho, susceptível de adaptar-se, quando fosse mister, às variadas contingências do serviço.

Corrigiu-se a lacuna com a reforma que suprimiu o chamado quadro burocrático, refundindo-o nos quadros diplomático e consular. A Secretaria ganhou a mobilidade de que carecia, ao ter o seu pessoal recrutado entre os funcionários do serviço externo pelo sistema de roatividade. Chamados a trabalhar no Brasil, por períodos regulares, diplomatas e cónsules ficarão, por sua vez, familiarizados com a economia interna da repartição, emprestando-lhe o contingente de sua experiência nos postos e recebendo, com uma melhor compreensão das nossas possibilidades, conhecimentos indispensáveis para atuarem eficientemente no estrangeiro.

### Intercâmbio comercial

Os três últimos anos coincidiram com o período de maiores dificuldades defrontadas pelo comércio internacional. Após o tratado de Versalhes, verificou-se acentuado retraimento nas trocas internacionais, refletindo a ânsia de bastar-se cada povo a si mesmo e a tendência para o isolamento. As perturbadoras consequências dessa atitude se fizeram sentir na queda brusca e crescente das importações e exportações, que desciam à medida que se elevavam as barreiras alfandegárias, e de confinamento financeiro. Definindo sinteticamente essa situação, de certo modo paradoxal, eminente economista acertou dizendo: "As nações que, no âmbito da economia mundial, haviam fomentado mutuamente sua riqueza de modo tão admirável, preocupam-se, agora, com anelo crescente, em acelerar, mediante recíprocos obstáculos, a ruína de todos".

Do entrecruzar desses interesses contraditórios resultou, para a humanidade, uma crise generalizada que se caracteriza pelos sintomas mais graves e variados: desvalorização de todos os produtos, levando à ruína a lavoura e as indústrias; aumento contínuo de desempregados, agravando ao mesmo tempo o problema social e econômico; desequilíbrio dos orçamentos nacionais, determinando majorações de tributos aduaneiros e internos, que ainda mais reduzem o movimento dos negócios; limitações e proibições de toda espécie, traduzindo-se pela diminuição contínua do comércio internacional.

Situação mundial de tamanha gravidade veio encontrar o Brasil sem um estatuto internacional de comércio, que pusesse a nossa produção ao abrigo de surpresas. Não possuíamos uma política de convênio, mas, apenas,

uma dezena de tratados e acordos, alguns celebrados pelo Império, há quasi um século, outros mais recentes, forçados por circunstâncias de momento, todos sem uma diretriz homogênea, e, fora dêsses poucos atos, a ausência de qualquer compromisso ou entendimento que pudéssemos utilizar em nossa defesa, perante a grande maioria dos países com quem negociamos.

A falta de uma política comercial tornara-se tanto mais sensível quanto a remodelação política da Europa, consequente da grande guerra, determinou o aparecimento de países novos, cujos mercados nos estavam praticamente vedados, visto as respectivas alfândegas só concederem os favores da tarifa mínima aos produtos dos que a êles se ligaram por convênios internacionais.

Tendo em vista esta circunstância e, ainda, a necessidade de atualizar as nossas pautas aduaneiras, instrumento para negociação de acordos, o Governo Provisório promulgou o decreto n. 20.380, de 8 de setembro de 1931, em que estabeleceu novo regime tarifário, mandando o Ministério da Fazenda proceder à revisão das tabelas em vigor, ainda de 1901, salvo alterações parciais, e encarregando o Ministério das Relações Exteriores de entrar em entendimento com todos os países com representação no Brasil, para ajustar com êles convênios comerciais.

A orientação adotada no referido decreto prevê duas fases de negociações. A primeira visa garantir aos produtos nacionais, em todos os mercados que nos possam interessar, tratamento não menos favorável do que o concedido aos produtos similares dos nossos concorrentes, com a segurança, a mais, de que os favores e vantagens, que se lhes concedam, serão estendidos aos produtos brasileiros, independentemente de qualquer concessão pelo Brasil. Pondo em prática a medida adotada, o Ministério das Re-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

lações Exteriores celebrou, nestes dois anos, tratados e convênios com 31 países.

Como consequência dessa vasta rede de ajustes, que encerra a primeira fase das negociações previstas, ficaram assegurados três resultados imediatos: nos países que nos dispensavam, de fato, o tratamento por nós pleiteado, essa situação deixou de ser uma concessão da parte deles, para se tornar direito exigível, em caso de ameaça; nos países que reservavam aquele tratamento às partes ligadas por convênios, entre os quais figuram todas as novas e prósperas repúblicas da Europa Central e do Báltico — Polônia, Tchecoslováquia, Áustria, Húngria, Finlândia, Lituânia, Letônia e Estônia — abrimos mercados que nos estavam interditos pela diferenciação das tarifas alfândegárias; em uns e outros, já entramos, efetivamente, no gôzo de algumas vantagens ou favores, concedidos aos nossos concorrentes, independentemente de negociações ou concessões de nossa parte.

Examinamos, atualmente, a possibilidade de melhorar a posição já conquistada pelos acordos celebrados, obtendo que sejam removidas quaisquer dificuldades que, sob a forma de direitos de importação excessivos, limitações ou proibições regulamentares, se oponham à entrada dos principais produtos da nossa exportação. Concessões dessa natureza, é certo, não se obtêm senão em troca de outras equivalentes. O Governo precisa, por isso, usar de muita prudência e discernimento, nas regalias a conceder, de modo a não provocar, com elas, apreensões à produção agrícola e industrial do país.

A segunda fase, que consiste em “negociações suplementares, para protocolos adicionais, relativos a quaisquer facilidades ou vantagens comerciais, que não importem em favores particularizados a qualquer nação”, já foi praticamente iniciada pela inclusão de cláusulas

aduaneiras nos tratados com o Uruguai e a República Argentina. Apenas, por estar convencido da repercussão que as concessões tarifárias podem ter sobre o complexo da produção nacional, o Govêrno agiu, em ambos os casos, com a indispensável cautela, deixando de imprimir a êsses atos, de alta importância política, toda a amplitude que desejaria dar-lhes: no caso da República Argentina, reduzindo as trocas de concessões ao mínimo de produtos; no caso do Uruguai, dando à tentativa de intercâmbio livre carater experimental, pela possibilidade de revisão anual das cláusulas relativas às permutas de mercadorias.

É oportuno assinalar que o ajuste e celebração de atos internacionais não têm sido a obra mais árdua nem, talvez, a de mais imediata eficácia, da nossa diplomacia comercial, nestes três anos de crise mundial, durante os quais teve de exercer constante e solícita vigilância, na defesa do nosso comércio exterior, contra medidas de toda natureza que vêm ameaçando ou atingindo cada um dos nossos principais produtos: aumento de direitos alfandegários, limitação, suspensão ou proibição de importações, regimes de quotas e de licenças prévias, sem falar no sem número de pequenas exigências regulamentares, que entram, cada dia mais, o desenvolvimento do intercâmbio das nações. As nossas reclamações no exterior, como as que, por outro lado, recebemos, contra medidas de igual natureza, constituem tarefa absorvente e delicada a cargo da nossa diplomacia, embora tenhamos encontrado o mesmo espírito de conciliação por parte dos países com que negociamos, permitindo solucionar favoravelmente quasi todas as dificuldades até hoje surgidas.

### Política continental

A nossa política na América continua a merecer especial e constante atenção.

O Brasil tem vivido e quer continuar a viver na mais estreita união de vistas com os Estados civilizados. Nem pode, mesmo, furtar-se a êsse dever de solidariedade humana. Dadas as condições políticas e econômicas do nosso tempo, é impossível a qualquer país subtrair-se ao convívio internacional; a cooperação e assistência mútua impõem-se, cada vez mais, como fatores essenciais para a estabilidade de paz entre os povos.

Sem esquecer êstes imperativos de solidariedade internacional, é, entretanto, para o Continente americano que se voltam de preferência as nossas atenções. Somos parte não pequena da grande família americana, e esta forma, em todos os sentidos, pela origem, evolução, necessidades e objetivos, um mundo inteiramente distinto, em que nos cabe uma parcela de responsabilidade histórica, que não podemos desprezar e impõe o prosseguimento da nossa política tradicional, sintetizada, há mais de cem anos, na expressão — *sistema americano* — de José Bonifácio, e objetivada na gestão gloriosa do segundo Rio Branco.

A atitude de isolamento ou de simples desinterêsse pelas dificuldades políticas e econômicas, em que se debatem alguns países do Continente, poderá ser cômoda; não será, porém, a mais humana, nem, seguramente, a que o destino nos reservou, como nação mais extensa e populosa da América do Sul, confinando com quasi a totalidade dos países que a compõem.

Ao iniciar a sua administração, o Governo Provisório impressionou-se com o lamentável desentendimento, que meses antes interrompera as relações entre o Perú

e o Uruguai. Aceitos os seus bons officios, graças ao espirito de conciliação dos dois países, e correspondendo ao nosso empenho, restabelecia-se, pouco depois, a amizade que sempre os uniu.

Não foi menor satisfação ver coroado de êxito o nosso trabalho tendente a reconciliar a Venezuela e o México, cujas relações estavam suspensas desde 1923.

Há quasi dois anos, esforça-se o Brasil, em completa e estreita colaboração com outros países americanos, por conseguir que o Paraguai e a Bolívia encontrem uma base de acôrdo amigável para a solução do conflito do Chaco. Até ao meiado do corrente ano, o estudo da questão esteve entregue a uma Comissão de Neutros, especialmente constituída em Washington, da qual faziam parte, além dos Estados Unidos da América, o Uruguai, Colômbia, Cuba e México. Estranhos, embora, a essa Comissão, não deixamos de prestar-lhe, durante as suas atividades, completa assistência, no sentido de facilitar-lhe a tarefa de harmonizar as duas nações dissidentes. Continuamos, além disso, a atuar sem interrupção, isolada ou coletivamente, por sugestões próprias ou em apôio às de terceiros interessados como nós na paz do Continente.

Pareceu possível, em dado momento, chegar-se a acôrdo satisfatório, sob a base do arbitramento, ao firmar-se, na cidade de Mendoza, uma ata de mediação entre os govêrnos do Chile e da Argentina. Solicitado por ambos, o Brasil deu-lhes inteiro apôio. Infelizmente, desapareceram logo em seguida todas as esperanças de acomodação pacífica. Após laboriosas negociações, o lamentável dissídio entrava no seu período agudo, com a declaração de guerra entre a Bolívia e o Paraguai e a decisão, tomada pela Comissão dos Neutros, de considerar findos os trabalhos de conciliação.

Colocando-se na posição jurídica de neutro, o Brasil não se desinteressou, politicamente, do assunto. Ao dar

por encerrados os seus trabalhos, a referida Comissão entregara a solução do conflito à Liga das Nações. Apesar disso, não hesitámos em propor que se tentasse, ainda, uma ação conjunta dos países limítrofes com os contendores, no sentido de estudar e sugerir um meio capaz de decidir pacificamente a luta.

Não significava a iniciativa do Brasil falta de confiança na intervenção conciliadora do instituto de Genebra, com o qual colaborámos durante vários anos e cujos esforços para preservar a paz no mundo sempre reconhecemos. A questão do Chaco assumira para nós, desde o início, aspecto genuinamente continental, e sentíamos, em consciência, a obrigação de tentar, uma vez mais, antes que se procurasse solução em outro ambiente, resolvê-la no quadro exclusivamente americano, limitado, embora, às nações do A. B. C. P., que, por suas condições geográficas, tinham, como é fácil compreender, interesse primordial em dirimir a contenda. Máu grado não chegamos, dessa como das outras vezes, ao acôrdo definitivo de paz por todos desejado, tornaram-se evidentes os resultados conseguidos pela ação conjunta do A. B. C. P., afastando muitas dificuldades que mantinham irreduzíveis as nações desavindas.

A presença, nesta Capital, do ilustre Chefe da Nação Argentina e o alto significado dessa visita para a concretização do espírito pacifista americano ofereceram oportunidade para dirigirmos um apêlo em comum aos dois países irmãos, justificadamente esperançados em restabelecer a paz no Continente.

Outro acontecimento que também nos preocupou foi o conflito surgido entre o Perú e a Colômbia, com a ocupação, por forças peruanas, da cidade de Leticia, cedida anteriormente à Colômbia, em virtude do tratado Salomón-Lozano, firmado, na cidade de Lima, em 1922.

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

A gravidade do novo incidente consistia, principalmente, na circunstância de haver ocorrido às portas de nossas fronteiras, na região banhada pelos rios Içá e Amazonas, quasi à vista da povoação brasileira de Tabatinga. Isto nos obrigou, sobretudo depois que o incidente assumiu carater de verdadeira luta armada, a tomar as medidas necessárias para guarnecer aquela região, de forma a evitar que o conflito se estendesse também ao nosso território. Paralelamente com essas medidas acauteladoras da soberania nacional, empenhávamos esforços junto aos contendores no sentido de obter que o território litigioso fôsse entregue, provisoriamente, à administração de delegados brasileiros, que no prazo mais curto possível o devolveriam às autoridades legais da Colômbia, seguindo-se, imediatamente, uma conferência, a realizar-se na Capital do Brasil, na qual os dois países considerariam, com largo espírito de concórdia, o tratado Salomón-Lozano.

Não foi possível, porém, chegar a entendimento satisfatório. Verificou-se, posteriormente, a intervenção pacificadora da Liga das Nações, quando se assentou entregar o território a uma comissão por ela designada, que o administraria durante um ano, esperando-se, fundamentamente, que, no decorrer dêsse prazo, se chegasse a um acôrdo pacificador.

A comissão referida constituiu-se de três delegados, um brasileiro, um norte-americano e um espanhol, e cumpre a missão que lhe foi confiada, enquanto os delegados dos dois países interessados, atualmente reunidos nesta Capital, estudam uma solução conciliatória.

Quanto à política americana, a nossa atividade se fez sentir, ainda, nas relações de ordem econômica e social, através de tratados e convênios celebrados com várias nações do Continente, uns já firmados, outros em pleno

andamento: acordos de comércio e navegação, com o Uruguai e a Argentina; de comércio, com a Colômbia, com o México e com o Canadá; convenção fluvial, com o Paraguai, regulando a navegação nas águas jurisdicionais dos dois países; convenção sobre delitos de ordem social, com a Argentina; de extradição de criminosos, com o Uruguai e a Argentina; demarcação das fronteiras com as Guianas Holandesa e Britânica.

### **A presença do Presidente da Nação Argentina no Brasil**

Com a República Argentina, além dos atos acima citados, assinámos mais uma série de outros, aproveitando, para isso, a oportunidade auspiciosa da visita com que nos honrou o ilustre Presidente General Agustin P. Justo. Simples enumeração demonstra a importância e alcance das questões reguladas: intercâmbio artístico e intelectual, permuta de publicações, revisão de textos de ensino de História e Geografia, fomento do turismo, exposição de amostras e venda de produtos nacionais, prevenção e repressão do contrabando e regulamentação da navegação aérea. Ao lado dessas iniciativas, cumpre destacar, pela alta e excepcional expressão de seus objetivos, o tratado anti-bélico que, consolidando a amizade tradicional entre o Brasil e a Argentina, inaugura nova fase na política americana, cujos resultados não tardarão em ser fecundos para a paz continental.

A celebração de tais atos bastaria para tornar histórica e memorável a presença, entre nós, do preclaro Presidente da Nação Argentina. Pela segunda vez, no decurso de cem anos de vida independente, um chefe de Estado argentino afasta-se do poder para trazer-nos o penhor da amizade do seu país. Não é acontecimento

comum. O Governo Provisório compreendeu-lhe o alcance e significação, dispensando ao ilustre visitante homenagens excepcionais, a que se associou entusiasticamente o povo brasileiro, em manifestações de franca e carinhosa hospitalidade. Para nações com as responsabilidades da Argentina e do Brasil, compenetradas do papel histórico que lhes foi reservado nos destinos do Continente, essa visita evidencia exuberantemente o forte espírito de confraternização e constante desejo que as anima no sentido de concorrer, com os próprios exemplos, para a manutenção da paz, do progresso e do bem-estar da América.

### Demarcação de fronteiras

A atuação do Governo Provisório ficaria incompleta se não compreendesse também a demarcação da nossa extensa linha de limites com os países vizinhos. Não basta marcá-la nos mapas, cumpre, principalmente, fixá-la no solo, para tornar efetiva a posse. O trabalho de demarcação, complexo e moroso, não se restringe apenas à colocação de marcos divisórios, devendo abranger, ao mesmo tempo, o levantamento topográfico das zonas de fronteira e sua caracterização.

As comissões de limites, compostas de civis e militares, vêm desempenhando tão patriótica e árdua tarefa, despreocupadas dos riscos que são obrigadas a enfrentar, longe do conforto da civilização e, por vezes, vítimas das endemias reinantes nas zonas inhóspitas que percorrem.

### Visitas de altas personalidades

Acontecimentos de relêvo em nossas relações internacionais foram as visitas de altas personalidades oficiais estrangeiras, verificadas em condições que muito nos des-

vaneceram. Celebramos com efusivas manifestações de entusiasmo a vinda ao Brasil do General Italo Balbo, Ministro da Aeronáutica da Itália, comandando uma esquadilha de 12 aviões, primeira Armada Aérea que atravessou o Atlântico, num vôo magnífico de arrôjo e eficiência profissional.

Pouco depois, chegava a esta Capital, em honrosa visita de cortezia, Sua Alteza Real o Príncipe de Gales, herdeiro da Corôa Britânica, acompanhado de seu irmão, o Príncipe Jorge. Ambos foram hóspedes particularmente gratos aos sentimentos brasileiros, como comprovaram as expressivas homenagens que lhes tributámos, penhor da forte e velha cordialidade que nos liga ao povo inglês.

Recebemos, também, a visita da Senhora Euzébio Ayala, espôsa do Presidente da República do Paraguai, e dispensámos à ilustre dama, além do acolhimento oficial que lhe correspondia, inequívocas provas de consideração social.

Cabe referir, finalmente, a presença entre nós, numa estação de férias, de Sir John Simon, eminente Chanceler dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra. Embora a sua viagem não revestisse caráter oficial, prestámos-lhe significativas homenagens de simpatia e aprêço.

De forma sucinta, deixamos exposto o trabalho realizado pelo Governo Provisório no campo das relações internacionais.

A simples enunciação dos fatos demonstra que a nossa política externa entrou em franco renascimento.

Ampliando a esfera de nossas atividades comerciais, reafirmando os nossos anseios de paz e propósitos de cooperação e fomentando o intercâmbio das grandes conquistas da inteligência e do pensamento, marcámos novos

rumos de ação construtora, para, sem veleidades de hegemonia e sòmente firmados no direito, elevar o conceito do Brasil perante as demais nações e nos conselhos da política continental.

## FÔRÇAS ARMADAS

### Exército

O Exército, fiel à sua tradição histórica, depois de colaborar decisivamente com a Nação para a vitória do grande movimento reivindicador da sua soberania, continuou inteiramente dedicado à sua missão precípua de manter a ordem interna e de garantir a integridade da Pátria.

A organização atual das fôrças de terra não proporciona, no entanto, o rendimento que é dado esperar das nossas atividades militares. A falta de dotações orçamentárias suficientes obriga à concentração dos fracos efetivos disponíveis, impedindo, por consequência, a disseminação conveniente dos benefícios da instrução militar e da atmosfera de segurança que ela proporciona. As regiões menos favorecidas do país em recursos educativos, onde a organização militar poderia ter uma ação civilizadora, facilitando, ao mesmo tempo, o povoamento e a colonização, vêem-se privadas dêsses benefícios. Grandes zonas afastadas e isoladas dos centros de vida intensa, onde a ousadia do mais forte se substituí à vigilância da autoridade; núcleos de população vivendo rudimentarmente, sem noção de direitos e deveres; tudo está a pedir uma distribuição mais razoável e proveitosa dos efetivos militares, de modo a aproveitá-los como fatores de atuação educativa e de progresso social.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Para atingirmos essa finalidade, torna-se necessário, sem dúvida, crear novas unidades e estacioná-las, de preferência, nas zonas fronteiriças mais indicadas e no "hinterland". Além da instrução militar, ministrariam ensino e inculiriam hábitos de ordem e trabalho, transformando os conscritos em cidadãos úteis e concientes. Com os resultados reconhecidos às antigas colônias militares, tudo aconselha retomarmos a experiência, naturalmente, em moldes mais práticos e modernizados. As circunstâncias atuais de tranquilidade internacional na América do Sul, afiançada pela nossa política pacifista e pelos atos mais recentes de bom entendimento recíproco, permitem ampliar o aproveitamento da capacidade educativa dos militares, fazendo-a beneficiar recantos afastados do país, onde os quartéis deverão ser escola de trabalho e de civismo.

Semelhante orientação se harmoniza, aliás, com a nova lei de Serviço Militar, que operou grande aperfeiçoamento no sistema de conscrição, sem onerar as classes alistáveis e generalizando as obrigações legais. Esse critério de equidade, ampliando o sorteio, virá, necessariamente, exigir nova distribuição de núcleos instrutores e concorrer para intensificar a preparação da mocidade em todas as regiões do país.

Após a vitória de 1930, enquanto restabelecia em seus lugares, na escala hierárquica, valorosos oficiais dela afastados e auxiliares decisivos para a transformação política operada, o Govêrno procurava estimular os elementos dos quadros que, por atos de boa vontade, coerência e capacidade profissional, demonstravam aptidões para a carreira militar. Sem lançar mão de medidas tendentes a delimitar a ação dos militares na política, podemos comprovar a existência, no seio da classe, do desejo predominante de manter o Exército afastado das compe-

tições partidárias, fiel aos seus deveres cívicos e atento sempre, dentro da esfera de sua particular atividade, aos superiores interesses do país.

Julgo natural que, como qualquer cidadão, o militar exerça atividade política, desde que para isso evidencie competência e pendores especiais, podendo, também, atuar com relevância na administração pública. Perturbadora seria, em contraste, a interferência coletiva dos militares, como corporação ou classe, na vida política do país, sobrepondo-se à consciência cívica nacional, para instituir o regime militarista que, felizmente, nunca se tentou implantar no Brasil, onde as forças armadas foram sempre braço executor da vontade civil da Nação.

Visando a homogeneização da cultura geral e especializada dos quadros, facilitou-se o ensino, aperfeiçoando-o: os Colégios Militares tiveram a ação educativa ampliada; a Escola Militar é hoje, exclusivamente, um instituto de ensino profissional; as escolas de armas, com as novas unidades-modelos, estão corrigindo e atualizando os conhecimentos de oficiais subalternos, capitães e superiores, mediante preparação prática de resultados já comprovados; as escolas técnicas de Engenharia, de Intendência, de Aplicação do Serviço de Saúde e de Veterinária funcionam com real aproveitamento para o Exército; a Escola de Estado-Maior mantém e desenvolve, satisfatoriamente, os seus trabalhos, preparando os futuros chefes militares.

Tal o aspecto do problema do pessoal do Exército, para cuja solução muito tem contribuído a Missão Militar Francesa.

A par do desenvolvimento técnico, os quadros do Exército exigem uma revisão equitativa das condições de acesso e remuneração. Enquanto, para alguns, a carreira militar se faz com facilidade, para outros, sofre

retardamentos que precisam ser corrigidos. Quanto aos quadros de sargentos, já se estudam providências destinadas, em parte, a sanar erros administrativos, a aproveitar os inferiores de vocação militar comprovada e a manter a alimentação dos quadros de reserva, de acôrdo com as exigências e normas dos exércitos modernos.

O restabelecimento das antigas escolas preparatórias, a melhoria proporcional dos vencimentos dos sargentos efetivamente arregimentados e a reorganização dos quadros de escreventes, instrutores e empregados, são iniciativas oportunas que, feitas com critério e segundo os ensinamentos decorrentes de longa experiência, virão contribuir para satisfazer justos reclamos e estimular, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento militar.

O problema máximo do Exército, já o declarei em outra oportunidade, é o do material. Sob certos aspectos, a sua penúria atingiu a limites que não podem ser ultrapassados. Fora de qualquer preocupação armamentista, que não temos e estaria muito além das nossas possibilidades financeiras, é necessário admitir um mínimo de aparelhagem bélica indispensável ao exercício normal da função militar. O progresso formidável dos meios mecânicos de ataque aconselha a aquisição de elementos, quando menos, defensivos, e sem os quais seria impossível dar relativa eficiência às fôrças armadas.

O Governo esforça-se por estimular a fabricação de algum material no país, embora convencido de que o problema só poderá resolver-se cabalmente com a criação da siderurgia nacional. Ainda há pouco, enviou à Europa uma comissão incumbida de visitar os principais centros de indústria militar, com o fim de estudar-lhe os aperfeiçoamentos e melhorar a produção das nossas fábricas e arsenais.

Conhecidos os valiosos serviços que, num país vasto como o nosso, presta a aviação, devemos considerar notável progresso de ordem militar a organização definitiva da quinta arma. Embora se encontre em início a constituição de três unidades aéreas, já são bastante satisfatórios os resultados obtidos, no treinamento dos pilotos, com a utilização de alguns aparelhos modernos ultimamente adquiridos. Para isso, também muito concorreu a criação do correio militar aéreo, que, familiarizando os aviadores com as condições geográficas e meteorológicas do país, facilita o estudo das rotas mais indicadas e do regime dos vôos de longa duração. O desenvolvimento do correio aéreo já deu lugar à formação de inúmeros campos de "aterrisage", que aumentarão, necessariamente, à medida que os governos locais melhor compreendam a utilidade da iniciativa.

O Estado Maior do Exército estuda, com rigoroso critério técnico e espírito de economia, a reorganização completa das fôrças de terra. Não se trata de aumentar o Exército nem de alterar as linhas gerais em que está constituído. Procura-se, apenas, aproveitar melhor os recursos existentes, imprimir maior ordem aos seus quadros e serviços, combater vícios administrativos e fortalecer o órgão diretor, para que o rendimento geral corresponda aos sacrifícios feitos pela Nação. A reforma planejada, assegurando a fixidez dos recursos orçamentários e melhorando a ordem administrativa, estabelecerá normas para o desenvolvimento da atividade militar, através de diversas leis que regularão a continuidade e a execução dos programas, somando esforços até agora dispersos. Como complemento, proceder-se-á, ainda, à revisão dos quadros de oficiais, dos graduados e dos funcionários em geral, visando mais perfeita adaptação aos respectivos misteres e às imposições da eficiência profissional.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Os quadros ordinário e suplementar passarão a ter a função normal para que foram creados. Assim, só deverão fazer parte do quadro ordinário os oficiais efetivamente arregimentados, condição esta a ser uniformemente imposta aos promovidos para o mesmo quadro, cujas proporções terão de corresponder, em rigor, às unidades e frações de unidades existentes, voltando também a dominar o salutar conceito clássico de que não podem existir unidades do Exército ativo sem um núcleo permanente de oficiais para ministrar-lhes comando e instrução.

A compressão das despesas a que obrigam as precárias condições financeiras do país vem se fazendo sentir também nos orçamentos militares, cujas verbas reduzidas não correspondem às reais necessidades do Exército. A-pesar-desta inevitável limitação de recursos, a obra de sua reconstrução desenvolve-se promissoramente, graças ao zelo e patriotismo de seus servidores que, compreendendo a relevante missão que lhes cabe no engrandecimento da Pátria, empregam amplo e solidário esforço pelo progresso moral e técnico do Exército.

### Marinha

No manifesto dirigido à Nação em 3 de outubro de 1931, referindo-me à Marinha, tive ensêjo de expender as seguintes considerações, que julgo inteiramente oportunas: “Tanto quanto o Exército, êste departamento da defesa nacional ressent-se da falta de material moderno e adequado ao desempenho da sua árdua missão, que tem por objetivos nítidos e de alta responsabilidade o domínio das comunicações marítimas e a defesa do comércio externo do país, dentro das exigências da nossa vasta

zona litorânea e da orientação de nossa política estritamente defensiva.

Infelizmente, a situação financeira, a exigir inexorável compressão nas despesas públicas, não permite promover, no momento, a renovação do nosso poder naval. A-pesar-de decaído, si ainda existe, é milagre da tenacidade e esforço dos oficiais e pessoal da Armada, na conservação das unidades componentes da nossa esquadra, as quais, todas elas, já ultrapassaram, ha muito, o tempo predeterminado para a sua duração eficiente.

Diminuídas as dotações dêste Ministério, em cerca de 89 % na rubrica ouro e 15 % despesa papel, ainda assim, notável tem sido o trabalho para o aperfeiçoamento da instrução do pessoal e conservação do seu velho material.

Também na Marinha, o sôpro renovador, trazido pela Revolução, deu ao seu corpo de oficiais novas energias e disposições para o trabalho. Concientes da gravidade financeira de momento, com os poucos recursos de que dispõem, empregam, inteligentemente, o seu esforço para que os arsenais, as fábricas e os estabelecimentos navais, elevando o coeficiente da sua produção, concentrem, fabriquem, produzam e não sejam apenas simples repartições burocráticas de manuseio de papeis e despacho de expediente, deferindo a estabelecimentos particulares a função precípua para a qual foram creados”.

Considerando atentamente esta situação, o Governo Provisório não se manteve em atitude passiva; procurou, ao contrário, melhorá-la com iniciativas adequadas, de alcance seguro e prático, ainda que lentas em seus resultados. Em primeiro plano, apresentava-se a necessidade, sempre adiada, de renovar a esquadra. Enfrentou-a, instituindo um crédito anual de 40.000:000\$, durante doze exercícios financeiros consecutivos, que deverá ser aplicado de acôrdo com o programa naval estabelecido,

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

tendo-se em vista a média das deficiências da esquadra e os recursos de que a Nação poderia dispor. Estudados os meios de satisfazer os encargos decorrentes da realização do plano fixado, abriu-se, logo, a indispensável concorrência, aguardando-se apenas a apresentação de propostas das firmas construtoras para, depois de cuidadoso exame, fixar a escolha e dar início aos trabalhos.

Esta providência não ficou isolada. Seguiu-se-lhe a criação do Fundo Naval, formado com os saldos das verbas orçamentárias do Ministério, as rendas dos arsenais, capitânicas e laboratórios, impostos de faróis e outras. As economias acumuladas já atingiram, em 1932, a cêrca de 8.000:000\$ e destinam-se, como todos os recursos do Fundo Naval, a prover os meios necessários para a aquisição de material flutuante auxiliar e custeio dos serviços de defesa do litoral, de socorros marítimos e balisamento da costa.

Entre os atos do Govêrno Provisório grandemente proveitosos, para atender às falhas da nossa aparelhagem naval, cumpre lembrar o prosseguimento das obras do novo Arsenal, na Ilha das Cobras, sob a direção exclusiva dos engenheiros da própria Marinha de guerra. Os trabalhos que, dadas as dificuldades financeiras, estavam ameaçados de paralização, continuam, embora lentamente, até que se torne possível imprimir-lhes maior impulso. O antigo Arsenal, a-pesar-de possuir instalações mais ou menos completas e suficientes para realizar os concertos exigidos pela conservação dos navios, limitava-se, últimamente, quasi que ao papel de intermediário entre o Govêrno e as emprêsas particulares, com as quais se contratava, geralmente em condições onerosas, êste serviço, fornecendo apenas o material. Esta anormalidade foi imediatamente corrigida, dispensando-se o auxílio da indústria particular e restituindo o nosso estaleiro à sua verdadeira função. Como consequência

dessa medida, quasi todos os navios da esquadra carecedores de reparos passaram, no transcurso destes três anos, pelas suas oficinas, merecendo destaque, entre os trabalhos executados, a remodelação do encouraçado *Minas Gerais*, obra de vulto e responsabilidade técnica fora do comum.

Melhoramento insistentemente reclamado para completar o preparo profissional dos quadros navais, a construção de um navio-escola era iniciativa que não podia continuar procrastinada. Tão grave lacuna foi afinal corrigida com a construção, iniciada nos estaleiros Vickers Armstrong, do navio que receberá o nome de *Almirante Saldanha*.

Tratando-se de melhor preparar a Armada para o desempenho de sua missão, não era possível esquecer a importância da aviação como fator de defesa naval. O reconhecimento desta circunstância impunha a criação de um corpo de aviação na Marinha. A iniciativa já produziu auspiciosos resultados, com o aumento do número de aparelhos e pilotos, cujo aproveitamento se tem evidenciado, satisfatoriamente, através de repetidos cruzeiros ao longo da costa e de exercícios combinados com a esquadra.

Para assegurar a eficiência das forças navais, não basta apenas o aparelhamento material; é indispensável pessoal apto para utilizá-lo. Nesse sentido, também não faltaram providências. Para os oficiais, crearam-se, e estão funcionando, diversos cursos de especialização, e, para o pessoal subalterno, instituiu-se o ensino técnico profissional, completando-se a medida com a regulamentação do ingresso e acesso, mediante concurso, no corpo de sub-oficiais, o que, dando maiores garantias, facilita, ao mesmo tempo, a seleção.

O resultado das atividades da Armada, no decorrer dos últimos anos, é amplamente satisfatório e promissor.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Pode-se dizer que a Marinha renasce e retorna ao seu antigo prestígio, sob o estímulo de iniciativas que vieram atender às suas necessidades mais prementes e reacender, no seio da classe, a confiança e o entusiasmo. Através dos frequentes exercícios, em que a esquadra se tem movimentado para executar manobras com programas prévia e cuidadosamente estabelecidos pelo Estado-Maior, comandos e guarnições demonstraram preparo e ardoroso interêsse, sobrepondo-se à precariedade do material flutuante, composto de navios, na maior parte, envelhecidos e gastos por longo uso.

Possuímos 1.600 léguas de costa, e, mesmo como instrumento de vigilância marítima, a nossa esquadra está longe de satisfazer os seus objetivos. Melhorá-la, renovando-lhe as unidades, é ato de previdência e dever de patriotismo.

Num país de escassas vias internas de acesso como o nosso, tendo os núcleos populosos mais importantes espalhados ao longo do vasto litoral, a Marinha de guerra, "além de garantir a estabilidade das comunicações, constitúi meio fácil para levar, quando necessário, o auxílio da União e a presença da sua soberania a qualquer parte do território nacional".

## VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

De máxima relevância, não só para o desenvolvimento econômico, como, principalmente, para a ação civilizadora do Estado, o problema das comunicações e das obras públicas de utilidade coletiva, a cargo do Ministério da Viação, mereceu do Govêrno revolucionário atenção solícita, a-pesar-do crítico período atravessado pelas finanças nacionais.

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

A orientação administrativa e a capacidade construtora dêste importante departamento assinalaram-se, sobretudo, pela mais rigorosa compressão das despesas, na superintendência dos serviços que lhe são subordinados.

Os informes que se seguem comprovam o assêrto e demonstram que foram suprimidas todas as despesas supérfluas, ampliando-se, igualmente, as economias aos serviços industriais do Estado, com vantajosos resultados.

O movimento financeiro dos Correios e Telégrafos resume-se do seguinte modo:

	1930	1931	1932
Receita ....	75.960:125\$100	77.207:800\$000	64.597:666\$100
Despesa ...	133.547:393\$800	110.309:534\$700	110.263:266\$200
<i>Deficit</i> ..	57.587:268\$700	33.101:734\$700	45.665:600\$100

A maior elevação da renda global, em 1931, foi devida ao recolhimento da importância de 16.699:287\$360, pela solução do caso das taxas terminais do serviço de cabos submarinos. Si se computasse, do mesmo modo, o recolhimento da importância de 10.308:082\$806, dívida da mesma origem, depositada no Banco do Brasil, em conta especial, para melhoramento das instalações postais-telegráficas, o *deficit*, em 1931, ficaria reduzido a ..... 22.793:651\$894. Esse *deficit* appareceria ainda mais comprimido, em 1931 e 1932, se não fôra a acentuada redução de tarifas determinada para ambos os serviços.

Surpreendente se mostra, sobretudo, o movimento financeiro das estradas de ferro:

	1930	1931	1932
Receita ....	204.544:110\$300	199.628:379\$500	196.348:531\$600
Despesa ...	248.033:768\$400	212.223:409\$900	203.778:732\$500
<i>Deficit</i> ...	43.489:658\$100	12.595:036\$400	7.430:200\$900

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Cumpra acentuar que, para conseguir êsse resultado, o Governo Provisório não majorou nenhuma tarifa, tendo observado, ao contrário, uma política inflexível de barateamento de transportes ferroviários.

Mais compensadora seria, ainda, a administração dos serviços industriais, se não ocorressem os violentos reflexos da sêca do Nordeste e a paralização do tráfego de algumas estradas, determinada pelo levante de São Paulo, tendo sido de cêrca de 3.000:000\$, na Central do Brasil, em relação à média do primeiro semestre, a diferença para menos, mensalmente, nos três meses correspondentes àquele movimento. Sem tais perturbações, o *deficit* tenderia a anular-se.

Além das receitas consignadas, arrecadaram mais as estradas, no ano de 1932, a importância de 7.211:862\$800 de taxa de viação e imposto de transporte, a qual, deduzida do *deficit* indicado, o reduz a 379:528\$900.

O movimento, já divulgado, do primeiro semestre, assegura um regime de saldos nas estradas da União, a iniciar-se no corrente exercício.

Quanto ao *deficit* dos Correios e Telégrafos, por sua vez, terá mais sensível decréscimo.

Tão severo espírito de economia não impediu, entretanto, a execução de obras úteis e produtivas. Os movimentos revolucionários de 1930 e 1932 perturbaram grandemente os serviços públicos. A êstes fatores de influência negativa para o desenvolvimento dos trabalhos junta-se o flagelo das sêcas, persistente durante três anos. Não houve, contudo, paralização de esforços e, como resumidamente se verá, apura-se valioso ativo de obras novas e melhoramentos.

### **Estradas de ferro**

Sem contar com os trechos por concluir, houve construções de linhas, início de ramais, prolongamentos e conclusão de outros, com o aumento da rede ferroviária nacional de 526<sup>Km</sup>,885 no último biênio, em confronto com a média anual de 229 km. no quinquênio anterior à Revolução, além da construção de uma grande oficina em Belo Horizonte; eletrificação de novos trechos da rede mineira de viação; proposta já aprovada para eletrificação da Central do Brasil, da estação Pedro II a Barra do Pirai; concessão da rede sul de Mato Grosso; aprovação de grandes melhoramentos e obras para a viação férrea do Rio Grande do Sul e construção de pontes sobre os rios Parnaíba e Pelotas. Os trechos em construção das estradas em geral atingem a 1.179<sup>Km</sup>,960, em franca atividade. Com estudos já aprovados, há mais 7.462<sup>Km</sup>,616.

### **Construções ferroviárias**

As construções ferroviárias não obedeciam a uma orientação técnica e econômica. Constituiu-se, por isso, uma comissão de engenheiros de notória capacidade, para elaborar um plano geral de viação, trabalho atualmente quasi ultimado. A referida comissão foi incumbida, também, de estudar:

- a) a situação financeira das estradas de ferro pertencentes ao Governo Federal, por êle administradas, arrendadas ou concedidas, para conhecimento das modificações que devem ser introduzidas nos processos de administração e

das providências de outra ordem, necessárias para que não haja perturbação dos transportes;

b) a legislação na parte relativa às tomadas de contas das estradas arrendadas e das que gozam do favor da garantia de juros, afim de se introduzirem as modificações aconselhadas pela experiência;

c) o regime de pagamento mais conveniente a ser adotado nos trabalhos de construção dos prolongamentos e ramais, pelo Governo Federal, inclusive o que diz respeito às normas em vigor para o cálculo das tabelas de preços elementares;

d) as cláusulas e condições gerais a que devem obedecer os contratos de arrendamentos das estradas de ferro federais aos Estados e companhias particulares;

e) o regime tarifário, atualmente em vigor nas estradas de ferro federais, para esclarecimento das reformas que convém introduzir e das providências que compete ao Governo tomar, no sentido de, sem prejuízo do equilíbrio das mesmas estradas, incrementar o desenvolvimento e a circulação da produção.

A-pesar-de se ter encontrado o “fundo ferroviário” completamente esgotado, promoveu-se o reaparelhamento da maioria das estradas da União, que se achavam em estado precaríssimo e aumentou-se a zona de influência de outras.

Cogita-se, finalmente, da solução de vários problemas atinentes aos serviços de viação, como sejam unificação, na medida do possível, das estradas de ferro de cada região do país, ampliação dos despachos em tráfego mútuo às

empresas de navegação marítima e adoção definitiva do intercâmbio de material rodante entre as estradas da mesma bitola, para uma coordenação de todos os serviços de transportes ferroviários, fluviais e marítimos.

No intuito de reduzir as despesas das estradas de ferro entre as quais figura a aquisição do carvão estrangeiro, facilitou-se o aproveitamento dos combustíveis nacionais, como o carvão, o chisto betuminoso e a lenha.

Assim, além da concessão de diversos favores à indústria do carvão nacional estabeleceu-se que o desembaraço alfandegário de qualquer carvão estrangeiro, em bruto ou em "briquettes", fica dependente da prova de ter sido adquirido pelo importador o produto nacional correspondente a 10 % da quantidade a importar. Autorizou-se, ainda, o Lloyd Brasileiro e a Central do Brasil a contratarem com as companhias nacionais de carvão toda a produção disponível.

Posteriormente, havendo sido demonstrado por uma comissão que estudou, especialmente, o assunto, a vantagem do emprêgo do chisto betuminoso, em mistura, na proporção de 20 % para 30 % de carvão nacional e 50 % de carvão estrangeiro, resolveu-se tornar extensivos a essa indústria os favores e vantagens concedidos ao carvão nacional.

### Central do Brasil

Dentre as transformações por que passaram as empresas oficiais, convém salientar, por seu maior vulto, a atual situação da Central do Brasil.

Essa estrada tornara-se prêsda da devastação política, que lançou no maior descrédito a moralidade da sua administração e a regularidade dos seus serviços, como com-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

provaram as sindicâncias mandadas proceder pelo Governo revolucionário.

Antes da reorganização técnica e administrativa que se impunha, tomaram-se inúmeras providências para a regularização dos serviços, de modo que a compressão de despesas, de janeiro a agosto de 1931, apresentou uma diferença, para menos, em relação a 1930, de . . . . . 8.443:721\$849; outras restrições de despesas, como dispensa de engenheiros contratados e com diárias, proibição de passes de favor, volta aos cargos de muitos funcionários que na própria estrada estavam comissionados como diaristas e diversas medidas moralizadoras, produziram economias computadas em 4.055:000\$.

As consignações subordinadas ao título "Pessoal", que, no orçamento de 1930, ascendiam ao total de . . 128.685:160\$, no orçamento definitivo de 1931, passaram a 113.164:210\$, reduzindo-se, em 1932, após a reforma e a-pesar-da incorporação da Rio d'Ouro, a 111.735:600\$.

A despesa realizada baixou de 128.416:657\$971, em 1930, para 108.236:044\$492, em 1931, e 105.589:414\$251, em 1932, sem embargo da incorporação feita, nesse ano, da Teresópolis à Central do Brasil, que passou, em consequência, a ter a seu cargo mais duas estradas.

Na redução dos quadros de pessoal, houve necessidade de dispensar 1.337 empregados. O Governo, porém, não ficou indiferente à situação desses servidores. Aos que contavam mais de 10 anos de serviço assegurou os benefícios da disponibilidade. Aos dispensados pagou o abono de dois meses de vencimentos, sendo que uma parte deles percebeu mais um mês desse auxílio, pela situação precária em que ainda se encontravam em dezembro de 1931. A uns e outros ficou, também, atribuído o direito a readmissão ou ao aproveitamento em cargos que ve-

nham a vagar, tendo precedência os postos em disponibilidade.

A-pesar-dêsse programa de economias, não se descurou a execução de obras e melhoramentos necessários à regularização do serviço e à segurança do tráfego, salientando-se, entre outros, a retificação da linha do ramal de São Paulo e a sua transformação com a mudança completa dos trilhos, que, em grande parte, deveriam ter sido substituídos há dez anos.

Embora recorrendo à indústria particular, com grande sacrifício de suas rendas, para conservação e reparação do seu material rodante, a Central do Brasil, desde 1926, abandonava, nos desvios, inúmeros carros e vagões que exigiam concertos imediatos.

Com os recursos concedidos para o aproveitamento dêsse material, deverão voltar ao tráfego, até dezembro, mais de 50 carros.

Entre os maiores benefícios públicos concedidos pelo Governo Provisório, sobreleva a redução de "assinaturas mensais", nos subúrbios, aos passageiros dos trens de pequeno percurso, favorecendo o escoamento da população do Distrito Federal e do Estado do Rio para várias cidades do interior que se ressentiam da falta de comunicação. O aumento de passageiros de subúrbios, na estação Pedro II, em consequência dessa medida, computou-se em 156.659 passagens sôbre o movimento de 1931.

### Estradas de rodagem

O Governo Provisório encontrou o "fundo rodoviário" com o *deficit* de 11.962:629\$475. Acresce que o produto do fundo especial, em 1931, de 19.624:104\$220, ficou desfalcado de 13.480:000\$, correspondente às despesas de juros e amortização de títulos emitidos.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Os recursos de que podia dispôr o Ministério da Viação mais se reduziram com a extinção do "fundo especial", em cuja substituição foram concedidas as verbas orçamentárias de 5.946:389\$897, em 1932, e 6.000:000\$, em 1933.

Além disso, por não estarem aprovadas todas as despesas da administrações anteriores, deixou-se de aplicar o saldo existente em dezembro de 1931, no total de rs. 7.207:950\$809.

Sobrepondo-se às dificuldades que se lhe deparavam, a administração revolucionária empenhou decisivos esforços para não deixar em segundo plano um dos pontos fundamentais do seu programa de ação.

Começou-se por dispensar especial cuidado à conservação das estradas Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis, que haviam custado ao Tesouro réis 107.551:478\$486, além dos juros dos títulos, que só em 1932 se elevaram a 7 mil contos. Nessas estradas executaram-se vultosos serviços, inclusive de reconstrução, o mesmo acontecendo com a União e Indústria e a de São João-Barracão, onde já se haviam invertido 14.719:237\$956. Outros serviços apreciáveis foram também ultimados, podendo citar-se entre êles a estrada da Fábrica de Pólvora da Estrêla, continuação dos estudos da Petrópolis-Teresópolis e construção da estrada de Curitiba a Capela da Ribeira, a cargo do 5.º Batalhão de Engenharia, que se encontra à disposição do Ministério da Viação.

Os principais trabalhos rodoviários estão confiados à Comissão de Estradas de Rodagem Federais e àquele batalhão, já se achando iniciada a construção da Teresópolis, ponto de partida da ligação Rio-Baía, que se articulará nesse último Estado com a rede rodoviária da Inspeção de Sêcas, permitindo, com a conclusão dessa rede, a junção com Teresina.

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

Conquanto o objetivo principal da Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas seja a açudagem, não era possível nem aconselhável abstrair da sua atividade as obras rodoviárias, consideradas meio prático para atender à transformação econômica resultante da cultura irrigada e campo mais vasto ao emprêgo da enorme massa de flagelados que careciam de assistência oficial, abrangendo as diversas zonas atingidas pelo fenômeno climatérico.

O novo plano regulamentado fixa, rigorosamente, os traçados básicos de tais obras.

Os trabalhos não puderam cingir-se sòmente às linhas-troncos: desenvolveram-se em diversos ramais, para atender às zonas atingidas pela sêca.

Das linhas principais, na extensão de 4.600 km., achavam-se contruídos 1.705 km. até fevereiro do corrente ano; das linhas subsidiárias, no total de 1.885 km., estavam terminados 695, na mesma data. Construíram-se, por conseguinte, 2.460 km. de estradas, sendo 350 de reconstrução, restando a construir 4.020, para a realização completa dêsse plano rodoviário. Foram executadas 1.669 obras de arte, sendo 1.365 boeios e 302 pontes, com 2.609 metros, todas construções de concreto armado. Quanto às estradas, são todas de primeira classe, revestidas de material saibroso, convenientemente comprimido e satisfazendo as condições técnicas.

Conforme relatórios da Inspetoria de Sêcas, até fins de 1930, haviam sido ultimados 2.255 km. de estradas de rodagem e 5.917 carroçáveis. A falta de conservação de algumas, a ausência de obras de arte em outras, a construção descuidada em quasi todas, tiveram, como consequência, a inutilização de grande número delas; muitas desapareceram completamente, a ponto de ser necessário reconstruir quasi 400 km. de estradas antigas. Em geral, as carroçáveis constavam de simples faixas roçadas e des-

tocadas, sem preocupação de *grade* nem de obras de arte. Serviam até às primeiras chuvas, depois do que, ou sofriam grandes reparos, ou se tornavam de todo inaproveitáveis.

Compulsados êsses elementos e submetidos a rigoroso confronto, verifica-se, auspiciosamente, que o Governo Provisório, dentro de pouco mais de ano, realizou um plano de construções rodoviárias de maior extensão que a obra total das administrações anteriores.

Note-se, além do mais, que, afora as rodovias executadas diretamente pela Inspetoria de Sêcas, muitas outras o foram com verbas fornecidas aos Estados do Norte para auxílio aos flagelados, sendo construídos, reconstruídos ou melhorados cêrca de 5.700 km. de estradas de rodagem e carroçáveis, acrescidas de numerosas obras de arte.

Considerando-se o que significa como poderoso fator de progresso, num país vasto como o nosso, a expansão das comunicações rodoviárias, constitúi deliberação asentada do Governo Provisório orginar o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao qual se atribuirão as seguintes diretivas, já delineadas: divisão da competência da União e dos Estados; meios especiais de financiamento; normas fundamentais de conservação e bom uso das estradas; facilidade de circulação interestadual de automóveis, e, finalmente, as relações de direito dêsse meio de comunicação terrestre, evitando as confusões prejudiciais ao seu desenvolvimento.

### Portos e tráfego marítimo

O aparelhamento dos portos nacionais, não é supérfluo observar, tem sido encarado, até agora, com lamentável desatenção. Possuímos, certamente, grandes anco-

radouros dispendo de instalações completas e, até, suntuosas, como as dos grandes portos abertos ao intenso trafego da navegação internacional. Não se pode chamar a isso, porém, obra completa de organização portuária, principalmente num país de extensa costa e com toda a circulação da sua economia dependente das comunicações marítimas.

Existem ancoradouros, em alguns Estados, totalmente desprovidos da mais rudimentar aparelhagem. Por êles, entretanto, se escôa a produção local e se faz o intercâmbio com os demais centros comerciais espalhados ao longo do nosso vasto litoral. É de necessidade, portanto, torná-los utilizáveis e acessíveis à navegação, dotando-os de recursos e instalações adequadas, embora com rigoroso critério de economia e fora de qualquer preocupação grandiosa, como é de hábito, entre nós, sempre que se trata de empreender melhoramentos públicos.

As iniciativas do Governo Provisório já são conhecidas, no que diz respeito ao assunto. Entretanto, as informações reproduzidas a seguir esclarecem e evidenciam como tem sido encarado, através das providências de diversa natureza determinadas a respeito.

Como medida preliminar, começou-se por fundir as antigas Inspetorias de Portos, Rios e Canais e a de Navegação, visando estabelecer a unidade de diretrizes desses serviços. Vários assuntos de caráter geral foram logo examinados, com o fim de elaborar novos regulamentos: atracação obrigatória nos portos organizados, situação da navegação de cabotagem subvencionada e outros.

O Departamento de Portos executou, por sua vez, diversos estudos de obras contratadas e por administração e resolveu numerosas questões de ordem técnica, destacando-se as mais importantes: conclusão e exploração

do pôrto de Natal; construção do cais e atêrro do pôrto de Cabedelo, faltando, apenas, as obras complementares em andamento; estudos completos dos portos de Fortaleza, Maceió e Corumbá, com os projetos em elaboração para próxima execução das obras; revisão do plano geral de obras do pôrto de São Salvador, dos estudos do pôrto de Belmonte e do projeto dos portos de Vitória, Recife e Paranaguá, reencetando-se as obras do último e do pôrto de Angra dos Reis, assim como a dragagem do rio Sergí, melhorando o acesso ao pôrto de Santo Amaro, no recôncavo da Baía; aprovação do projeto das obras do pôrto de Tôrres, no Rio Grande do Sul; execução do programa reduzido de obras da baixada fluminense e instruções, já aprovadas, para o próximo estudo dos rios Araguaia e Tocantins.

A extensão das nossas costas e a deficiência dos transportes terrestres não permitem cogitar, como pareceria natural, da concentração do tráfego em alguns portos, devidamente melhorados, abandonando-se outros. Para enfrentar definitivamente o problema, estudaram-se duas soluções: primeira, a construção de molhes e a realização de dragagens, o que asseguraria a permanência das profundidades necessárias; segundo, a abertura de canal profundo, através das barras, pelas dragagens periódicas. As primeiras obras só se justificariam, pelo seu elevado custo, em portos de grande tráfego. A segunda solução apresenta-se, portanto, mais aceitável, por exigir, apenas, a compra de uma draga de sucção e arrasto, auto-transportadora, com as necessárias condições de perfeita navegabilidade, afim de poder atender, sucessiva e gradativamente, ao melhoramento de todos os pequenos portos.

### Navegação fluvial

A nossa grande rede de vias naturais de navegação interior espera ainda aproveitamento completo e inteligente. Os rios são excelentes estradas, de custeio, geralmente, módico. A-pesar-disso, até hoje, não conseguimos utilizá-los de modo regular e proveitoso. Por falta de estudos continuados e metódicos, deixaram de ser conjugados com o problema ferroviário, impossibilitando explorar a navegação fluvial como meio barato e definitivo de transporte.

Diante da absoluta falta de elementos de orientação existentes a respeito, o trabalho a realizar nesse sentido é enorme. Está, porém, iniciado e o Governo não deverá medir esforços para empreender as obras de melhoramentos considerados mais eficientes, de acôrdo com o programa já estudado.

Visando êsse objetivo, o novo regulamento do Departamento de Portos e Navegação estabeleceu as fiscalizações de São Luis e Corumbá e ampliou as atribuições de todas as outras. A tarefa a executar consumirá, certamente, longo tempo até completar-se em todo o Brasil, mas chegará, sem dúvida, a termo se não faltarem os recursos necessários, persistência e método.

### Marinha mercante

A administração pública não pode ser indiferente ao destino da marinha mercante nacional. Ao seu desenvolvimento estão ligados múltiplos e relevantes interesses de ordem econômica. O importante problema apresenta duplo aspecto: material e pessoal. Cogitando do

último, ampliaram-se os meios de proteção ao trabalhador do mar e estuda-se uma medida definitiva, capaz de satisfazer o objetivo colimado e de remover exigências ociosas e prejudiciais. Quanto ao aspecto material do problema, a solução se apresenta mais complexa.

Como forma de atenuar os onus da administração e de aproveitar no tráfego as unidades mais eficientes da escassa e velha frota disponível, tentou-se a fusão de todas as companhias de navegação. Depois de prolongados entendimentos, fracassaram as possibilidades dessa fusão, devido, principalmente, à dificuldade de se encontrar uma fórmula conciliadora dos interesses das empresas e à precariedade financeira em que todas se acham.

Em vista da desorganização em que se encontrava o Lloyd Brasileiro ao instalar-se o Governo Provisório, julgou-se de inadiável urgência intervir na sua administração, nomeando-se um só diretor para enfeixar as atribuições dos três previstos nos estatutos da companhia.

Em 1930, a receita global da empresa, computada a subvenção, fôra de 116.953:000\$. Em 1931, assinallou-se surpreendente melhoria, elevando-se a receita apurada a 162.200:000\$; em 1932, desceu a 130.898:000\$, decorrendo essa queda, em relação ao ano anterior, de causas inelutáveis, como diferença de câmbio, diminuição de taxas de frete, especialmente do café e cacau, mingua de exportações e importações, diminuição do número de viagens e, finalmente, a revolução de S. Paulo, com o fechamento do pôrto de Santos.

Os aumentos, sôbre o ano de 1930, elevaram-se a 45.237:000\$, em 1931, e a 13.935:000\$, em 1932, traduzindo-se os resultados em cada um desses anos, deduzida a despesa, pelo *deficit* de 17.514:000\$, em 1930, e pelos saldos de 14.374:000\$, em 1931, e 7.290:000\$, em 1932.

Para melhorar semelhante situação, procurou-se libertar a empresa de quaisquer influências que não envolvessem seu interesse industrial, confiando-a à direção de técnicos e deixando a estes absoluta faculdade de escolha quanto aos agentes e auxiliares.

Outro índice não menos expressivo da melhoria de condições do Lloyd, nos dois últimos anos, em relação ao de 1930, é o que ressalta da comparação dos saldos das responsabilidades com que as suas contas foram encerradas em cada um desses exercícios. Os compromissos da empresa, que eram de 133.467:000\$, em 1930, caíram a 83.371:000\$, em 1932.

O maior obstáculo, porém, anteposto à ação governamental para enfrentar o problema da marinha mercante nacional provinha dos vultosos encargos das questões judiciárias, recebidas das anteriores administrações do Lloyd Brasileiro e que ameaçavam transformar os novos sacrifícios em responsabilidades ainda maiores.

### Navegação aérea

Os transportes aéreos, que se vêm desenvolvendo tão auspiciosamente e cujos benefícios não precisam ser encarecidos, também mereceram a melhor atenção por parte dos poderes públicos. Creou-se o Departamento de Aeronáutica Civil e traçaram-se normas para os serviços de aviação civil e comercial. Em face das nossas condições especiais, cumpria atribuir, exclusivamente, à União, como se fez, a competência para regular tais serviços em todo o território nacional.

Considerando que o material de vôo, por ser adquirido no estrangeiro, dificulta a intensificação do transporte aereo, resolveu-se estudar as possibilidades de instalar no país fábricas de aviões, e para esse objetivo abriu-se a necessária concorrência.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

O surto promissor do tráfego das linhas aéreas existentes justifica o interesse dedicado pelo Governo a tudo quanto diz respeito a esse empreendimento. Basta, na verdade, ressaltar os resultados atingidos nos dois últimos anos, quando o movimento de passageiros chegou a cerca de 14.000, sem um desastre pessoal, elevando-se o transporte da correspondência a perto de 117.000 kg..

Diante das vantagens da escolha do Rio de Janeiro para ponto terminal das linhas de dirigíveis do tipo *Zeppelin*, tornando a nossa Capital centro de convergência das linhas aéreas dos demais países sul-americanos, não se hesitou em auxiliar a iniciativa da empresa exploradora com o empréstimo de 12.000:000\$, amortizável a longo prazo e destinado à construção da sua base no Brasil. Quanto à aviação militar, que vem executando vôos semanais para o nosso *hinterland*, foi estimulada, no seu patriótico empreendimento, com a preparação de diversos campos de aterrissagem e hangares no Ceará e Piauí.

Sobreleva, porém, a todas essas iniciativas a construção do aeroporto do Rio de Janeiro, nos terrenos constituídos pelo atêrro feito na ponta do Calabouço. Dentro em pouco iniciar-se-ão as obras projetadas com a aplicação do crédito aberto de 3.000:000\$, até ser possível dispor dos recursos do fundo especial constituído pela venda do sêlo postal correspondente.

### Correios e Telégrafos

À semelhança dos demais serviços industriais do Estado, os serviços postais e telegráficos encontravam-se em completa desorganização. Falhavam, ora pela escassez de material, mal distribuído e até desperdiçado, ora pela funesta intromissão da política, que fizera dos Cor-

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

reios e Telégrafos, com sacrifício da sua eficiência e dos servidores dedicados, reduto de explorações escusas e favoritismo desregrado.

As medidas reclamadas eram de diversa natureza.

Urgia, antes de tudo, restaurar o tráfego telegráfico, que, de retardamento em retardamento, entrara em deplorável decadência, sofrendo, ainda, a concorrência das emprêsas particulares. Conseguiu-se, em pouco tempo, restabelecer a pontualidade e reconquistar a confiança pública.

Quanto ao serviço postal, o trabalho a realizar apresentava-se mais árduo, pela complexa e imperfeita organização existente, tanto sob o aspecto material como pessoal.

A iniciativa que se impunha foi adotada sem demora, centralizando-se num só departamento os serviços telegráficos e postais. Os resultados já se fazem sentir, pela maior eficiência e economia com que são mantidos, coordenadamente, ambos os serviços. O aproveitamento do pessoal das antigas repartições, nas secções de expediente e contabilidade, deu lugar a uma melhor sistematização dos trabalhos, ao passo que as instalações unificadas dispensaram duplas despesas, oferecendo maior comodidade ao público.

A reforma realizada demonstrou também a necessidade imperiosa de construção de edifícios apropriados ao serviço, principalmente nas capitais dos Estados que ainda não os possuem. Aplicando-se a importância de 10.308:082\$806, correspondente a uma parte das taxas em atraso, recolhidas pelas companhias de cabos submarinos, levantam-se atualmente cinco prédios destinados às sedes de diretorias regionais e acham-se preparados os editais de concorrência para a construção de outros cinco, e projetada, em estudos, a de mais três. Afora

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

essas edificações, promoveram-se outras em algumas cidades do interior e 54 agências postais-telegráficas padronizadas, nos Estados nordestinos, com as verbas da Inspetoria de Sêcas, para dar trabalho aos flagelados.

Computadas as reduções das despesas iniciais, resultantes da reunião do serviço em um só prédio, o total das economias em aluguel montará, ainda no corrente ano, com as construções em andamento, a 1.064:050\$.

Não houve, por outro lado, aumento de pessoal. Ao contrário, verificou-se redução, comprovada pela diferença de despesa entre 1930 e 1932, que importa em um decréscimo de mais de 10.000:000\$.

A-pesar-da escassez de recursos, não foi descurada a ampliação da rede telegráfica. Construíram-se 306.122 metros de extensão e 875.900 de condutores. A rede total compreende, hoje, respectivamente, em metros, 59.281.100 e 115.351.033. Sem desatender aos trabalhos de conservação, começou-se a executar um plano de restauração das linhas do Norte, de acôrdo com o projeto organizado e que abrangerá, igualmente, as linhas do Sul.

De par com estas providências destinadas ao melhoramento do tráfego, tratou-se do aperfeiçoamento e ampliação da rede rádio-telegráfica, cujos trabalhos serão em breve iniciados com a utilização do crédito aberto de 6.000:000\$.

Como minúcia capaz de evidenciar os proveitos da unificação dos serviços postais e telegráficos, é oportuno referir um fato bem característico dos processos administrativos usados. Existiam amontoados, há cinco anos, 50.000 sacos para transporte de correspondência. Deteriorados, em parte, apodreciam e eram jogados ao mar. Não obstante, os orçamentos continuavam a consignar, anualmente, 2 mil contos para serem invertidos na aquisição desse material. Mediante diminuta despesa, repa-

raram-se todas as malas postais deterioradas, que voltaram a circular em número e com reservas suficientes, capazes de tornar desnecessárias novas aquisições, durante dois anos, resultando daí a economia de 4.000:000\$.

### Obras contra as sêcas

Como departamento de ação construtora no combate aos flagelos periódicos das sêcas do Nordeste, a Inspetoria de Sêcas tornara-se quasi inoperante, fundida à rotina burocrática e às conveniências dissolventes da política oligárquica. Esterilizava-se, havia muito, em pequenas obras dispersivas, por falta, sobretudo, de um plano de conjunto, numa eterna sangria do erário público, sem nenhuma possibilidade de alcançar a solução definitiva do problema.

Daí, a necessidade da reforma aprovada pelo Decreto n. 19.726, de 20 de fevereiro de 1931, fixando as necessárias diretrizes para a execução do grande empreendimento de salvação do Nordeste.

A calamidade pública transformou, porém, um plano de realizações concretas em obra de assistência.

Desde o ano de 1926, o Nordeste vinha esgotando suas reservas naturais, e de 1930 a 1933 sofreu os efeitos de uma estiagem prolongada e sem precedentes.

Para evitar a humilhação da esmola e produzir obra de carater preventivo, que, por seus benefícios permanentes, poupasse a população sertaneja à incidência do flagelo, impunha-se urgente e vasta organização de trabalho.

Não foi possível, de momento, aproveitar toda a legião de necessitados, sobretudo, pela falta de projetos

definitivos e de material de construção suficiente. Tornou-se indispensável, primeiramente, preparar, no Ceará, onde a crise apresentava mais graves proporções, sete campos de concentração, que chegaram a receber até 105.000 pessoas.

Dentro de pouco tempo, já havia, só na Inspetoria de Sêcas e em construções ferroviárias, afora outros serviços, como açudes particulares, em cooperação com o Governo, construção de prédios para os correios e telégrafos, etc., 270.000 operários, que, computada a média de 4 pessoas por família, representavam 1.080.000 pessoas socorridas.

Para dissolver os ajuntamentos urbanos que começavam a formar-se, forneceram-se 10.445 passagens e, por intermédio dos Interventores, todos os recursos para o recebimento, hospedagem e localização dos retirantes. Com o mesmo objetivo, promoveu-se a distribuição de trabalhadores e a colonização, aproveitando áreas isentas dos efeitos do flagelo, que foram transformadas em verdadeiros modelos de organização de trabalho agrícola.

Conquanto os créditos abertos se destinassem a amparar as vítimas da calamidade, produziu-se com êles o maior empreendimento que até hoje se realizou para a solução do problema das sêcas.

Os maiores reservatórios construídos até 1930 não tiveram, a bem dizer, nenhuma intervenção econômica na redução dos efeitos da ultima sêca. Representavam, apenas, grandes depósitos d'água, sem função irrigatória.

Antes de tudo, era necessário cogitar, portanto, da sistematização da cultura irrigada.

A capacidade dos açudes públicos concluídos e em andamento, na atual administração, atinge a mais do duplo da dos construídos até 1930, sendo a dos primeiros de 1.290.129.000 metros cúbicos e a dos últimos de 620.622.000 metros cúbicos.

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

Incentivou-se, por outro lado, a construção de açudes em cooperação com particulares, sendo os Estados e municípios auxiliados com 70 % e os particulares, individualmente ou associados, com 50 % dos respectivos orçamentos.

Nas administrações passadas, o sistema de cooperação fracassara, pelos processos adotados. Preferiam-se os favoritos da política local e o recebimento dos prêmios dependia de formalidades burocráticas infundáveis e dispendiosas. Com os novos métodos de distribuição e fiscalização dos trabalhos, voltou a confiança. Os resultados obtidos são prova disso, como se vê do seguinte quadro comparativo:

### AÇUDES CONSTRUÍDOS NO CEARÁ

1931		1932		1933		Totais	
Quant.	Volume	Quant.	Volume	Quant.	Volume	Quant.	Volume
7	3.635.000	4	5.455.000	4	6.564.000	15	17.654.000
Açudes em andamento em 28-2-1933..				—		36	58.470.800
				Total		51	76.124.800
Açudes concluídos até 31-12-1930....				—		36	30.727.000

A perfuração de poços desenvolveu-se, também, com a intensidade possível, embora prejudicada pelas dificuldades resultantes da própria seca.

O quadro abaixo mostra o volume de serviço executado, em comparação com o que foi realizado até 1930, nos Estados do Nordeste:

	Aprov.	Aband.
Total de 1931 a 1933 .....	55	31
Idem até 31-12-1930 .....	661	210

Para demonstrar a soma dos esforços empenhados pelo Governo Provisório, na salvação do Nordeste, numa fase de rigorosa política financeira, basta referir que foi

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

dispendida nesses serviços, por verbas orçamentárias e créditos especiais, a importância de 233.521:818\$566.

O emprêgo de tão avultados recursos justificar-se-ia, simplesmente, pelo precioso capital humano liberado da tremenda calamidade. Se fosse necessário avaliar a despesa com a medida da utilidade, o cálculo apuraria, mais ou menos, a ninharia de duzentos mil réis pela vida de cada brasileiro salvo do flagelo.

Além da ampla assistência às vítimas da sêca, as grandes obras simultâneamente realizadas no Nordeste, obedecendo a seguras diretrizes técnicas, constituem, fora de qualquer dúvida, passo definitivo para a solução do angustioso problema.

### Agricultura e produção nacional

Não constitúi novidade afirmar que a estrutura da economia nacional assenta sobre a exploração agrícola.

Toda a nossa exportação está absorvida pelos produtos da agricultura e matérias primas. O simples exame das estatísticas referentes à produção agrícola e ao comércio exterior evidencia o assêrto. Era natural, portanto, que sofrêssemos as consequências da crise generalizada, traduzidas nas oscilações depressivas do nosso intercâmbio comercial. Para agravá-las, contamos ainda com os males internos, principalmente os que decorrem da péssima organização da lavoura e da precariedade do crédito agrícola.

A êsses males procuramos dar remédio, através de iniciativas e providências referidas nos diversos capítulos da presente exposição sôbre as atividades do Governo Provisório. Quanto às perturbações de ordem externa, o pouco que nos era permitido fazer não foi esquecido,

como se poderá verificar, examinando a constante e firme vigilância mantida para garantir e ampliar os mercados estrangeiros abertos ao consumo dos nossos produtos.

As dificuldades a vencer, nesse terreno, não se apresentam facilmente removíveis. A respeito, é bem eloquente o testemunho do primeiro Ministro da França, quando afirmou, na recente Conferência Monetária e Econômica de Londres: "Dois terços da população do mundo vivem da agricultura e da produção de matérias primas. Os preços dos produtos alimentares e das matérias primas desceram, em alguns meses, de metade e, em alguns casos, de dois terços. Como podem centenas de milhões de agricultores, que foram privados repentinamente do seu poder aquisitivo e de sua capacidade de consumo, continuar como clientes da indústria, dos bancos e das finanças?"

Durante os últimos anos, mantivemos mais ou menos estável o nível da nossa produção. Para facilitar-lhe o escoamento, não medimos esforços, a começar pelo café, principal produto da exportação. Não nos limitamos somente à incentivação das vendas. Procuramos, também, melhorar a produção, estimulando-lhe o desenvolvimento dentro de condições mais racionais e de mais seguros resultados.

As providências adotadas sobre a borracha e a castanha, isentando-as do imposto de exportação de 10 % e favorecendo as emprêsas que se obrigassem a fazer o plantio, o cultivo e o beneficiamento desses produtos, do caucho e da balata; a criação dos institutos do açúcar e do cacau; as numerosas medidas de proteção ao álcool; a defesa do carvão nacional; as reduções de direito para importação dos materiais destinados à indústria da carne; a designação de comissão especial para o estudo do cultivo do trigo e outra para estudar as condições para

o fabrico do cimento com o emprêgo de matérias primas nacionais; todas essas providências e muitas outras dizem bem alto da preocupação de valorizar e defender a produção e a exportação pelos meios racionais de seleção e melhoria dos produtos, postergadas, que foram e devem ser, as valorizações artificiais que estimularam grande mas desordenado desenvolvimento, sem cogitar, porém, de conquistar mercados permanentes e remuneradores.

### Os serviços do Ministério da Agricultura

Num país, como o nosso, de extenso território, de zonas climatéricas variadas e de recursos naturais, na sua maior parte, ainda inexplorados, os problemas atinentes à agricultura, à indústria animal e à exploração do sub-solo exigem, de parte do poder público, constante estudo e preocupação.

O Ministério da Agricultura, departamento administrativo destinado a atender a êsses problemas, ressentia-se, havia muito, da necessária eficiência.

Constituído em moldes que não mais correspondiam às exigências da sua finalidade, tornara-se, como já tive ocasião de dizer, "um aparelho rígido e inoperante"; burocratizara-se em excesso, com sacrifício das funções técnicas, cujo desenvolvimento deveria corresponder às necessidades crescentes da nossa expansão econômica.

A organização e o desenvolvimento da produção nacional constituem tarefa de suma importância, que deve encontrar no Ministério da Agricultura o seu órgão especializado.

Para adaptá-lo a essa finalidade, impunha-se, desde logo, imprimir-lhe nova orientação, remodelando e ampliando, em moldes técnicos e racionais, os serviços dis-

tribuídos pelas diversas secções que lhe centralizam a atividade.

Começou-se por destacar para outras Secretarias de Estado repartições que, dada a nova orientação a adotar, não mais se relacionavam, diretamente, com os problemas agrícolas. Essa circunstância e a imperiosa necessidade de reduzir os gastos públicos deram margem a uma remodelação parcial, levada a efeito na gestão do Ministro Assis Brasil, que, chamado a desempenhar importante missão no estrangeiro, não teve oportunidade de levar a cabo a reforma geral que se impunha.

É oportuno registrar, a propósito, a observação feita pelo primeiro Ministro da Agricultura, ao relatar ao Chefe do Govêrno, quando assumiu a pasta, a situação em que encontrara os serviços do Ministério e as economias realizadas no respectivo orçamento de despesa: "Duas coisas se impõem com a mesma fôrça e com a mesma urgência: dotar o Ministério da Agricultura com os meios indispensáveis à obra formidável que lhe incumbe e organizá-lo, de modo que êle possa realizar tal obra".

Coube ao novo titular da pasta levar a efeito tão relevante iniciativa.

### **A reforma iniciada e sua finalidade**

A reforma iniciada pelo atual Ministro, logo após haver assumido o cargo, teve por fim aparelhar tão importante departamento administrativo, de modo a permitir-lhe a realização da seguinte tarefa, que, em linhas gerais, resume sua verdadeira finalidade:

- a) estudar o aproveitamento racional das matérias primas minerais, vegetais e ani-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

mais, padronizando e fiscalizando os tipos de produção;

b) estender a rede de pesquisas geológicas e mineralógicas, de forma a estabelecer um cadastro tão completo quanto possível da riqueza mineral do país;

c) avaliar as disponibilidades da energia utilizável pela indústria, determinando a potência das quedas d'água, a capacidade das jazidas de carvão e a existência de depósitos petrolíferos;

d) aperfeiçoar nossas condições agrícolas pela seleção de espécie e escolha do *habitat* mais favorável ao seu desenvolvimento;

e) estudar a adaptação de plantas e animais exóticos ao nosso meio, transformando-os racionalmente em novas fontes de riqueza nacional;

f) aperfeiçoar os meios de combate às pragas e enfermidades que prejudiquem o desenvolvimento das plantas e animais;

g) e, finalmente, modificar, pelas instruções técnico-profissionais — racional e cuidadosamente ministradas —, a mentalidade do nosso meio agrícola e pastoril.

Tendo em vista esse programa, a Comissão de técnicos designada para organizar a reforma propôs uma remodelação geral dos serviços, adstrita à dotação do orçamento em vigor, cuja distribuição ficou assim feita, em virtude do decreto n. 22.339, de 11 de janeiro de 1933:

1 — SECRETARIA DE ESTADO:

- a) Gabinete do Ministro — Serviço de Publicidade.
- b) Diretoria do Expediente e Contabilidade — Pagadoria.
- c) Portaria.

2 — DIRETORIA GERAL DE AGRICULTURA:

- a) Secção de Expediente e Contabilidade.
- b) Diretoria do Fomento e Defesa Agrícolas.
- c) Diretoria do Ensino Agrônômico.
- d) Diretoria de Plantas Texteis.
- e) Diretoria de Fruticultura.
- f) Diretoria do Sindicalismo-Cooperativista.

3 — DIRETORIA GERAL DE INDÚSTRIA ANIMAL:

- a) Secção de Expediente e Contabilidade.
- b) Instituto de Biologia Animal.
- c) Diretoria de Fomento da Produção Animal.
- d) Diretoria de Defesa Sanitária Animal.

4 — DIRETORIA GERAL DE PESQUISAS CIENTÍFICAS:

- a) Secção de Expediente e Contabilidade.
- b) Instituto Biológico Federal — Jardim Botânico.
- c) Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil — Estação Experimental de Combustíveis e Minérios.
- d) Instituto de Química.
- e) Instituto de Meteorologia, Hidrometria e Ecologia Agrícolas.

Na justificativa apresentada ao Govêrno, depois de ressaltar a oportunidade e significação da reforma, em

face do relatório da referida Comissão, o Ministro aduziu considerações em torno dos pontos mais importantes e explicou a nova estruturação dos serviços do Ministério.

Essas considerações vão transcritas a seguir e esclarecem perfeitamente os objetivos visados:

“A atual organização estrutural do Ministério da Agricultura, isto é, o agrupamento e subordinação de seus órgãos funcionais, é, sem dúvida, uma causa importante de deficiência no funcionamento de seus serviços.

De fato, os órgãos técnicos do Ministério, agrupados em 13 diretorias autônomas e três seções isoladas, não têm uma ligação direta com o gabinete do Ministro, nem se subordinam, por afinidades funcionais, à orientação de aparelhos técnicos, ficando todos diretamente subordinados a uma Diretoria Geral de Agricultura — órgão burocrático de expediente — e ainda, lateralmente, a uma outra repartição burocrática — a Diretoria de Contabilidade.

São evidentes as deficiências de uma tal estruturação funcional, pois:

a) as atividades técnicas sofrem o retardamento consequente de uma dupla filtragem através de aparelhos burocráticos;

b) a excessiva centralização desse mecanismo burocrático importa numa desnecessária sobrecarga de serviços para os órgãos incumbidos de desempenhá-los, dando motivo ao congestionamento de papeis em trânsito;

c) os vários serviços técnicos, a cargo de diretorias e seções autônomas, carecidas da orientação de aparelhos especializados, a que se subordinem, por afinidades funcionais, cons-

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

tituem um mecanismo caro e ineficiente, pela consequente dispersão de esforços.

De modo geral, a reforma consagra os seguintes pontos:

- a) libertação, até onde fôr possível, dos serviços técnicos da dependência imediata do organismo burocrático;
- b) simplificação máxima desse organismo;
- c) agrupamento dos vários órgãos técnicos, de acôrdo com suas afinidades funcionais, e subordinação dos grupos, assim formados, a diretorias gerais técnicas;
- d) ampliação, dentro dos limites do orçamento global do Ministério, das verbas correspondentes a certos serviços de maior significação econômica, em detrimento de outros passíveis de redução no momento.

Dentro desse espírito, a reforma estabelece:

- a) enfeixamento dos serviços distribuídos às duas atuais diretorias gerais de Agricultura e de Contabilidade numa só repartição burocrática: a Diretoria de Expediente e Contabilidade;
- b) agrupamento de todos os órgãos técnicos, de acôrdo com suas afinidades funcionais, em três diretorias gerais — uma de Agricultura, uma de Indústria Animal e outra de Pesquisas Científicas — a que ficarão diretamente subordinados êsses órgãos;
- c) ligação direta, ao gabinete do Ministro, dessas três diretorias gerais, cujos papeis

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

só transitarão pela diretoria burocrática quando fôr isto indispensável à sua regular tramitação;

*d)* criação imediata de três diretorias: a de Fruticultura (que deixará de ser secção técnica do Fomento Agrícola) e as de Zootecnia e Laticínios e de Veterinária, em que se dobrará o atual Serviço de Indústria Pastoral;

*e)* criação posterior — quando o permitirem os recursos financeiros — de mais três diretorias: Sindicalismo-Cooperativista, Instituto de Genética e Ensino Agrônomico;

*f)* supressão das seguintes diretorias autônomas atualmente: Instituto de Óleos (de que parte se incorporará ao Instituto de Química e parte à Escola Superior de Agricultura);

Estação de Minérios e Combustíveis (que se fundirá com o Serviço Geológico e Mineralógico);

Jardim Botânico (que será incorporado ao Instituto Biológico de Defesa Vegetal).

A regulamentação do decreto que estabelecer esta reforma, isto é, a distribuição legal de funções aos atuais órgãos do Ministério e sua subordinação, dentro da nova estrutura geral de seu mecanismo, deve ser objeto de decretos posteriores, calcados na observação criteriosa de seu funcionamento.

Julgo, entretanto, de bom alvitre fixar, desde já, as seguintes normas ou tendências a que deverá subordinar-se essa delicada tarefa de reajustamento de funções:

*a)* realizar a máxima economia possível na verba "Pessoal", para obter, dentro do atual

orçamento, maior disponibilidade na verba "Material";

b) confiar o desempenho de funções técnicas a funcionários especializados;

c) aproveitar, dentro dêsse critério, para os cargos de diretores de serviços, técnicos que estejam desempenhando funções em alguma das seções da respectiva diretoria;

d) distribuir e localizar os serviços técnicos do Ministério, de acôrdo com as necessidades peculiares às várias zonas do país, abandonando, de vez, o critério meramente político, a que até agora se têm subordinado;

e) descentralizar, de preferência, a administração dos serviços — remunerando, tanto quanto possível, o pessoal dela encarregado, pelo padrão de vida local — tudo sem prejuízo da necessária centralização técnica;

f) tornar efetiva a cooperação de todos os serviços entre si, de forma a garantir-lhes, pela soma de todos os esforços, um maior rendimento útil.

Quanto ao aproveitamento e seleção do pessoal:

a) atender a que o Ministério deve ter apenas os funcionários de que estritamente necessita para o desempenho regular de seus serviços;

b) estabelecer a obrigatoriedade do concurso ou, pelo menos, da prova de habilitação pessoal, para o preenchimento das vagas que se verificarem no quadro do pessoal, subentendendo-se que os novos funcionários ingressarão

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

sempre para o cargo mais baixo do respectivo quadro;

c) criar uma comissão de promoções, escolhida entre os próprios funcionários técnicos e administrativos do Ministério, à qual incumbirá a apreciação do merecimento dos candidatos à promoção, evitando, de um lado, o arbítrio da autoridade superior e libertando-a, de outro lado, do assédio de interferências estranhas aos interesses do serviço;

d) aplicar ao pessoal excedente — caso isso se verifique com a execução da presente reforma — os dispositivos do decreto n. 19.552, de 31 de dezembro de 1930”.

Utilizando a suplementação orçamentária de..... 11.068:000\$, concedida no segundo semestre do exercício corrente, pôde o Ministério da Agricultura ampliar e melhorar todos os serviços reorganizados pela reforma e criar mais os seguintes:

### A) Na Secretaria de Estado:

1. Na Diretoria de Expediente e Contabilidade:
  - a) criação da pagadoria subordinada a uma nova secção de escrituração;
  - b) criação da secção de material, superintendendo o almoxarifado geral.
2. Criação da Diretoria de Estatística e Publicidade.
3. Incorporação da Diretoria de Sindicalismo-Cooperativista, transferida da Diretoria Geral de Agricultura, com o nome de Di-

retoria de Organização e Defesa da Produção, e criação, nessa diretoria, da Secção de Geografia Econômica, *Stocks* e Mercados.

B) Na Diretoria Geral de Agricultura:

1. Creação da Diretoria de Defesa Sanitária Vegetal, com:
  - a) Secção de Vigilância Sanitária Vegetal;
  - b) Secção de Defesa Agrícola.

C) Na Diretoria Geral de Indústria Animal:

1. Creação da Diretoria de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal.
2. Creação da Diretoria de Caça e Pesca.
3. Transformação em Diretoria, com o nome de Laboratório Central de Indústria Animal, do antigo Instituto de Biologia Animal, creando-lhe mais uma secção de parasitologia e a êle incorporando a estação de agrostologia e o Posto experimental de avicultura e apicultura de Deodoro.

D) Na Diretoria Geral de Pesquisas Científicas:

1. Creação do Instituto de Tecnologia com o acêrvo da antiga estação de Minérios e Combustíveis.
2. Creação do Instituto de Biologia Animal.

E) Organização, com os elementos do antigo Instituto Geológico e Mineralógico e Curso anexo à E. S. A.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

M. V. da Diretoria Geral de Produção Mineral, com as seguintes diretorias:

1. Diretoria de Minas.
2. Diretoria de Aguas.
3. Instituto Geológico e Mineralógico.
4. Laboratório Central de Indústria Mineral.
5. Escola Nacional de Química.

### A atividade do Ministério em 1931-1932

A atividade do Ministério, durante os anos de 1931 e 1932, e os proveitosos esforços empregados para mantê-lo à altura das exigências dos serviços, podem ser apreciados através da exposição feita pelo Sr. Mário Barboza Carneiro, ao transmitir, em 24 de dezembro de 1932, ao novo Ministro, as funções que vinha exercendo como encarregado do expediente, na ausência do titular da pasta. Dessa exposição trasladamos para aqui as partes mais importantes:

*“Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas:* O nosso Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas manteve o ensino prático e itinerante nos Estados, no Território do Acre e no Distrito Federal por meio dos campos de cooperação que, nos dois anos de 1931 e 1932, funcionaram em número de 330.

Os seus campos de sementes produziram, no mesmo período, mais de 600 toneladas de diversas espécies.

A sua estação de pomicultura, em Deodoro, distribuiu, em 1931, 34.000 mudas de plantas frutíferas, em 1932, cerca de 200.000.

Em vários municípios dos Estados de Goiaz, Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, Baía, Alagoas, Paraíba e Amazonas, foram levantados interessantes ques-

tionários agrícolas, que vieram enriquecer a importante coleção de trabalhos dessa natureza, há anos iniciada.

Em várias regiões do país fez o Fomento Agrícola valiosos inquéritos e estudos sôbre as culturas da batatinha, do côco, do cacau, da castanha, da cana, da cebola, do arroz, do feijão, do marmeleiro, da vinha, da mandioca, da soja, do mate, do fumo, da banana e do abacate.

Para intensificar a fruticultura no Distrito Federal e em alguns municípios do Estado do Rio, foram destacados mais de 200 hectares e lavrados mais de 700, sendo beneficiadas cêrca de 200 propriedades com o tratamento de árvores, fornecimento de enxertos, adubos e inseticidas e com a extinção de formigas.

O serviço, a seu cargo, de expurgo e beneficiamento de cereais, trabalhou, em 1931, 63.065 sacos e, no corrente ano, até agora, 118.311, sendo a renda de 1931 60:692\$605.

A inspeção de frutas para exportação, só no pôrto do Rio de Janeiro, abrangeu 1.215.815 caixas de laranjas, 462.173 cachos de bananas, 29.311 caixas de abacaxís, tendo arrecadado, por êsse serviço, 263:054\$700.

O pôsto de embalagem de laranjas de Nova Iguassú, que pode ser apontado como um estabelecimento modelar na sua especialidade, beneficiou, em 1931, 97.285 caixas de laranjas e, em 1932, 127.322 caixas, produzindo, no primeiro ano, a renda de 77:557\$600 e, no segundo, a de 113:866\$400.

A sua secção de propaganda de cooperativismo trabalhou intensamente, não só colaborando na organização de várias associações, como fiscalizando as registadas no Ministério.

As sementes selecionadas, distribuídas pelos agricultores dos diferentes Estados, atingiram o pêsso de 863 toneladas, nos dois anos de 1931 e 1932.

*Serviço de Indústria Pastoril:* A Indústria Pastoril instalou, nos dois últimos anos, 357 estações de monta provisórias, com animais puros de seus planteis em 16 Estados e no Território do Acre, tendo, também, distribuído, a título precário, 311 reprodutores para melhoria das raças.

Prestando toda assistência às suas dependências zootécnicas e às fazendas de criação, nelas possui um rebanho de animais puros de mais de 3.700 cabeças.

Sob a inspeção dos seus técnicos, foram abatidas 1.213.167 cabeças, com a produção de 100.483.676 Kg., para exportação.

Nas xarqueadas registradas e inspecionadas, a produção exportada atingiu 130.315.181 Kg..

Milhares de análises fiscais foram executadas em seus laboratórios, para contróle dos serviços de inspeção e fomento das zonas de produção, no interior.

Nos laboratórios do Posto Experimental, foram estudadas as principais zoonoses que assolaram várias zonas do país, procedendo-se em cada caso à verificação da natureza do virus, mecanismo da transmissão, preparo dos sôros, vacinas, etc..

Em Santa Catarina, Mato Grosso e Alto Rio Branco, continuou intenso e coroado de êxito o trabalho de combate à raiva, tendo-se elevado já a mais de 200.000 os animais vacinados.

O serviço de registo de fábricas foi organizado: realizou-se a padronização dos tipos *standard* de banha.

No Nordeste, foi coroada de absoluto êxito a organização da indústria do xarque, principalmente no Ceará, onde foram, ultimamente, instaladas quatro xarqueadas, além de demonstrações outras de xarqueamento em vários municípios.

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

Para fomentar a criação nacional e instruir os criadores, distribuiu, neste biênio, mais de 6.500 revistas e livros; concedeu transporte para cerca de 900 animais; melhorou o serviço genealógico e de marcas de animais; aparelhou e aperfeiçoou as suas instalações rurais; incentivou os estudos agrostológicos em diversas regiões do país e fomentou a avicultura, não só na Capital como nos Estados, sobretudo no da Baía, onde orientou a instalação da secção de avicultura do Campo de Experiências e Demonstrações "Antônio Muniz", na Capital do Estado.

*Serviço do Algodão:* Produziu em suas dependências 374.156 Kg. de algodão em caroço em 1931 e distribuiu 148.667 Kg. de sementes pelos agricultores.

Em 1932, de janeiro a novembro, foram colhidos 303.800 Kg. de algodão em caroço e distribuídos 157.624 Kg. de sementes.

Atualmente, a área plantada nas estações, fazendas de sementes e campos de cooperação é de 12.775.410 metros quadrados.

Acham-se em funcionamento 33 estabelecimentos agrícolas.

Em 1931, o volume total de algodão classificado subiu a 88.268.933 Kg., maior do que o verificado em 1930, que atingiu apenas a 67.245.170 Kg..

A renda do serviço no ano de 1931 chegou a 553:485\$268.

No período de janeiro a novembro de 1932, a renda foi de 804:253\$287, sendo 534:190\$403 provenientes de taxas de classificação, 268:587\$584, de venda de produtos agrícolas, e 1:475\$300, de origens diversas.

O número total de comissões de classificação é de 14, além de 7 postos de inspeção, abrangendo todos os Estados produtores.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

De janeiro a outubro de 1932, foram classificados 33.570.977 Kgs. de algodão.

Foram renovados os acordos com os governos estaduais do Pará, Rio Grande do Norte e Paraíba, assinados novos acordos com os Estados do Maranhão e Sergipe, e estão em via de assinatura acordos federalizados com os Estados do Ceará, Pernambuco e Alagoas.

*Estação de Combustíveis e Minérios:* A Estação de Combustíveis e Minérios teve grande parte da sua atividade aplicada em estudos referentes ao álcool-motor.

Novos e múltiplos problemas, que merecem ser destacados, foram por ela abordados e resolvidos: o rendimento das várias formulas de carburantes alcoólicos empregados em motores; análise dos diversos tipos de álcool-motor fabricados no país; verificação da quantidade de todo o álcool adquirido pelos importadores de gasolina, num total de cerca de 5 milhões de litros; instalação das bombas oficiais de álcool-motor nesta Capital; fabrico de carburantes nelas vendidos a partir de 16 de outubro último, num total de mais ou menos 250.000 litros; inspeção das usinas de álcool; verificação da quantidade e da qualidade da gasolina importada a granel no país, num total de 150 milhões de litros; regulação dos carros que passaram a empregar o álcool-motor, no Rio de Janeiro, etc..

Diversos minérios de cobre e de ouro, do Rio Grande do Sul, foram cuidadosamente estudados afim de se determinar o melhor processo para o seu aproveitamento. A conveniente utilização do carvão nacional foi igualmente objeto de numerosas pesquisas de seus laboratórios e de constante e esclarecida colaboração com a comissão para êsse fim creada pelo Governo Provisório.

A transformação industrial do café existente nos grandes *stocks* destinados à destruição foi ali examinada,

quer em laboratório, quer em escala semi-industrial, visando-se especialmente seu rendimento em óleos e em gaz e a utilização em "briquetes". Foram efetuadas, ao todo, 468 análises químicas, tanto de minérios como de combustíveis e outros produtos de origem mineral. Reiniciaram-se e estão em vias de conclusão as obras de instalação de laboratórios, gabinetes, etc., que assegurarão à Estação Experimental novo surto em seus diversos serviços.

*Instituto de Óleos:* O Instituto de Óleos tem visado orientar a exploração industrial de nossas plantas oleaginosas e a pesquisa científica dos produtos agrícolas e conexos, no intuito de crear novos horizontes para a economia nacional.

No propósito de restringir, quanto possível, a importação ainda vultosa de certos óleos, principalmente do azeite de oliveira e do óleo de linhaça, já fez o Instituto as pesquisas necessárias à sua integral substituição pelos óleos de amendoim e de oiticica, ambos nativos e extremamente abundantes em nosso território. O problema da utilização industrial da oiticica mereceu especial atenção pelas dificuldades que apresentou e que foram finalmente vencidas, tendo-se alcançado resultados definitivos com uma técnica original de polimerização, que tornou possível o seu emprêgo para tintas e vernizes.

De 1929 até aqui, foram diplomadas três turmas de técnicos especializados em matérias gordas que já prestam, em diferentes regiões do país, o concurso esclarecido dos métodos científicos ao surto industrial das substâncias oleaginosas. Em viagens anuais ao interior do Estado de S. Paulo e de diversos Estados do Norte, vem êste Instituto colhendo impressões e dados sôbre as principais necessidades da cultura, do beneficiamento, do consumo e da exportação de nossos produtos oleaginosos,

levando aos governos e aos interessados os resultados dos diversos estudos que empreendeu e da documentação bibliográfica que reuniu. Familiarizam-se, assim, os alunos com as necessidades objetivas a que terão mais tarde de atender, quando tomarem sob sua responsabilidade a direção dos estabelecimentos industriais para os quais se destinam. Nessas viagens de estudo, são ao mesmo tempo colhidas amostras de produtos novos ou pouco explorados e que pareçam susceptíveis de promissoras aplicações. Posto dêsse modo em constante contacto com as realidades do país, enriquece o Instituto seu museu e fornece a seus pesquisadores matéria útil e nova de trabalho.

A Secção de Pesquisas Industriais Agrícolas, depois de instalar, durante o corrente ano, o seu laboratório, iniciou uma série de trabalhos de ordem científica sôbre plantas oleaginosas de aplicação alimentar e terapêutica. Considerando a gravidade do problema da lepra no Brasil e a exiguidade dos meios de combatê-la, a Secção de Pesquisas estuda, neste momento, as diversas variedades brasileiras da sapucaíha (*Carpotroche Brasilienses*), no intuito de seleccionar, pela riqueza em óleo e pelos atributos fisiológicos dêste, a variedade que melhor convenha a uma cultura intensiva, capaz de substituir o óleo de Chaulmoogra, importado a um preço que dificulta em extremo a sua larga distribuição.

Certos alcaloides, de natureza ainda indeterminada, de diferentes plantas brasileiras, estão sendo ao mesmo tempo examinados, quer do ponto de vista de sua estrutura química, quer de seus efeitos biológicos. A indústria do carvão vegetal ativado, de emprêgo corrente como descorante e desodorizante, é objeto, também, de estudos que prometem substituir os carvões importados

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

para o branqueamento do açúcar e dos óleos, por carvão obtido das cascas de indaiá, babassú, dendê, etc.

O Instituto de Óleos tem-se tornado, ao mesmo tempo, um centro de consultas de industriais e agricultores, aos quais oferece uma cooperação eficiente em todas as dificuldades que encontram na exploração das plantas oleaginosas”.

Como se verifica, os trabalhos do Ministério, nos dois primeiros anos do Governo Provisório, além de correrem normalmente, foram produtivos e apreciáveis, a-pesar-do regime de economias adotado.

### EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

Ao balancear, na primeira parte desta Mensagem, as realizações do regime monárquico, deixei acentuado que o país, depois de meio século de vida política independente, estava ainda com os dois problemas capitais da sua organização para resolver: o trabalho e a educação. Apresenta-se, agora, o ensêjo de abordar o segundo — a educação —, pois do primeiro já tratei no capítulo reservado às atividades do Governo Provisório, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nova Secretaria creada juntamente com a de Educação e Saúde Pública, refletindo ambas a preocupação de encarar sèriamente a solução dèsses dois importantes problemas nacionais.

Julgo inteiramente oportunas, e devo transcrevê-las, as considerações que o magno assunto me sugeriu, quando, em recente discurso pronunciado na capital da Baía, procurei focalizá-lo em toda sua complexidade, relevância e aspectos:

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

“Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional.

Nesse sentido, até agora, nada temos feito de orgânico e definitivo. Existem iniciativas parciais em alguns Estados, embora incompletas e sem sistematização. Quanto ao mais, permanecemos no domínio ideológico das campanhas pro-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforma o caráter.

Há profunda diferença entre ensinar a ler e educar. A leitura é ponto inicial da instrução e essa, pròpriamente, só é completa quando se refere à inteligência e à atividade. O raciocínio, fôrça máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige pronto e arguto. Não deixa de haver certo fundo de verdade na afirmação do psicólogo: “O homem que conhece bem um ofício possui, só por esse fato, mais lógica, mais raciocínio e mais aptidão para refletir do que o mais perfeito dos retóricos”.

A instrução que precisamos desenvolver, até ao limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo, na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado.

A par da instrução, a educação: dar ao sertanejo, quasi abandonado a si mesmo, a consciência dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o de que existe solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a alegria de viver, proveniente do confôrto conquistado pelas próprias mãos.

No Brasil, o homem rude do sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente, e, se vegeta, decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência. Por vezes, o seu aspecto é miserável, mas, no corpo combalido, aninha-se a alma forte que venceu a natureza amazônica e desbravou o Acre. Em algumas regiões, vêmo-lo quebrantado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e sem iniciativa, como se fôsse um autômato. Dai a êsse espectro farta alimentação e trabalho compensador; criai-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. Convençâmo-nos de que to-

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

do brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: — é preciso que todos os brasileiros recebam educação.

Relembrai o exemplo do Japão. O Imperador Mutuzahito, certo dia, baixou um edito determinando “fôsse o saber procurado no mundo, onde quer que existisse, e a instrução difundida de tal forma que em nenhuma aldeia restasse uma só família ignorante e que os pais e irmãos mais velhos tivessem por entendido que lhes cabia o dever de ensinar os seus filhos e irmãos mais moços”.

O Imperador foi obedecido. O milagre da instrução, em pouco mais de 40 anos, de 1877 a 1919, fez com que a exportação e a importação do país centuplicassem; o Japão venciu a Rússia e entrava para o rol das grandes potências.

E' dever do Governo Provisório interessar toda a Nação, obrigando-a a cooperar, nas multiplas esferas em que o seu poder se manifesta, para a solução dêsse problema.

Anda em moda afirmar-se que a educação é corolário da riqueza, quando o contrário expressa maior verdade. Exemplificam com o caso dos Estados Unidos, onde a difusão do ensino primário consome orçamentos anuais que atingem a cerca de 26 milhões de contos da nossa moeda, e concluem que, entre nós, a questão é insolúvel, pelo vulto das despesas que exige, incompatível com a nossa carência de recursos. Em resumo, sustentam: — educação completa só pode existir em nações opulentas. A argumentação é sofisticada. A nossa vitória, nesse terreno, consistirá em começarmos como a grande nação americana começou e continuarmos, resolutos e tenazes, como ela prosseguiu, até ao fastígio de hoje.

A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca, no Brasil, a educação nacional foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legítimo caso de salvação pública.

E' oportuno observar: aos Estados coube velar pela instrução primária; quasi todos contraíram vultosos empréstimos, acima das suas possibilidades financeiras. Da avalanche de ouro com que muitos se abarroaram, abusando do crédito, qual o numerário distraído para ampliar ou aperfeiçoar o ensino? Esbanjavam-no em obras suntuárias, em organizações pomposas e, às vezes, na manutenção de exércitos policiais, esquecidos de que o mais rendoso emprêgo de capital é a instrução.

Sem a necessidade de vastos planos de soluções absolutas, porém, impraticáveis na realidade, procuremos assentar em dispo-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

sitivos eficientes e de aplicação possível todo o nosso aparelhamento educador.

A instrução, como a possuimos, é lacunosa. Falha no seu objetivo primordial: preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente, que o nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primária e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuimo-lo em excesso, quasi transformado em caça ao diploma. O doutorado e o bacharelado instituíram uma espécie de casta privilegiada, única que se julga com direito ao exercício das funções públicas, relegando para segundo plano a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país.

E' óbvio que, para instruir, é preciso crear escolas. Não as crear, porém, segundo modelo rígido, aplicável ao país inteiro. De acôrdo com as tendências de cada região e o regime de trabalho de seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais — o técnico-profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e officios; no interior — rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o carater prático e educativo, dotando cada cidadão de um officio que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de hygiene e de trabalho, conciente do seu valor moral.

Atingimos o ponto onde os pessimistas se habituaram a encontrar dificuldades de toda sorte. Refiro-me aos recursos indispensáveis para organizar e manter semelhante aparelho educativo, cujo desenvolvimento pode ser graduado de acôrdo com as possibilidades financeiras do país.

Nesse terreno, mais do que em qualquer outro, convém desenvolver o espírito de cooperação, congregando os esforços da União, dos Estados e dos Municípios. Quando todos, abstando-se de gastos suntuários e improduttivos, destinarem, elevada ao máximo, uma percentagem fixa de seus orçamentos, para prover as despesas da instrução, teremos dado grande passo para a solução do problema fundamental da nacionalidade. Comprovando o interesse do Governo Provisório a respeito, é oportuno ressaltar que o decreto destinado a regular os poderes e atribuições dos Intervenitores determina que os Estados empreguem 10 %, no mínimo, das respectivas rendas na instrução primária e estabelece a faculdade

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

de exigirem até 15 % das receitas municipais para aplicação nos serviços de segurança, saúde e instrução públicas, quando por êles exclusivamente atendidos.

Concertada a cooperação dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, restaria, apenas, atribuir à União o direito de organizar e superintender, fiscalizando-os, todos os serviços de educação nacional.

A ação isolada dos governantes não basta para transmutar em realidade fecunda empreendimento de tal alcance e tamanha magnitude. E' preciso crear uma atmosfera propícia e acolhedora, permitindo a colaboração de todos os brasileiros nesta obra eminentemente nacional.

O Govêrno Federal pretende instalar a Universidade Técnica, verdadeira cidade e colmeia do saber humano, de onde sairão as gerações de professores e homens de trabalho, capazes de imprimir à vida nacional o sentido realizador das suas aspirações de expansão intelectual e material."

### Ensino primário

Devemos repetir que educar não consiste sòmente em ensinar a lêr. O analfabetismo é estigma de ignorância, mas a simples aprendizagem do alfabeto não basta para destruir a ignorância. A massa de analfabetos, pêso morto para o progresso da Nação, constitúi mácula que nos deve envergonhar. E' preciso confessá-lo corajosamente, toda a vez que se apresentar ocasião. Cumpre fazê-lo aquí, não para recriminar inútilmente, mas, apenas, para nos convenceremos de que o ensino é matéria de salvação pública.

Quero referir-me, evidentemente, ao ensino primário, básico para qualquer processo de instrução. Substituindo as palavras pela evidência dos algarismos, restrinjo o comentário sôbre a sua tremenda deficiência e desorganização aos dados e confrontos estatísticos mais recentes.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Sôbre o ensino primário, os informes obtidos pelo Ministério da Educação, correspondendo a 1931, assinavam o seguinte movimento:

Ensino geral, 20.918 escolas públicas e 7.632 particulares, com 54.337 professores, 2.020.931 alunos matriculados, 1.564.522 frequentes e 122.458 que terminaram o curso. Além dessas, havia mais 620 escolas de ensino semi-especializado e especializado, com 3.960 professores, 59.416 alunos matriculados, 49.521 em frequência e 4.980 que concluíram o curso.

Levando em conta somente o que diz respeito aos alunos dos cursos primários de ensino geral, que é o assunto precípua destas considerações, verificam-se os seguintes resultados proporcionais, de acôrdo com os elementos definitivos de 1931: habitantes, por escola, 1.448, por docente, 763, por aluno matriculado, 21, por aluno frequente, 27, por aluno que concluiu o curso, 338; alunos, por escola: matriculados, 71, frequentes, 55; que concluíram o curso, 4; de 1.000 alunos matriculados, foram frequentes 774 e chegaram ao final do curso 61; de 1.000 alunos frequentes, foram aprovados, apenas, 78, nos exames finais.

Nas condições atuais, a capacidade teórica do nosso aparelho escolar, para o ensino primário, não pode ir além de 10% da massa demográfica. Segundo o cálculo de 40 milhões para a nossa população, deveríamos contar 4 milhões de educandos. As estatísticas, consignando a matrícula de mais de 2 milhões, demonstram um desenvolvimento superior a 50 % da população total, como curva representativa do estudo das primeiras letras.

Não é tão favorável, no entanto, como poderia parecer à primeira vista, a significação exata dêsse índice.

Os dados estatísticos vêm contrabalançá-lo, patenteando dolorosas surpresas: de todos os alunos matricu-

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

lados, apenas 77 % auferem, de fato, os benefícios da escola e conseguem a completa educação do primeiro grau, ainda assim, tão falha e desigual, na insignificante quota de 6 %. Os restantes que frequentam as escolas não vão, em geral, além do segundo período de estudos.

De modo mais frisante, pode-se determinar que, entre 1.000 brasileiros aptos para receberem a educação cultural elementar, 513 não ingressam na escola e, dos 487 restantes, 110 matriculam-se mas não frequentam os cursos; 178 frequentam o primeiro ano de estudos, não chegando bem a ler; 85 frequentam somente até ao segundo ano, alfabetizando-se muito superficialmente; 84 vão um pouco além, mas não chegam a concluir os estudos; e apenas 30 adquirem integralmente a instrução elementar comum, assim mesmo, em condições de grande desigualdade de aproveitamento e reconhecida deficiência atinente à profundidade do ensino, que não se prolonga, em média, além de três anos, com todas as lacunas pedagógicas da maior parte das escolas do interior.

### DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO PRIMÁRIO

<i>Unidades Políticas da Federação</i>	<i>Públicas</i>	<i>Particulares</i>	<i>Total</i>
Distrito Federal .....	328	586	914
Alagoas .....	377	170	547
Amazonas .....	348	93	441
Baía .....	1.543	531	2.074
Ceará .....	752	133	885
Espírito Santo .....	778	68	846
Goiáz .....	204	18	222
Maranhão .....	403	401	804
Mato Grosso .....	186	113	299
Minas Gerais .....	2.607	813	3.420
Pará .....	593	295	888
Paraíba .....	427	113	540
Paraná .....	1.143	121	1.264
Pernambuco .....	1.469	550	2.019

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Piauí .....	145	7	152
Rio de Janeiro .....	1.536	488	2.024
Rio Grande do Norte .....	264	211	475
Rio Grande do Sul .....	3.073	1.443	4.516
Santa Catarina .....	958	313	1.271
São Paulo .....	3.535	1.576	5.111
Sergipe .....	315	52	367
Território do Acre .....	80	11	91
	21.064	8.106	29.170

Diante da realidade destas cifras, não cabem conjecturas otimistas. Não é possível ensinar sem escolas. O número das existentes está muito aquém das necessidades.

O problema da educação do povo continua a ser, ainda e sempre, o nosso magno problema. No momento em que se vai reorganizar a vida política do país, torna-se de evidente oportunidade lembrá-lo e trazê-lo à consideração da Assembléia Nacional Constituinte, que, certamente, procurará dar-lhe solução completa e definitiva. Não temos o direito de postergar indefinidamente essa solução. A dolorosa verdade aí está, desdobrada perante a Nação, desafiando com toda a trama da sua complexidade angustiante, a nossa maior soma de boa vontade e energia.

### Ensino secundário e superior

O ensino secundário, nos seus diversos graus, comporta orientação semelhante. Entre nós, falhava pelo carater de exclusiva preparação para o ensino superior. A função de natureza educativa, que lhe é essencial e consiste em preparar a inteligência e o espírito crítico para o estudo e solução dos problemas impostos pela vida, foi sempre relegada a segundo plano.

Tendo em vista corrigir essa deficiência, o Governo Provisório elaborou a reforma que se acha em vigor e que tem por fim integrar o ensino secundário na sua verdadeira finalidade, isto é, na função de formar a mocidade para agir, com eficiência, no meio em que tiver de aplicar a sua atividade.

A remodelação foi radical e atingiu, também, o ensino superior, estabelecendo as bases do regime universitário. O Conselho Nacional de Educação, instituído simultaneamente, deverá atuar como órgão coordenador e orientador de toda atividade oficial concernente aos problemas de educação.

As principais modificações da reforma introduzida na organização do ensino secundário podem ser apreciadas nas seguintes enunciações:

a) revisão e remodelação dos problemas e planos de ensino;

b) maior duração do período letivo, que passou a ter sete anos, em vez de cinco e seis;

c) maior desenvolvimento na parte educativa;

d) seriação mais racional das matérias e melhor graduação do ensino;

e) divisão do curso em duas partes: a primeira, de cinco anos, comum e fundamental, e a segunda, de dois anos, constituindo a indispensável adaptação dos candidatos aos cursos superiores e dividida em três secções, com as matérias respectivas agrupadas de acôrdo com a orientação profissional do estudante, sem prejuízo das destinadas à cultura geral, extensivas às três secções.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Cuidou-se, ainda, do selecionamento do professorado e da uniformização dos métodos pedagógicos.

As vantagens da reforma são evidentes e a sua execução já produziu, nestes três anos, resultados plenamente satisfatórios.

### Saúde pública

Questões interdependentes e correlatas por natureza e finalidade, as referentes à educação e saúde públicas — já tive ocasião de dizer — só admitem solução comum. O homem valoriza-se, é certo, pela cultura da inteligência, mas não poderá atuar no sentido de eficiência social, por efeito de causas congênitas ou adquiridas, se estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil, impróprio à vida saudável e sem condições de adaptação produtiva.

A ação dos poderes públicos deve desdobrar-se incessantemente, para bem atender ao problema da higiene no seu duplo aspecto de saneamento e assistência. O progresso de qualquer país exige-lhe solução, pelo menos, parcial, traduzida em medidas capazes de assegurar a defesa sanitária das populações. É o que temos feito, utilizando os recursos permitidos pela compressão geral das despesas públicas, sem prejuízo dos serviços respectivos, mantidos com segura e completa regularidade.

A atuação do Departamento Nacional da Saúde Pública continua a exercer-se normalmente.

A assistência sanitária da Capital da República tem sido mantida com toda regularidade e segurança.

As organizações especializadas, a cargo do referido Departamento, prosseguiram sua atividade em defesa da higiene infantil e no combate à tuberculose, às doenças venereas, à lepra e às moléstias contagiosas comuns.

A profilaxia da febre amarela não sofreu continuidade, máu grado a acentuada redução feita nas despesas com o pessoal e material necessários ao serviço. Para estender ao resto do país os benefícios da assistência sanitária, obteve-se que a Fundação Rockefeller, ha anos trabalhando no Brasil com reconhecidos proveitos, ampliasse ainda mais o seu raio de ação. Tornou-se possível, assim, distribuir vasta rêde de profilaxia anti-larvária, compreendendo numerosas localidades dos Estados do Rio, Minas Gerais e Espírito Santo. Quanto à profilaxia anti-amariílica, a mesma fundação desenvolveu grandemente os seus trabalhos, instituindo novos postos nos Estados da Baía, Sergipe, Alagôas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Devido às dificuldades financeiras e ao máu funcionamento do Serviço de Profilaxia Rural existente nos Estados, que, além de não produzir resultados práticos, absorvia verbas elevadas no custeio de pessoal excessivo, com prejuízo do aparelhamento material, resolveu o Governo Provisório suprimir a contribuição que lhe era destinada, até ser possível restabelecê-la com aplicação mais eficiente e proveitosa. Cogitou-se, desde logo, de estabelecer um fundo permanente para custear as despesas necessárias, creando-se, para isso, a taxa de educação e saúde, da qual dois terços serão aproveitados para aperfeiçoar e desenvolver os serviços de saneamento rural no país, obra justamente considerada de grande alcance social e econômico. Enquanto não se leva a termo a reorganização necessária dêsse importante serviço, o Governo Federal tem auxiliado os Estados que mais precisam, suprimindo numerário para atender aos trabalhos de profilaxia que vem mantendo.

### Atividade da nova Secretaria

Creado pelo Decreto n. 10.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública entrou logo em atividade.

No decurso de 1931, enquanto se procurava completar a estrutura administrativa do novo departamento, várias foram as iniciativas levadas a efeito para reorganizar e imprimir maior eficiência aos serviços de educação e saúde públicas.

Assim, no que diz respeito ao ensino, creou-se, pelo Decreto n. 19.850, o Conselho Nacional de Educação, estabelecendo-se as bases estatutárias que devem presidir o regime universitário introduzido no sistema educacional brasileiro.

O Decreto n. 19.852 deu nova organização à Universidade do Rio de Janeiro, ampliando-lhe as possibilidades, com a inclusão, no respectivo quadro, da Escola de Minas de Ouro Preto, da Escola Nacional de Belas Artes e do Instituto Nacional de Música e pelo concurso de várias instituições culturais independentes, tais como o Instituto Osvaldo Cruz, o Museu Nacional, o Observatório Nacional, o Serviço Geológico e Mineralógico e outros estabelecimentos, que, em virtude dos mandatos universitários, passaram a cooperar no desenvolvimento do ensino superior, facilitando os cursos de especialização e aperfeiçoamento.

Em relação ao ensino secundário, cumpre citar a reforma promulgada pelo Decreto n. 19.890, à qual já nos referimos pormenorizadamente. Integrou-se essa reforma com disposições complementares aprovadas pelos

Decretos ns. 20.496 e 20.630, o último dos quais modificou as condições para o registo provisório de professores.

O ensino comercial passou pela reforma consubstanciada no Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que fixou novos padrões relativos à organização dos cursos, e as exigências indispensáveis para o reconhecimento oficial dos institutos destinados à preparação de candidatos às atividades profissionais de caráter comercial.

Ainda no ano de 1931, deram-se novos regulamentos ao Museu Nacional, ao Departamento de Medicina Experimental (Instituto Osvaldo Cruz); promulgou-se o ato que permitiu o ensino religioso nas escolas e aprovou-se oficialmente o acôrdo que, visando a simplificação ortográfica, fôra firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a de Ciências de Lisbôa, e regulou-se o serviço de rádio-difusora educativa.

Por iniciativa e sob o patrocínio do Govêrno, reuniu-se, nesta Capital, em setembro último, a Conferência Nacional de Proteção à Infância, com a presença dos representantes oficiais de todas as unidades federativas. Com subido empenho e alto descortino, revelando, ao mesmo tempo, notável interêsse pelo complexo problema, a Conferência realizou obra de inestimável mérito, consubstanciando, em cláusulas precisas, sugestões práticas a indicar aos poderes públicos os métodos e diretriz a serem seguidos na obra de proteção à infância brasileira.

### **TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

A complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir mais diretamente, como

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

órgão de coordenação e direção, nos diversos setores da atividade econômica e social.

Quanto à maior ou menor amplitude dessa intervenção, podem divergir as doutrinas; na realidade, porém, ela se apresenta como imposição iniludível diante da crescente preponderância dos interesses da coletividade sobre os interesses individuais.

Todas as atividades humanas são forças sociais agindo negativa ou positivamente. O Estado, que é a sociedade organizada como poder, não lhes deve ficar indiferente, sob pena de falhar à sua finalidade. Impõe-se-lhe, contrariamente, discipliná-las e dirigí-las. Daí a sua intervenção no campo social e econômico, regulamentando as relações entre o trabalho e o capital, fiscalizando as indústrias e o comércio, ordenando a produção, a circulação e o consumo e, finalmente, desenvolvendo providências de diversa natureza para provêr o bem comum.

Em face da inquietude que domina a vida contemporânea, abalada fortemente por uma crise econômica que se projeta sobre o plano político, não se pode dizer que nos aflijam, em forma aguda, todos os males que tornam angustioso e apreensivo o amanhã da maioria dos povos chamados civilizados.

A nossa situação, relativamente ao desequilíbrio generalizado de outros países, é de maior sossêgo. Dispostos de abundantes reservas de matérias primas e somos, simultaneamente, grande mercado consumidor. A base da nossa economia ainda é a exploração agrícola, e a industrialização apenas absorve pequena parcela da nossa atividade produtora. Em consequência, a densidade da massa proletária industrial não acusa índice elevado, restringindo-se a núcleos urbanos que dispõem de mar-

gem suficiente para empregar a atividade com fácil e compensadora remuneração.

### **Organização do Trabalho e assistência social**

A-pesar-de tudo, em matéria de organização de trabalho, não poderíamos permanecer no estado de passividade e rotina em que vivíamos.

Já tivemos ensêjo de acentuar que o Império, ao desmoronar-se, deixara intacto êsse problema essencial para a nossa economia. A escravidão viera até às portas da República, e o trabalho livre instituiu-se completamente desorganizado.

Aos prohomens do novo regime a premência do problema muito pouco preocupou. A Constituição de 1891 apenas garantia o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual ou industrial. Era um dispositivo que consagrava, simplesmente, o princípio da liberdade de trabalho. Só em 1926, 35 anos depois, reformava-se o texto constitucional para autorizar o Congresso a legislar sôbre tão importante matéria.

Cristalizara-se a mentalidade política, predominante na orientação governamental, que julgava o problema operário, no Brasil, simples caso de polícia. Era natural que, em ambiente tão pobre de visão social, não encontrassem éco as reivindicações trabalhistas, mesmo as mais elementares, que constituíam conquistas incorporadas à legislação da maioria dos países cultos. Ainda constituíam, entre nós, vagas aspirações as garantias mínimas asseguradas às classes trabalhadoras. Existiam algumas dessas garantias raras, displicentemente enfeixadas em lei, sem aplicação ou aplicadas a retalho; as outras, em maior número, não chegaram a ser objeto de

exame por parte do poder público. Mais explicitamente, tudo quanto se legislara, com referência à matéria, consistia em dispositivos sôbre acidentes do trabalho, caixas de aposentadorias e pensões, concessão de férias aos empregados no comércio e proteção a menores.

Muitos dêsses assuntos arrastaram-se, por longo tempo, através de tentativas frustradas, no seio do Congresso. Assim aconteceu com a legislação sôbre os riscos do trabalho. A lei existente, incompleta e inexecúvel em várias disposições, sômente vingou em 1919. Vários projetos transitaram pela Câmara e Senado, assinalando etapas bem características: um em 1904, outro em 1908, ainda outro em 1911 e o último em 1915.

A proteção aos menores foi olhada com maior interesse. Já em 1891 aparece a primeira medida, e em 1918 instituem-se os patronatos agrícolas, destinados a recolher, educar e ensinar, no aprendizado dos trabalhos rurais, os pequenos abandonados ou delinquentes. Não se tratava de medidas pròpriamente de assistência à infância. O objetivo visado era afastar do contacto pervertedor das vias públicas e dos centros de contaminação viciosa os menores desprotegidos da fortuna e sem lar estável onde a vigilância paterna lhes fosse amparo e escola. Afinal, compendiando a legislação dispersa em leis e regulamentos diversos, organizou-se o Código de Menores, que ampliou e consolidou dispositivos amparadores dos menores entregues à guarda do Estado. A aplicação do Código de Menores prevê, entretanto, a existência de institutos de recolhimento e educação, aparelhados em condições de satisfazer os fins a que se destinam. E' sabido que êles escasseiam por todo o país, quasi exclusivamente atendidos pela iniciativa particular, conduzida por sentimentos caridosos. Pôde-se afirmar, por isso, que, salvo no Distrito Federal, onde se orga-

nizaram estabelecimentos apropriados, o Código de Menores somente se cumpre muito elásticamente e apenas na parte judiciária, falhando a de vigilância e educação.

Relativamente à previdência, economia e assistência aos trabalhadores e às classes pobres, o pouco que se fizera não representa nada de orgânico e prático. Somente em 1923 aparece a lei criando, nas empresas ferroviárias do país, as caixas de aposentadorias e pensões, lei mais tarde remodelada para estender seus benefícios à classe dos portuários e submeter ao mesmo regime as estradas de ferro a cargo da União, dos Estados e dos Municípios. A classe dos marítimos, tão merecedora de proteção e assistência quanto as outras, ficara à margem, excluída do amparo do poder público. Coube ao Governo revolucionário reparar a lacuna, incluindo-a no regime adotado.

Não escaparam aos males da imprevidência, nem mesmo, os funcionários públicos. Suspendera-se o montepio federal, e os admitidos posteriormente passaram a ficar desamparados, diante das incertezas do futuro da família, em caso de morte do seu chefe. O substitutivo do montepio somente apareceu em 1927, quando se organizou o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, cujo aparelhamento e benefícios foram tornados mais eficientes na reforma que lhe introduziu o Governo Provisório, em janeiro de 1931.

No terreno da organização do trabalho, estava tudo por fazer. A Revolução teve de começar pela providência inicial: — a criação do órgão governamental incumbido da importante tarefa — o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Brasil, como signatário do Tratado de Versalhes, assumira a obrigação de observar e executar as normas nele estabelecidas para regulamentar as condições do

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

trabalho, subordinando-as, embora, às necessidades e costumes, tradição industrial e oportunidade econômica do país. Essas normas podem ser assim discriminadas: regulamentação das horas de trabalho; garantia de um salário conveniente; proteção aos trabalhadores contra moléstias ou acidentes do trabalho; proteção à infância, aos adolescentes e às mulheres; pensões à velhice e à invalidez; defesa dos trabalhadores no estrangeiro; liberdade sindical; organização do ensino profissional e técnico, além de outras medidas úteis.

Para orientar a ação governamental nesse terreno instituiu-se, em 1923, o Conselho Nacional do Trabalho. Deu-se ao novo aparelho caráter meramente consultivo, marcando-se-lhe vasto programa. Os seus serviços não foram sequer contemplados nas larguezas orçamentárias. Recebia, apenas, uma pequena subvenção, como qualquer instituição particular. Como era de prever, por maior dedicação que tivessem os seus membros, jamais chegariam a absorver-se, distraíndo-se de suas atividades, na vasta obra programática que lhes fôra assinalada. Durante muito tempo, perdurou a impressão de que a existência do Conselho Nacional do Trabalho se explicava pela necessidade de cumprirmos, pelo menos aparentemente, o compromisso internacional resultante do Tratado de Versalhes.

A nova Secretaria de Estado tinha, como se vê, função preestabelecida e perfeitamente justificável. Como se tem desenvolvido sua atividade, demonstra-o o resumo dos atos do Governo Provisório, contendo numerosas iniciativas em matéria de organização do trabalho:

- a) a regulamentação do trabalho nacional, disciplinada pela disposição conhecida por "lei dos dois terços";

b) organização das classes em sindicatos profissionais:

c) a duração do trabalho nas indústrias e no comércio, estabelecendo, definitivamente, em todo o país, o regime dos "três tempos", ou as oito horas para o trabalho, oito para o repouso e oito para as elocubrações intelectuais ou recreação do espírito;

d) convenções coletivas de trabalho, para interessar empregadores e empregados na melhor forma de estipularem, dentro de um regime de perfeita harmonia, as condições em que devam remunerar e executar o trabalho;

e) as comissões mixtas de conciliação e juntas de julgamento, estabelecendo, entre nós, os conselhos paritários de tão bons e úteis resultados no estrangeiro, como aparelhos destinados a solucionar amistosamente os dissídios entre as classes, órgãos que valem ainda como preparo seguro para a instituição, no Brasil, da justiça do trabalho;

f) a condição do trabalho de menores, procurando cercar êsses pequenos operários ou empregados da proteção que exige a sua condição social e da assistência aconselhada e reclamada pelas boas normas da higiene e eugenia;

g) ao trabalho das mulheres, igualmente defendido, não só por algumas prescrições citadas para o caso dos menores, como, ainda, amparadas com cuidados especiais, segundo a situação e o estado em que se encontrem.

### Nacionalização do trabalho

A providência inicial, julgada urgente, consistiu em limitar a entrada, no país, de estrangeiros desprovidos dos necessários recursos para as primeiras despesas e sem colocação assegurada. Era uma medida acauteladora dos males do problema dos sem trabalho, felizmente inexistente entre nós. O livre acesso, em momento de crise, de elementos alienígenas poderia agravar as condições, senão angustiosas, pelo menos, precárias do trabalhador nativo. Como complemento, tornara-se, também, imprescindível reservar ao trabalhador indígena maior margem de aproveitamento na exploração das indústrias, sem forçar o desemprego dos estrangeiros já localizados no país ha muitos anos, com família constituída, integrados na população nacional e interessados em nossa economia.

Visando êsse objetivo, adotámos o salutar princípio da nacionalização do trabalho, só agora incorporado ao texto das nossas principais leis. Passou-se a exigir, em virtude do mesmo decreto, que regulou a entrada de estrangeiros, que todos os indivíduos, companhias, emprêsas ou firmas que explorem qualquer ramo de indústria ou comércio mantenham, constantemente, nos quadros do pessoal dos respectivos estabelecimentos, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos.

Não inspirou a adoção dessa medida qualquer sentimento egoísta e de hostilidade ao trabalhador estrangeiro. Ela se destina, lógica e naturalmente, a amparar o operariado nacional dos centros urbanos, para onde afluem os imigrantes de profissões idênticas, afastados do país de origem pela falta de trabalho. Ressalvando os inte-

rêsses da nossa expansão agrícola, não levantamos obstáculos à penetração, nas zonas do interior, das correntes imigratórias, fornecedoras de braços adestrados no cultivo da terra. Assim, as exigências da lei não prevalecem para a entrada do trabalhador estrangeiro chamado pelos serviços de agricultura dos Estados ou pelos proprietários de terras ou de emprêsas de colonização. As facilidades concedidas, para o caso, foram ampliadas expressamente, isentando-se a lavoura, a pecuária e as indústrias extrativas da exigência de dois terços de brasileiros natos. Quanto aos agricultores com destino certo, foi assegurada entrada franca no território nacional. Cumpre notar que, a-pesar-das limitações creadas à penetração de estrangeiros no país, não apresenta maior decrescimento, em seu volume, a imigração, pois, em 1932, entraram 34.653 imigrantes, contra 31.410 em 1931. As restrições levantadas justificam-se. Não seria aconselhável deixar, por mais tempo, abertas à imigração de toda origem as fronteiras nacionais; ao contrário, o que se impunha era, precisamente, o selecionamento dos elementos alienígenas, tendo em vista os seus hábitos e tendências, condições etnográficas e políticas e as conveniências do nosso progresso econômico e social.

### Sindicalização

A organização do trabalho, no sentido que se lhe deve dar, num momento conturbado e de profundas transformações sociais e econômicas como o atual, não pode realizar-se, com proveito para as classes patronais e benefícios para os operários, senão mediante inteligente, ponderada e sistemática coordenação para conciliar e garantir os seus mútuos interesses.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

O fundamento sociológico da vida econômica é, hoje, a solidariedade. O princípio da livre concorrência cedeu ao de cooperação. As tendências solidárias propiciam a formação dos agrupamentos coletivos, cada vez mais fortalecidos para a defesa dos interesses de grupo, sob o controle e em colaboração com o poder público. Entramos na fase construtora do movimento sindicalista.

No Brasil, onde as classes trabalhadoras não possuem a poderosa estrutura associativa nem a combatividade do proletariado dos países industriais e onde as desinteligências entre o capital e o trabalho não apresentam, felizmente, aspecto de beligerância, a falta, até bem pouco, de organizações e métodos sindicalistas, determinou a falsa impressão de serem os sindicatos órgãos de luta, quando, realmente, o são de defesa e colaboração dos fatores capital e trabalho com o poder público.

A sindicalização das classes está facultada nos dispositivos de um decreto que regula a matéria e garante aos sindicatos legalmente constituídos o direito de defender perante o Governo e por intermédio do Ministério do Trabalho, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, cabendo-lhes, ainda, a incumbência de cooperar, pelo voto dos seus delegados nos conselhos mixtos de conciliação e julgamento, na aplicação das leis destinadas a dirimir os conflitos suscitados entre patrões e operários.

### Relações entre empregados e empregadores

Não é demais repetir que a legislação trabalhista, tal como a entendemos, tem por objetivo dar ao trabalhador de todas as classes um padrão de vida compatível com a dignidade humana e as conquistas sociais e políticas do nosso tempo.

O contrato ou convenção coletiva do trabalho não é somente uma conquista moral e jurídica em favor dos trabalhadores; constituiu, também, norma imprescindível a toda organização industrial, visto condicionar a luta dos interesses individuais e patronais a um conjunto de regras resultantes de um nível comum estabelecido para as condições da produção. Ao legislarmos a respeito, orientámo-nos pelos princípios aceitos mais ou menos pacificamente em todos os países civilizados, procurando, entretanto, realizar obra nossa, dentro das peculiaridades econômicas e sociais brasileiras.

Não devemos esquecer que, no Brasil, o problema se reveste de complexidade toda especial, em atenção a fatores de diversa natureza, principalmente a extensão do país e variedades dos índices de subsistência.

O regime dos contratos coletivos representa a substituição do princípio individualista, da mais ampla liberdade contratual, pelo princípio da regulamentação coletiva das condições do trabalho, cujo estatuto é fixado pela vontade conjugada dos contratantes.

Instruída pela experiência de outros países, a recente legislação brasileira na matéria, isenta de preconceitos de escolas e amoldada à realidade nacional, do mesmo passo que ampara indiscutíveis direitos dos empregados, atende aos justos interesses dos empregadores.

As consequências da guerra imprimiram feição nova ao trabalho das mulheres e o elevaram a uma perfeita equivalência com o trabalho masculino. A nossa lei a respeito ratifica o princípio geral consignado no *item 7* do art. 427, parte XIII, do Tratado de Versalhes, de que a todo trabalho de igual valor corresponde, sem distinção de sexo, salário igual.

Consubstancia, além disso, o amparo especial que se deve à mulher e demonstra o cuidado com que se procurou

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

resolver o problema, nos seus diversos aspectos. Não há, nesta lei, como não houve nas outras, nenhuma inovação perigosa, adotadas, que o foram, com espírito rigorosamente nacionalista, regras mais ou menos universalmente aceitas.

A criação de uma Justiça do Trabalho para dirimir os litígios de natureza individual que, de momento a momento, surgem das relações entre empregados e empregadores, vem dar solução satisfatória a êsses conflitos, que não encontravam amparo eficiente, tanto na organização judiciária federal como na dos Estados. Era hábito, até bem pouco, encarar-se tais litígios como casos de polícia, resolvidos arbitrariamente e sumariamente pelas autoridades policiais.

A instituição das Comissões Mixtas de Conciliação e Arbitragem resolveu um dos pontos da questão pela criação de órgãos que solucionam os conflitos coletivos de trabalho. Perdurava, porém, o aspecto individual do problema, em face do qual o Brasil, não obstante ser signatário do Tratado de Versalhes e membro do Bureau Internacional do Trabalho, se conservava em manifesta inferioridade ante a maioria das nações cultas. A legislação decretada, creando as Juntas de Conciliação e Julgamento para os dissídios individuais, reparou a falha de modo completo e satisfatório.

### Iniciativas complementares

A Revolução assumiu o compromisso de honra de introduzir nas leis do país as providências aconselhadas para amparar o trabalho e o trabalhador, assegurando-lhes garantias e direitos que não lhes haviam sido reconhecidos. Êsse compromisso foi cumprido, como acaba-

mos de ver, através da enunciação de atos praticados por intermédio do Ministério do Trabalho, formando uma legislação orgânica sobre os problemas sociais. Mas o Governo Provisório não estacionou nessas iniciativas. Prossegue, serenamente, o programa que se traçou. Outras medidas estão em estudo para oportuna adoção, contando-se entre elas:

a) a reforma da lei contra acidentes no trabalho, feita de maneira a poder satisfazer, de modo completo, aos reclamos provocados pela deficiência e falhas apontadas na lei vigente;

b) a remodelação da lei de férias;

c) a regulamentação do trabalho nos portos, com o fim de, não só alterar o estatuto em vigor, reconhecido como impraticável e por isso sem execução, como o de ordenar a extensão desse serviço, existente somente no Distrito Federal, a todos os Estados do Brasil;

d) a elaboração do estatuto do trabalho marítimo;

e) a regulamentação do trabalho dos jornalistas e gráficos;

f) a regulamentação da locação de serviços, para fixar os direitos e deveres de empregadores e empregados;

g) a organização a ser dada ao trabalho agrícola;

h) a elaboração do Código do Trabalho.

Considerado em seu conjunto e alcance, o programa desenvolvido pelo Governo Provisório, em matéria de trabalho e organização social, orienta-se num sentido construtor e fugindo a experiências perigosas. Resulta

taria absurdo concluir que o inspira a intenção de hostilizar as atividades do capital, que, pelo contrário, precisa ser atraído e garantido pelo poder público.

O melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado em força orgânica, capaz de cooperar com o Estado e não deixar, pelo abandono da Lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores. Faz-se mister, aos que desfrutam o benefício da riqueza e do conforto, reconhecerem também que a essas prerrogativas correspondem deveres, convencendo-se de que todos quantos cooperam, com o seu trabalho, para semelhante resultado, possuem, igualmente, respeitáveis direitos.

### **Povoamento e localização de trabalhadores**

O Brasil continúa a ser país de imigração por força da necessidade de povoar o seu vasto território. Precisamos de braços numerosos e adestrados, principalmente no cultivo da terra. A nossa política imigratória não podia prosseguir, entretanto, com a orientação que se lhe imprimira de longa data. A livre entrada de elementos de toda origem não respondia ao objetivo de povoar para produzir. O selecionamento se impunha, sobretudo no momento em que defluíam, espontâneas e volumosas, as correntes emigratórias dos grandes centros europeus à procura do trabalho que lhes faltava e acoissadas pela miséria causada pela crise econômica.

As restrições criadas ao desembarque de estrangeiros no território nacional, em virtude do Decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, refletem a necessidade de evitar a imigração em forma contrária aos nossos interesses de ordem econômica, étnica e política. A aglomeração de braços em nossos centros industriais

MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

viria ser fator de perturbação e constituiria ameaça para o trabalhador nacional e para o estrangeiro já localizado no país.

A medida adotada não foi obstáculo para que o movimento imigratório destinado à exploração agrícola se desenvolvesse normalmente, mantendo os índices dos anos anteriores.

Se foi julgada imprescindível a precaução de evitar o acesso de imigrantes que não satisfizessem determinadas condições, não faltou, também, a iniciativa de melhor aproveitamento dos nacionais, amparando-os e fixando-os convenientemente. Com o serviço de fundação de centros e núcleos agrícolas e localização de trabalhadores, o Governo dispendeu, desde 1931, diretamente e em virtude de auxílios concedidos aos Estados, a quantia de 4.493 contos de réis, distribuídos da seguinte forma:

<i>Estados</i>	<i>Importância</i>
Território do Acre .....	350:000\$000
Amazonas .....	850:000\$000
Pará .....	300:000\$000
Piauí .....	500:000\$000
Ceará .....	500:000\$000
Rio Grande do Norte .....	300:000\$000
Paraíba .....	600:000\$000
Baía .....	300:000\$000
Espírito Santo .....	50:000\$000
Paraná .....	443:000\$000
Mato Grosso .....	300:000\$000
	<hr/>
	4.493:000\$000

Persistindo na orientação que se impôs, vem o Governo desenvolvendo duas iniciativas que julga realmente proveitosas: as obras do Centro Agrícola de Santa Cruz e do Núcleo Colonial de São Bento. Tratava-se de extensas áreas pertencentes às antigas fazendas do mes-

mo nome, onde poderão ser localizadas centenas de pequenos agricultores, resolvendo-se o problema do povoamento da zona rural próxima à Capital da República, mercado certo e de fácil acesso para os produtos, de consumo diário, da pequena lavoura.

### Instituições de previdência

A lei das Caixas de Aposentadorias e Pensões, a que tivemos ensêjo de fazer referência anteriormente, teve os seus benefícios ampliados com a expedição do Decreto n. 20.465, de 1.º de outubro de 1931, elevando-se o número dêsses estabelecimentos de 52, em 1930, para 168, atualmente. O movimento financeiro das Caixas é bem significativo. A receita estimada subiu a 97.714:021\$914, representando-se por 59.728:623\$614 a soma que estão autorizadas a dispender em 1933, de acôrdo com os orçamentos aprovados pelo Conselho Nacional do Trabalho. Os saldos disponíveis, invertidos em títulos da dívida pública, atingem, por sua vez, a 176.095:000\$. O movimento dos recursos dessas instituições de previdência melhor poderá apreciar-se através das importâncias destinadas ao custeio dos benefícios por elas prestados:

Aposentadorias ordinárias .....	24.544:476\$128
Aposentadorias por invalidez ....	5.008:159\$912
Pensões aos herdeiros .....	5.918:825\$188
Serviços médicos e hospitalares ..	6.161:090\$928

Em 1930, o número de associados era calculado em 142.442; já em 31 de dezembro de 1932, elevava-se a 191.343, e, tudo indica, breve ultrapassará de 300.000 com a incorporação dos marítimos, cuja Caixa se instalará dentro de poucos dias. O patrimônio dêsses insti-

tutos, representado em títulos federais, pelo seu valor nominal, elevou-se de 167.111:900\$, em 1930, para 209.882:400\$, em 1932.

Cumpre mencionar separadamente a atividade do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Federais, cujos benefícios se distribuem atualmente em forma de pecúlios e de empréstimos a longo prazo, aplicáveis à compra e construção de prédios para moradia, mediante condições bastante módicas.

O número de novos contribuintes subiu, em 1932, a 1.551, com pecúlios constituídos no valor de..... 20.619:000\$. Em seis anos, o Instituto já pagou aos beneficiários de contribuintes falecidos 18.478:662\$120 de pecúlios, correspondendo ao ano de 1932 a soma de 5.243:293\$045. No mesmo período, as pensões pagas a 2.620 pensionistas somam a quantia de 867:073\$665.

A situação do Instituto é sólida, econômica e financeiramente. A arrecadação geral eleva-se a 22.200:000\$, sendo 14.700:000\$ apurados em folhas de vencimentos no Distrito Federal e 7.500:000\$ nos Estados. As reservas e fundos, que, no ano de 1931, foram superiores a 29.500:000\$, em 1932, alcançaram a cifra de 40.700:000\$. Dessa última importância, 32.938:030\$ constituem reservas técnicas, representando o restante parcelas separadas para formação de fundos e outras reservas, que aumentam as garantias das responsabilidades do Instituto. Contando saldos disponíveis e dando emprêgo absolutamente seguro ao capital sob sua guarda e direção, tinha o Instituto em disponibilidade, na sede, no mês de dezembro do ano passado, a quantia de 10.400:962\$718, sendo 8:136\$516 em cofre na tesouraria e o restante em depósitos bancários. Além destas quantias, ainda dispunha o Instituto de cerca de..... 1.500:000\$ depositados nas sucursais do Banco do Brasil.

## Atividade industrial e comercial

O nosso movimento comercial, durante os últimos anos, reflete os efeitos da crise geral experimentada pelas atividades produtoras em todo o mundo.

O comércio exterior sofreu considerável depressão, em confronto com os resultados apurados nos anos anteriores. Esta depressão se fez sentir, tanto no volume das mercadorias compradas e vendidas, como nos valores que as representam e se mostra mais sensível se fôr apreciada, comparativamente, através das cifras de exportação, até 1928.

Verifica-se, com efeito que, em 1931, importámos 3.552.278 toneladas de mercadorias diversas, no valor de 1.880.934:000\$, papel, ou 28.756.000 libras, contra 3.335.927 toneladas, 1.518.705:000\$ e 21.744.000 esterlinos em 1932, ou seja a diferença, para menos, de 216.351 toneladas, 362.229:000\$, papel, e 7.012.000 esterlinos; na exportação, ao contrário, a diferença é muito mais consideravel, porque, tendo-se elevado, naquele ano, a 2.235.988 toneladas, no valor de 3.398.222:000\$, papel, ou 49.545.000 esterlinos, as cifras de nossas vendas aos mercados estrangeiros, em 1932, se expressaram, apenas, por 1.631.816 toneladas, 2.536.298:000\$, papel, ou 36.622.000 libras, donde a redução de 27 % no volume e de 25 % no valor, tanto papel como ouro, como se vê dos quadros seguintes:

IMPORTAÇÃO			
ANOS	TONELAGEM	CONTOS DE	£ 1.000
	BRUTA	RÉIS	OURO
1928 .....	5.838.625	3.694.990	90.669
1929 .....	6.108.996	3.527.738	86.653
1930 .....	4.881.379	2.343.705	53.619
1931 .....	3.552.278	1.880.934	28.756
1932 .....	3.335.927	1.518.705	21.744

## EXPORTAÇÃO

	ANOS	TONELAGEM BRUTA	CONTOS DE RÉIS	£ 1.000 OURO
1928	.....	2.075.048	3.970.273	97.426
1929	.....	2.189.314	3.860.482	94.831
1930	.....	2.273.688	2.907.354	65.746
1931	.....	2.235.988	3.398.222	49.545
1932	.....	1.631.816	2.536.258	36.622

O intercâmbio comercial do Brasil, nas suas múltiples manifestações, experimentou, como dissemos acima, os efeitos perturbadores da crise econômica que avassala o mundo, sendo oportuno lembrar que a queda dos valores das exportações, no ano passado, deve ser, em boa parte, levada à conta do menor movimento de embarques de café, em contraste com o que se tinha dado em 1931, pois que o café representa, em dinheiro, a maior cifra das nossas vendas aos mercados exteriores. Tal queda foi pronunciadamente determinada pela baixa dos preços de quasi todos os produtos então exportados, por isso que o volume a que atingiram em 1932 superou o das exportações de anos anteriores e nos quais foram apuradas, em papel e ouro, maiores somas.

As oscilações depressivas que registam as estatísticas do nosso comércio exterior não se nos afiguram, entretanto, respeitadas as necessárias proporções, tão profundas como as ressentidas por outros povos, na Europa e na América, de grande e forte estrutura econômica e de vastos recursos comerciais e financeiros. Pode-se afirmar que o malestar experimentado pelo nosso país é o reflexo, em maior parte, das perturbações ocorridas no exterior.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

A instabilidade dos negócios gera a desconfiança, o retraimento dos capitais e a paralização das atividades; as indústrias moderam o movimento de sua produção e o comércio sofre as consequências dêsse retraimento, que se revela no anseio de limitar as transações pela falta de garantia absoluta e na preocupação de resguardar dos riscos as reservas disponíveis. As últimas estatísticas referentes aos bancos nacionais e estrangeiros que operam no Brasil são bem significativas a respeito.

### DEPÓSITOS

VALOR EM MIL CONTOS DE RÉIS			
BANCOS	1932	1931	1930
Nacionais .....	5.164	4.418	4.216
Estrangeiros .....	1.679	1.544	1.515
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
TOTAL .....	6.843	5.962	5.731
	1931	1932	1933
EM 30 DE JUNHO			
Nacionais .....	4.438	4.621	5.532
Estrangeiros .....	1.527	1.498	1.514
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
TOTAL .....	5.965	6.119	7.046

Não podia o Brasil furtar-se aos abalos da economia mundial. As nossas dificuldades, embora consideráveis, não tiveram grande profundidade e reagimos sôbre elas vantajosamente. Já se manifestam indícios de melhor situação nos mercados exteriores para a colocação de certos produtos nacionais. Como se pode verificar, de janeiro a julho, acentuou-se a melhoria do nosso intercâmbio com os demais países:

## MENSAGEM LIDA À CONSTITUINTE DE 1933

### IMPORTAÇÃO

ANOS	TONELAGEM	CONTOS DE	£ 1.000
	BRUTA	RÉIS	OURO
1932 .....	1.997.689	934.657	12.728
1933 .....	2.279.667	1.172.398	16.913
Diferença para mais em 1933	281.978	273.741	4.185

### EXPORTAÇÃO

ANOS	TONELAGEM	CONTOS DE	£ 1.000
	BRUTA	RÉIS	OURO
1932 .....	989.131	1.591.184	22.030
1933 .....	1.093.488	1.626.190	22.318
Diferença para mais em 1933	104.357	35.006	288

Por outro lado, as cifras representativas do nosso comércio de cabotagem constituem eloquente expressão da resistência do país. A variedade de artigos permutados entre os Estados, produtos manufaturados, materia prima para a industria nacional e produtos agrícolas, demonstra o desenvolvimento que se vai, gradualmente, operando, tanto na exploração agrícola como em vários ramos de atividade industrial. Assim o revelam os quadros a seguir:

### COMÉRCIO DE CABOTAGEM DE JANEIRO A DEZEMBRO

#### *Tonelagem*

ANOS	MERCADORIAS	MERCADORIAS	TOTAL
	NACIONAIS	ESTRANGEIRAS	
1928 .....	1.765.651	133.101	1.892.752
1929 .....	1.792.879	128.473	1.921.352
1930 .....	1.453.410	106.622	1.560.032
1931 .....	1.563.347	96.493	1.632.840
1932 .....	1.609.780	117.761	1.727.541

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

### *Contos de réis*

1928	.....	2.677.148	349.250	3.026.398
1929	.....	2.465.262	322.618	2.787.880
1930	.....	1.779.195	279.251	2.058.446
1931	.....	1.953.118	281.291	2.234.409
1932	.....	2.074.774	271.957	2.346.731

Os algarismos referentes à cabotagem, ao contrário do que acontece com os do comércio do exterior, apresentam aumento em relação aos dois anos antecedentes, tanto no volume como nos valores, aumento verificado, exclusivamente, quanto a produtos nacionais, pois as mercadorias nacionalizadas que navegaram por cabotagem acusam decréscimo no valor, embora o volume, no último ano, seja superior ao do ano precedente. A circunstância de haver sido maior o valor global do comércio de cabotagem, tanto em 1932, como em 1931, em confronto com os algarismos de 1930, quando a queda das cotações mais se acentuou no último biênio, é muito significativa. Indica acréscimo sensível no tráfego, mais digno de registro quando, como se sabe, o intercâmbio do porto de Santos esteve suspenso durante três meses do ano passado.

Srs. membros da Assembléia Nacional Constituinte:

Desta exposição vereis, como verá a Nação, a obra de conjunto realizada pelo Governo Provisório nestes três anos de reajustamento da vida nacional. Avulta o seu valor, se recordarmos que ela se executou em período de forte convulsão política, após um movimento que abalára profundamente o país, tornando vibrátil a consciência popular e fazendo surgir paladinos de reivindicações,

por vezes extremadas, que precisavam ser contidas e canalizadas para a corrente normal das idéias fundamentais da nossa tradição política. Como se não bastasse o natural tumulto cívico provocado pela vitória revolucionária, permitindo a expansão de forças sociais resultantes de velhas aspirações coletivas, recalcadas por abusos do poder, ainda mais se avolumavam as dificuldades do momento com a repercussão dos abalos econômicos provenientes da perigosa desarticulação da vida universal.

Coube ao Govêrno Provisório a absorvente e difícil tarefa de conduzir a Revolução depois de vitoriosa. Apesar-disso, não descurou da administração pública, quotidianamente empenhando-se e agindo por melhorar a nossa grave situação financeira e econômica. A simples recapitulação evidencia, com fatos, a soma de esforços dispendidos.

Manteve a ordem, cultuou o direito e elevou a justiça; purificou o ambiente moral da Pátria e fortaleceu-lhe o prestígio no exterior; saneou a administração, aperfeiçoando os serviços públicos e premiando a capacidade de seus servidores; ordenou as finanças e estimulou a economia nacional; não contraiu empréstimos e conseguiu reduzir os compromissos do Tesouro; conservou em baixo índice o custo da vida, sem diminuir, internamente, o poder aquisitivo da moeda; melhorou as condições das classes menos abastadas e regulamentou, valorizando, o trabalho nacional; restabeleceu a hierarquia e a disciplina nas forças armadas; reformou a instrução superior e secundária e delineou as bases para a criação da Universidade do Trabalho; aumentou de 6.800 km. as vias de comunicação do país e de 1 bilhão e 200 milhões de metros cúbicos a capacidade dos reservatórios destinados a irrigar as zonas flageladas do Nordeste; deu seguros alicerces à Nova República com a reforma eleitoral, insti-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

tuindo o voto secreto e a representação proporcional; estabeleceu o voto feminino; e, para garantir a verdade do sufrágio, entregou, finalmente, à Justiça a inviolabilidade das urnas, a apuração do pleito e o reconhecimento dos candidatos.

Sobrelevando-se a todas estas realizações, o Governo Provisório orgulha-se de haver presidido o processo de organização desta Assembléia, conseguindo formá-la como expressão legítima da vontade do povo brasileiro, e proclama sentir-se forte para garantir a supremacia do seu poder, creando-lhe um ambiente de respeito e absoluta segurança, em que possa entregar-se, serenamente, à magna tarefa de elaborar novas e mais sábias instituições para o país.

A Nação aguarda, em expectativa confiante, a obra que iniciais e cuja estrutura, expressando-lhe os anseios de ordem e engrandecimento, deverá firmar-se no sentido das realidades da vida brasileira, consolidando, acima de tudo, a unidade da Pátria e a homogeneidade nacional.

# A ação do Govêrno Pro- visório em prol do Exército

(DISCURSO PRONUNCIADO EM ALMOÇO,  
NA VILA MILITAR — “GRUPO ESCOLA”,  
ONDE FOI ASSINADO O DECRETO DE  
REAJUSTAMENTO DO EXÉRCITO, A 24 DE  
MAIO DE 1934)



## SUMÁRIO

O maior empenho do Govêno Provisório no aproveitamento e estímulo das energias novas e na rigorosa seleção da competência e da capacidade profissional — A anistia decretada para integrar em suas funções um pugilo de homens idealistas, castigados pela intrepidez da sua fé intemerata nos destinos do Brasil — Instrução secundária e profissional — Organizações novas — Vantagens individuais justificadas — No domínio material — No domínio orgânico.



**A**gradecendo a saudação que me foi dirigida, aproveito o ensêjo feliz de estar diante de uma unidade modelar do nosso Exército, pela disciplina, pela dedicação ao trabalho e pelo primor do preparo técnico, máu grado a insuficiência do seu aquartelamento, para esboçar, em rápida síntese, a obra realizada pelo Governo Provisório, em proveito do glorioso Exército nacional.

Ao encerrar-se êste período administrativo, nas vésperas de enquadrar-se o país no regime constitucional, poderá o Exército considerar sem desencanto nem arrependimento a cooperação patriótica e decisiva que prestou à Revolução redentora do Brasil.

Embora, por circunstâncias alheias à sua vontade, não pudesse o Governo Provisório efetuar programa sistemático de aperfeiçoamento do Exército, a ninguém assistiria o direito de recusar que êle demonstre o maior empenho no aproveitamento e estímulo das energias novas e na rigorosa seleção da competência e da capacidade profissional.

No domínio moral, para a restauração da disciplina, para a mais perfeita coesão do organismo militar: decretou a anistia, integrando nas suas funções um pugilo de homens idealistas, castigados pela intrepidez da sua fé intemerata nos destinos do Brasil; suprimiu o *habeas corpus*, em questões disciplinares; respeitou os direitos adquiridos, sem atender a considerações de caráter político; fez promoções baseadas no mérito real; amparou as famílias dos que morreram em defesa da ordem e da Revolução; entregou ao Exército o julgamento da readmissão dos capitães, tenentes e aspirantes envolvidos na rebeldia de 1932.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

No domínio da instrução secundária e profissional: decretou a Lei do Ensino Militar; remodelou os Colégios Militares, as Escolas Militar e de Armas; creou a Escola de Educação Física; baixou regulamentos diversos sobre a organização, instrução e aplicação das armas, execução dos serviços e educação física.

No domínio das organizações novas: creou as unidades-escolas; creou o Batalhão de Guardas; creou as Unidades Aéreas; creou o 3.º e o 4.º Grupos e a 7.ª Bateria de Artilharia de dorso; construiu o Laboratório Militar de Biologia; construiu quartéis para duas unidades de aviões; creou o Estabelecimento Regional de Intendência da 7.ª Região; construiu o Arsenal de Guerra da margem do Taquari; construiu o Ginásio Leite de Castro; construiu casas para oficiais, especialmente em Mato Grosso; reparou muitos quartéis e reorganizou várias unidades, dotando-as de elementos imprescindíveis ao seu funcionamento; terminou a fábrica para pólvora de base dupla; terminou a fábrica de trotil; ampliou as instalações para as novas fábricas de projecteis e materiais contra gazes.

No domínio das vantagens individuais, justificadas: confirmou para a reserva todos os segundos tenentes comissionados, definindo-lhes os direitos e melhorando-lhes as condições de permanência nas fileiras; creou o posto de sub-tenente, para distinguir velhos e prestimosos servidores do Quadro de Sargentos; aumentou uma etapa para os sargentos arregimentados: creou a Previdência dos Sub-Tenentes e Sargentos, já em pleno curso de sua atividade filantrópica.

No domínio propriamente material: creou a fábrica de projecteis de artilharia; creou a fábrica de materiais contra gazes; creou a fábrica de viaturas, em Curitiba; decretou a criação de fábricas de espolêtas e estôjos de

## A AÇÃO DO GOVERNO EM PROL DO EXÉRCITO

artilharia e a de canos e sabres; ampliou a fábrica de cartuchos de infantaria e o Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul; adquiriu aviões de instrução e de guerra, e material para o Serviço Geográfico Militar e de transmissões; mandou técnicos à Europa, afim de estudarem os aperfeiçoamentos necessários à nossa indústria militar nascente.

No domínio orgânico, decretou: a Lei do Serviço Militar; a Lei Orgânica do Ministério da Guerra; a Lei de Promoções; a Lei do Movimento de Quadros; a Lei de Organização Geral do Exército; a lei sobre o estado de sítio em tempo de guerra; a Organização do Conselho de Defesa Nacional; a Organização da Diretoria de Aviação e a Lei de Quadros e Efetivos, agora assinada, que imprime ao Exército fisionomia moderníssima e dá-lhe estrutura modelar.

Essa lei, por si mesma, depara uma conquista fundamental para a nossa força militar e é o melhor testemunho de que não se perderam, nesse particular, os esforços do nosso brilhante Estado Maior.

Vale recordar, Senhores, que essa obra se concluiu, após uma Revolução que abalou todo o país e cujo episódio militar acarretou o gasto e extravio de grande parte do nosso material bélico; após uma Revolução que defrontou um Estado sem crédito, com os recursos financeiros esgotados, vultoso descoberto no exterior, depressão econômica profunda, grave desorganização administrativa, sérias desigualdades sociais e o regime político desvirtuado pela prática despuerosa da fraude eleitoral desabrida e irreprimível.

Dois índices, entretanto, bastariam para justificar o movimento promovido pela campanha da Aliança Liberal:

O Governo revolucionário articulou, internamente, todas as energias nacionais; o Governo revolucionário,

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

sem lançar mão de empréstimos, reergueu o patrimônio moral da Nação, em face dos seus credores, pagando ao estrangeiro cêrca de trinta milhões de libras esterlinas.

Dentro de poucos dias, os delegados do povo, escolhidos no pleito mais livre que se verificou em nossa Pátria, dar-lhe-ão uma nova Lei Constitucional.

Cumpre-nos ter fundadas esperanças de que ela nos trará maior tranquilidade e confiança.

A Revolução continuará a sua obra renovadora, porque as revoluções independem da vontade dos homens, transcendem os interesses individuais e decorrem, como as leis, da natureza das coisas.

A Revolução é fruto das camadas profundas da sociedade; é um imperativo insofreável da consciência coletiva; é, em suma, a cristalização lenta, laboriosa, inventível, do pensamento obscuro da nacionalidade.

Revolução não é desordem, não é motim de quartel nem demagogia de rua, não é simples instrumento para saciar paixões pessoais.

A essa não se incorporará o Exército, que foi, no curso da nossa história, o realizador dos grandes movimentos nacionais.

O Exército garantirá a ordem, sustentará a lei, assegurará a tranquilidade, para fortalecer o progresso moral e material do Brasil.

O Exército é um dos maiores fatores da unidade nacional.

E os destinos da nacionalidade podem cumprir-se, com segurança, debaixo da lei e amparados na disciplina das fôrças armadas.

A ação do Governo Pro-  
visório em prol da  
Marinha

(DISCURSO PRONUNCIADO EM ALMOÇO  
OFERECIDO PELA ARMADA, NO NOVO  
EDIFÍCIO DO ARSENAL DE MARINHA DO  
RIO DE JANEIRO, A 11 DE JUNHO  
DE 1934)



## SUMÁRIO

A escola do mar é a grande mestra da disciplina — Recapitulação da obra realizada pelo Govêrno Provisório em benefício da Armada — Os atos de hoje: início, na ilha de Villegaignon, da construção da Escola Naval — Inauguração das novas oficinas da Diretoria do Armamento. Assinatura do contrato para a construção da flotilha de contra-torpedeiros.



Nesta data, consagrada à Marinha brasileira, à comemoração dos seus feitos, ao balanço de suas realizações durante o ano, tenho a mais grata satisfação de me encontrar entre vós, para dar testemunho do meu aprêço às altas virtudes de uma classe modelar pela disciplina, pela dedicação ao trabalho, pela compreensão dos seus deveres. Senhores: A escola do mar é a grande mestra da disciplina. Longe do remoínho terreno, sôbre as águas livres do oceano, o marinheiro absorve o espírito na contemplação dos grandes panoramas espetaculares. Os pontos de referência, que lhe marcam o rumo, não são as mesquinhas imagens das paixões humanas, mas os relevos de arquipélagos e continentes, a vastidão dos horizontes e a luz dos astros.

A guarnição do navio é um organismo, cujo ritmo vital depende, diretamente, da coesão de todos os elementos que o compõem. O contacto permanente com o perigo desenvolve, no ânimo do marujo, a noção da responsabilidade, apura as qualidades de mando e avigora os sentimentos de solidariedade. Nesses restritos núcleos sociais, que se aventuram às mais estranhas paragens, cada qual, em seus múltiplos misteres, responde pela existência dos demais. Do capitão ao modesto foguista todos se conjugam, harmônicamente, para vencer os óbices que a natureza lhes depara. Basta que se afrouxe um dos elos da cadeia, para que os restantes se desarticulem.

Mercê dessa comunhão perene de esforços, o homem do mar conseguiu, na era maravilhosa do Renascimento, dilatar o império do mundo antigo e conquistar, para a cultura ocidental, um Novo Mundo. A êle, aos seus em-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

preendimentos, à sua coragem quotidiana, deve a civilização as mais altas realizações. Que outra obra poderia emparelhar com a sua? Entrelaçar os países, transportar os produtos do trabalho, os braços do colono, a energia dos exploradores, o pensamento dos sábios, unir as raças pelo mútuo conhecimento, acudir com remédio pronto aos que se tresmalham nas solidões marinhas, sem medir riscos nem poupar a própria vida — eis a tarefa benemérita, muitas vezes obscura, do nauta desinteressado.

Seu labor é tão edificante que já houve quem afirmasse, com inteira procedência, que, se, porventura, desaparecessem todos os padrões intelectuais e morais de Portugal, seria suficiente, para perpetuar as tradições lusitanas, conservar-se, apenas, a *História Trágico-Marítima*, — onde figuram as rudes crônicas dos tripulantes das náus, caravelas e galeões da época dos descobrimentos.

Inspirando-se nesse respeito, que lhe merece a Marinha brasileira, o Governo Provisório cuidou, com o máximo carinho, de resolver alguns dos principais problemas de que dependia a sua eficiência. Ao realizar o balanço geral das nossas mais prementes necessidades, deixei manifesta, no programa da Aliança Liberal, a intenção de remodelar os serviços desse departamento da administração pública, afim de confiar ao país uma esquadra à altura da nossa brilhante oficialidade. Volvidos três anos e meio após a instalação da ditadura, folgo em recapitular, neste momento, a obra realizada. O Governo Provisório regulamentou a Aviação, a Escola de Aviação e os centros de Aviação Naval; creou a especialidade de “hidrografia” para os oficiais da Armada; creou os cursos extraordinários de especialização nos serviços de máquinas para os oficiais do Corpo da Armada; autorizou a aquisição de um navio-escola, que recebeu o nome de “Almirante Saldanha” e já se acha

## A AÇÃO DO GOVERNO EM PROL DA MARINHA

pronto para incorporar-se à nossa frota; creou o Corpo de Aviação da Marinha; creou a Diretoria do Ensino Naval; instituiu o Fundo Naval; reorganizou os quadros de oficiais da Armada; creou o Curso Prático de Aspirantes e Comissários da Armada; instituiu um crédito anual de 40 mil contos, durante doze anos, destinado à renovação da esquadra; creou a Fôrça Aérea da Defesa do Litoral; deu novas bases à reorganização da Aviação Naval; regulamentou o montepio dos operários dos arsenais de marinha e diretoria do armamento; regulamentou o ensino técnico-profissional, a reserva naval aérea, o serviço de farolagem e sinalação, a Diretoria de Engenharia Naval, o Conselho do Almirantado, o Serviço de Fazenda da Armada, os Conselhos Econômicos da Marinha, as Escolas de Aprendizes Marinheiros, o Corpo dos Marinheiros Nacionais, o Corpo de Práticos dos rios da Prata, Baixo Paraná e Paraguai; creou cinco setores aéreos na defesa aérea do litoral; creou e regulamentou a reserva naval aérea de segunda categoria; deu novo regulamento ao Estado-Maior da Armada; consignou verbas para o prosseguimento do Dique da Ilha das Cobras; creou o Instituto Naval de Biologia; mandou construir o edifício do novo Arsenal de Marinha, com séde para o Ministério e suas principais repartições, antes, esparsas em alojamentos deficientes, e promulgou a Lei do Serviço Militar na Armada.

Além disso, realiza, hoje, o Govêrno Provisório, três atos de considerável importância para o desenvolvimento da Marinha:

a) inicia, na ilha de Villegaignon, a construção da Escola Naval; b) inaugura as novas oficinas da Diretoria de Armamento; c) e assina o contrato para a construção da flotilha de contra-torpedeiros.

Vale referir, ainda, entre os empreendimentos que assinalam a data que festejamos: o lançamento da pedra

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

fundamental da ponte ligando a ilha do Governador ao continente; o lançamento da pedra fundamental da Cidade-Jardim, na ilha do Governador; a inauguração da 2.<sup>a</sup> sub-estação elétrica do novo Arsenal de Marinha; a inauguração da carreira pequena de reparos do novo Arsenal de Marinha e lançamento da pedra fundamental da sede da Base Naval do 5.<sup>o</sup> distrito naval. E cumpre não esquecer, também, que se acha em viagem, com destino à Grã-Bretanha, a guarnição incumbida de trazer ao Brasil o navio-escola "Almirante Saldanha".

Dotando a Marinha de unidades novas, adaptáveis às realidades do Brasil, cumpriu o Governo Provisório um dever precípuo, de que se olvidaram, durante vinte anos, os sucessivos mandatários da República. A Marinha fazia jús a êsse prêmio. Ele representa a recompensa de vários lustros de extrema dedicação, de incansável e fecunda atividade. A-pesar-de dirigirem navios obsoletos, de valor bélico reduzidíssimo, nossos oficiais não perderam o entusiasmo espontâneo da sua vocação. Dispondo de recursos parcos, souberam conservar, com espanto dos técnicos estrangeiros, as unidades revelhas da nossa frota. Elas aí estão, para exemplo de competência e patriotismo, atestando o alto gráu de cultura profissional e cívica do pessoal da Armada.

Ao renovarmos a nossa esquadra, não nos impele, certamente, qualquer impulso agressivo. A desmesurada extensão do litoral brasileiro bastaria para justificar o plano de reorganização naval. Não nos preparamos para combater inimigos, que, felizmente, desconhecemos. Preparámo-nos, sim, para conquistar melhor o nosso imenso país, para cimentar e assertar em bases sólidas e inabaláveis a unidade nacional.

No desempenho dessa generosa missão, tem a Marinha de guerra papel de subida importância. Enquanto

## A AÇÃO DO GOVÉRNO EM PROL DA MARINHA

as fontes da nossa economia estiverem próximas do litoral; enquanto o interior do nosso território não possuir rodovias e estradas de ferro perfeitamente articuladas, a civilização brasileira dependerá das comunicações marítimas e fluviais. Através dos portos, ao longo das nossas tantas léguas de costa e pelo curso dos nossos grandes rios, por muitos anos ainda, levarão os navios da esquadra, com o pavilhão do Brasil, a imagem da Pátria.

Acresce, também, que as unidades da nossa Marinha são centros de preparo profissional, de que não pode prescindir uma nação com despropositado índice de analfabetismo. À guisa do que ocorre nos quartéis, onde o Exército forma grande parte da juventude, os marinheiros que se educam a bordo aprendem, no lidar das armas, a conhecer sua terra, a compenetrar-se das suas obrigações para com a coletividade.

Por tudo isso, não recusou o Govêrno Provisório os auxílios que lhe reclamava a situação precária da Marinha, máu grado as dificuldades evidentes da economia e das finanças do país.

Não quero concluir, Senhores, sem render homenagem particular à preciosa colaboração que, em todos êstes atos orgânicos, prestou o eminente Almirante Protógenes Guimarães, digno exemplar das virtudes morais, intelectuais e cívicas da oficialidade da nossa Armada.

Levanto a minha taça pela glória crescente da Marinha de guerra nacional!



# A língua vínculo das relações lusó-brasileiras

(DISCURSO PRONUNCIADO NO GABINETE  
PORTUGUÊS DE LEITURA, EM SESSÃO  
SOLENE REALIZADA A 16 DE JUNHO  
DE 1934)



## SUMÁRIO

O índice da civilização, no Brasil, transcende o tipo do Estado europeu — Temos quasi uma projeção continental — O laço profundo e duradouro que nos liga a Portugal.



**A**tendendo, com prazer, à solicitação que me foi feita, devo declarar que o meu comparecimento a esta festividade, no momento em que se comemora o Dia de Camões, em que se inaugura o Instituto de Alta Cultura Luso-Brasileiro, em que se recebe no seio desta sociedade um grande cientista português e em que se homenageia a figura profundamente simpática do Embaixador de Portugal concedendo-lhe o título de professor da nossa Universidade — o meu comparecimento tem, aqui, a significação do aplauso e do apôio do Govêrno Brasileiro a êste ato, porque não compreendo que se possa ser Chefe da Nação Brasileira sem ser grande amigo de Portugal.

Não nos prende, neste momento, nenhum elo de subordinação ou de vassalagem, quer de ordem econômica, quer de ordem intelectual, quer de ordem política ou de qualquer outra espécie. É, apenas, a aproximação espontânea, pelo vínculo da fraternidade que nos uniu no passado e que projeta as duas nações para o futuro entrelaçadas no ideal de um progresso comum.

O povo brasileiro sofre, neste momento, o caldeamento das várias correntes imigratórias, que aquí se produz e que, naturalmente, o afasta de sua origem. É que, no Brasil, o índice da civilização transcende o tipo de Estado europeu. Pela vastidão do solo, pela variedade das condições mesológicas e do clima, temos quasi uma projeção continental. Por isso mesmo, dispondo de fatores próprios, não podemos procurar paralelo no tipo clássico do Estado europeu. As peculiaridades da nossa vida exigem métodos e processos originaes. Se temos, porém, essas diferenciações, devemos confessar que

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

um laço profundo e duradouro nos liga a Portugal: a língua, a admirável língua lusitana. Esse maravilhoso instrumento de expressão pode adquirir, entre nós, tonalidades novas; pode, pela nossa capacidade creadora, ter aumentado o seu vocabulário; pode, mesmo, alterar-se quanto ao léxico, através do tempo, assim como quanto à prosódia ou à sintaxe — mas conservará sempre a força íntima que o gerou.

É comum a portugueses e a brasileiros a língua em que Camões exaltou os heróis, os santos e os grandes construtores da sua nacionalidade, para os quais êle creou, além da morte, uma vida eterna, vida que não morre, pois êle mesmo declarou que, por obras valorosas se vai da lei da morte libertando.

Por isso, no momento em que falo neste recinto, onde já vibrou a voz de Joaquim Nabuco e onde se perpetua a memoria de Camões, não poderia deixar de saudar os profundos vínculos espirituais que unem o Brasil a Portugal, desde os pioneiros do descobrimento até à época atual, em que eminentes homens de Estado promovem a renovação política e econômica da velha terra que cantou Camões.

O cinema nacional elemento  
de aproximação dos habi-  
tantes do país

(DISCURSO PRONUNCIADO NA MANIFES-  
TAÇÃO PROMOVIDA PELOS CINEMATO-  
GRAFISTAS, EM 25 DE JUNHO DE 1934)



## SUMÁRIO

O primeiro dever do Estado é sanear a terra, polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão, adaptando-o às necessidades do seu *habitat* — O cinema como elemento de cultura — Os imperativos da vida contemporânea e as representações da tela sonora — O cinema aproximando os núcleos humanos — O cinema como livro das imagens luminosas.



Um dos primordiais objetivos do Governo Provisório foi o de estimular o desenvolvimento intelectual, moral e físico do povo brasileiro. Valorizar a nossa produção, em todas as esferas da atividade, proteger as nossas indústrias reais, melhorando-lhes as condições, constituiu o corolário daquele princípio básico, daquela diretriz, seguida pelos realizadores da Revolução.

Sanear a terra, polir a inteligência e temperar o caráter do cidadão, adaptando-o ás necessidades do seu *habitat*, é o primeiro dever do Estado. Ora, entre os mais úteis fatores de instrução, de que dispõe o Estado moderno, inscreve-se o cinema. Elemento de cultura, influindo diretamente sôbre o raciocínio e a imaginação, êle apura as qualidades de observação, aumenta os cabedais científicos e divulga o conhecimento das coisas, sem exigir o esforço e as reservas de erudição que o livro requer e os mestres, nas suas aulas, reclamam.

A técnica do cinema corresponde aos imperativos da vida contemporânea. Ao revés das gerações de ontem, obrigadas a consumir largo tempo no exame demorado e minucioso dos textos, as de hoje e, principalmente, as de amanhã, entrarão em contacto com os acontecimentos da História e acompanharão os resultados das pesquisas experimentais, através das representações da tela sonora. Os cronistas do futuro basearão os seus comentários nesses seguimentos vivos da realidade, colhidos em flagrante, no próprio tecido das circunstâncias.

Se nos centros de civilização milenar já exerce o cinema tão alta função, muito maior será a sua importância nos países novos, a exemplo, no nosso. Amparando

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

a indústria cinematográfica nacional, o Governo Provisório cumpriu ditame imperioso e irrecusável. Por sua desmesurada grandeza geográfica, depara o Brasil, ao estadista, uma série de problemas complexos, de ordem econômica, política e social, cujas soluções dependem da análise rigorosa de certos dados fundamentais, em geral, obscuros e indecisos.

O papel do cinema, nesse particular, pode ser verdadeiramente essencial. Ele aproximará, pela visão incisiva dos fatos, os diferentes núcleos humanos, dispersos no território vasto da República. O caucheiro amazônico, o pescador nordestino, o pastor dos vales do Jaguaribe ou do São Francisco, os senhores de engenho pernambucanos, os plantadores de cacau da Baía, seguirão de perto a existência dos fazendeiros de São Paulo e de Minas Gerais, dos criadores do Rio Grande do Sul, dos industriais dos centros urbanos; os sertanejos verão as metrópoles, onde se elabora o nosso progresso, e os cidadãos, os campos e os planaltos do interior, onde se caldeia a nacionalidade do porvir.

A propaganda do Brasil não deve cifrar-se, como até agora acontece, aos setores estrangeiros. Faz-se, também, mistér, para nos unirmos cada vez mais, que nos conheçamos profundamente, afim de avaliarmos a riqueza das nossas possibilidades e estudarmos os meios seguros de aproveitá-las em benefício da comunhão.

O cinema será, assim, o livro de imagens luminosas, no qual as nossas populações praieiras e rurais aprenderão a amar o Brasil, crescendo a confiança nos destinos da Pátria. Para a massa dos analfabetos, será essa a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa administração, será uma admirável escola.

Associando ao cinema o rádio e o culto racional dos

## O CINEMA NACIONAL

desportos, completará o Govêrno um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que assim se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu.



# O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisorio

(MANIFESTO A NAÇÃO, EM JUNHO  
DE 1934)



## SUMÁRIO

O programa da Aliança Liberal — A obra do Govêrno Provisório — Quadro sinótico da legislação orgânica de 1930 a 1934 — Ministério da Justiça — Ministério da Fazenda — Ministério das Relações Exteriores — Ministério da Guerra — Ministério da Marinha — Ministério da Agricultura — Ministério da Educação e Saúde Pública — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Os empreendimentos do Govêrno Provisório — A eleição presidencial pela Assembléia Constituinte.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

## Quadro do Brasil em 1930

Quando a campanha da Aliança Liberal culminou, a 3 de outubro de 1930, no movimento revolucionário que irrompeu, simultaneamente, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba, alastrando-se, em poucos dias, pelo país inteiro, a situação do Brasil era de irreprimível desespero.

Durante quarenta e um anos de amarga experiência, o povo aguardara, resignado e paciente a princípio, depois inquieto, mais tarde em clamores de revolta insopitável, a realização dos objetivos com que o regime republicano prometera salvar a Nação da rotina, do favoritismo, das solertes combinações partidárias que assinalaram o último quartel do período monárquico entre nós.

A obra dos constituintes de 1891 estava por terra. O Pacto Fundamental, onde colaboraram os mais eminentes espíritos da propaganda republicana, imprimindo-lhe a força do seu idealismo, comunicando-lhe a pureza da sua fé e a chama do seu patriotismo, fôra violado em todos os seus capítulos fundamentais e convertido, pelo arbítrio crescente dos governos, em dogma de prepotência e escravização.

A base mesma do nosso antigo estatuto político estava totalmente destruída. O salutar princípio do equilíbrio dos poderes transformara-se em ficção, que a realidade, a cada momento, acentuava. O Executivo acabara por absorver os demais órgãos do Governo. O país vivia literalmente à espera das graças do supremo ma-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

gistrado. Não se fazia a lei para servir o povo, senão para garantir os seus feitores. Nossa própria existência política e social era um artifício.

Artifício o Poder Judiciário, cujas sentenças, a cada passo, eram conspurcadas para não contrariarem interesses creados. Artifício o Poder Legislativo, recrutado, via de regra, entre os amigos da situação, de modo a satisfazer o capricho dos maiores. Artifício o exercício do voto, respeitado, somente, em raros distritos eleitorais e sujeito a toda sorte de compressões. Artifício a máquina administrativa, montada para galardoar dedicações subalternas. Artifício doloroso, enfim, a prática dos chamados “direitos do homem”, cuja mais bela prerrogativa, a liberdade do pensamento, reduzira-se a mero conceito sem substância. Tudo, afinal, era artifício. O Poder Executivo, ao meio de todo êsse tecido de aparências, era a única realidade.

### O programa da Aliança Liberal

O programa da Aliança Liberal, consubstanciado na plataforma com que o seu candidato se apresentou à Nação, em 2 de Janeiro de 1930, vale por verdadeiro diagnóstico dos males brasileiros. Afirmou-se, ali, com rigorosa procedência, que o programa era “mais do povo que do candidato”.

Em verdade, nele estão fixadas, em linhas gerais, as diretrizes das mais evidentes aspirações nacionais:

1.<sup>a</sup>) — a necessidade da decretação da anistia para os pioneiros da nossa emancipação política;

2.<sup>a</sup>) — a revogação das leis compressoras;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

3.<sup>a</sup>) — a promulgação de um Código Eleitoral capaz de libertar o voto de quaisquer vícios de origem;

4.<sup>a</sup>) — a reorganização da Justiça Federal;

5.<sup>a</sup>) — a remodelação do ensino secundário e superior;

6.<sup>a</sup>) — o aparelhamento de legislação social digna do nosso estado de cultura;

7.<sup>a</sup>) — a inauguração de uma política imigratória baseada em moldes adaptáveis às condições do mundo moderno;

8.<sup>a</sup>) — a revisão do nosso organismo militar, de maneira a dotar as fôrças armadas de meios idôneos para o cabal desempenho da sua nobre missão;

9.<sup>a</sup>) — a supressão dos defeitos peculiares ao nosso sistema tarifário, antiquado e irracional;

10.<sup>a</sup>) — a instituição de normas essenciais ao bom funcionamento da administração pública;

11.<sup>a</sup>) — a adoção de um plano de defesa da economia e das finanças nacionais;

12.<sup>a</sup>) — o entabolamento de negociações diplomáticas para a conclusão de convênios e tratados de comércio reguladores da nossa exportação e da colocação dos nossos produtos nos mercados estrangeiros;

13.<sup>a</sup>) — o saneamento das zonas litorâneas e rurais;

14.<sup>a</sup>) — o desenvolvimento da instrução primária, técnica e profissional;

15.<sup>a</sup>) — a solução do problema das sêcas, promovendo a execução de obras permanentes, sem ultrapassar os nossos recursos próprios;

16.<sup>a</sup>) — o estudo metódico das possibilidades da colonização da Amazônia;

17.<sup>a</sup>) — a articulação da rede de viação geral do país, afim de que as estradas de ferro, as rodovias e as linhas de navegação se conjuguem e se completem;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

18.<sup>a</sup>) — a urgência de assentar a nossa produção pecuária em sólidos alicerces, acrescendo-lhe os rendimentos e aumentando o consumo dos seus produtos e sub-produtos;

19.<sup>a</sup>) — a reforma do Banco do Brasil, para convertê-lo em propulsor do desenvolvimento geral, auxiliando, nesse carater, a agricultura, amparando o comércio, fazendo redescontos, dirigindo, em suma, o nosso sistema bancário, no sentido de contínuo engrandecimento do Brasil;

20.<sup>a</sup>) — a racionalização da produção do café, afim de evitar os ônus decorrentes dos sucessivos e nefastos empréstimos para a sua valorização.

### A obra do Govêrno Provisório

Ao instalar-se o Govêrno Provisório, em 3 de novembro de 1930, a primeira preocupação dos dirigentes revolucionários foi respeitar os nossos compromissos externos e manter o equilíbrio das fôrças nacionais.

O Decreto de 11 de novembro de 1930 depara o mais lídimo atestado da cultura cívica dos promotores da Revolução. A Ditadura nasceu debaixo da lei. Ao revés do que assoalhavam os pregoeiros de grandes calamidades, o Govêrno Provisório traçou, ao constituir-se, diretrizes firmes de justiça e honradez, de que se não apartou um só instante.

Compreendeu o Chefe do Govêrno, apoiado por seus colaboradores de maior responsabilidade, a singular psicologia do nosso povo e os graves problemas da nacionalidade. Antes do mais, era mister resguardar a unidade nacional. E, para conservá-la, na sua integridade, tornava-se imprescindível seguir os rumos que nos herdaram os nossos maiores.

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

A unidade brasileira é, principalmente, um patrimônio de ordem moral. A formação política do nosso país contrariou, com espanto dos sociólogos, as lições da história sul-americana. Tudo conspirava, aqui, para quebrar a corrente de elos que prendiam as nossas variadas regiões e os nossos complexos núcleos humanos. As influências mesológicas foram vencidas, em porfia tenaz, pela vontade do homem. Guiar essa vontade, discipliná-la, orientar-lhe as trajetórias, deveria ter sido obrigação precípua do Governo. Nada, entretanto, se fizera de positivo e concreto, nesse particular.

Instituída a Federação, o regime republicano foi, a pouco e pouco, desvirtuado e se afastou dos seus fins. Em confrontos com alguns Estados fortuneiros, deixámos desamparada, criminosamente, a maioria das unidades federativas. Não procurámos fundir, nos mesmos sentimentos e nos mesmos interesses, os elementos componentes da União. Cada setor da comunhão nacional entrou a insular-se econômica, social e administrativamente dos demais. Contribuímos, além disso, para a crise do urbanismo, no litoral, relegando o sertão à mercê da incultura, da miséria e das endemias pertinazes. Cindimos o homem brasileiro em sertanejos obscuros e litorâneos felizes.

Esse, sem dúvida, era o panorama do Brasil em 1930. A Revolução, todavia, operou o milagre de que muitos desesperavam. Uniu, de improviso, todos os brasileiros na mesma esperança de melhores dias. Era necessário, portanto, corresponder a êsse mandato imperativo da nacionalidade. Por isso, o ato inicial do Governo Provisório limitando os seus próprios poderes e mantendo-se equidistante entre as paixões extremistas, evitou os excessos funestos das lutas partidárias. O Decreto de 11 de novembro de 1930 manteve e orientou o sentido na-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

cional da Revolução, vencendo a ação descoordenadora do espírito localista. Os homens que o firmaram ofereceram ao país o testemunho de que, longe de os conduzir, a Revolução era por eles conduzida.

Articular o aparelho da administração pública foi o segundo mandamento do Governo Provisório. Sua atuação, nesse passo, desafia qualquer paralelo. O acervo de leis orgânicas, acumulado em três anos e seis meses, justifica, por si mesmo, a Revolução.

Recebendo legado pesadíssimo, assenhoreando-se do comando do país, sem economia protegida, sem finanças, sem câmbio e sem crédito, o Governo Provisório não recuou ante a obra imensa que defrontava. Máu grado as perturbações geradas pelo descontentamento das facções banidas dos postos que haviam assaltado; máu grado as contínuas agitações promovidas por impenitentes reacionários; as intrigas, as campanhas de ódio infecundo, os vaticínios pessimistas e os trabalhos de sapa e o derrotismo, o Governo Provisório assegurou a ordem e pôs em prática largo e lúcido plano de reforma geral do Brasil. Para isso, contou sempre com a dedicação e o sacrifício das forças armadas, com o apóio de todas as energias conservadoras da Nação.

Ao entregar a direção da República aos seus legítimos órgãos constitucionais, depois do pleito eleitoral mais livre que já houve entre nós, o Governo Provisório não se teme do balanço que, porventura, se fizer da sua atividade política e administrativa.

Apresentando à Nação a simples nomenclatura das Leis Orgânicas por êle promulgadas, o Governo Provisório pode, sem orgulho, proclamar que cumpriu o seu dever, e o candidato da Aliança Liberal afirmar que se desobrigou de quasi todas as promessas feitas, a 2 de janeiro de 1930, na oração proferida na Esplanada do Castelo.

## QUADRO SINÓTICO DA LEGISLAÇÃO ORGÂNICA DE 1930 A 1934

É O SEGUINTE O QUADRO SINÓTICO DA LEGISLAÇÃO  
ORGÂNICA DE NOVEMBRO DE 1930 A JULHO DE 1934

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**N**esse departamento da administração pública, o  
Govêrno Provisório realizou a seguinte obra:

- creou uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério da Educação e Saúde Pública;
- reorganizou a Côrte de Apelação;
- creou uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- organizou os serviços a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública;
- reorganizou o Supremo Tribunal Federal e estabeleceu regras para abreviar os seus julgamentos;
- regulou o registo dos nascimentos ocorridos no território nacional de 1 de janeiro de 1889 até 1931;
- dispôs sôbre as terras devolutas;
- creou o Departamento Oficial de Publicidade;
- determinou a correição no Fôro;
- modificou e completou a reorganização do Supremo Tribunal Federal e estabeleceu várias providências sôbre o processo da justiça federal;
- instituíu uma comissão especial para dirimir as questões de limites inter-estaduais;
- instituiu a Comissão Legislativa;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

— instituiu conselhos consultivos, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, e estabeleceu normas sobre a administração local;

— dispôs sobre o julgamento do Supremo Tribunal Federal em casos de empate na votação;

— creou uma Comissão de Correição Administrativa;

— instituiu uma Comissão de Técnicos para proceder a estudos financeiros e econômicos dos Estados e Municípios;

— aprovou o regulamento da Ordem dos Advogados Brasileiros;

— dispôs sobre a nomeação de magistrados e membros do Ministério Público para comissões encarregadas da elaboração de projetos de leis e regulamentos;

— deu novo regulamento à Imprensa Nacional;

— tornou obrigatório o comparecimento à Feira de Amostras do Rio de Janeiro de todas as firmas nacionais ou estrangeiras que concorrem ou pretendam concorrer aos fornecimentos à administração pública;

— restabeleceu o recurso de revista nas causas cíveis;

— modificou o Código Eleitoral, quanto à formação do Tribunal Regional do Território do Acre;

— dispôs sobre a organização judiciária no Estado do Maranhão;

— dispôs sobre a defesa judicial dos interesses da União Federal;

— dispôs sobre a organização das secretarias dos Tribunais Eleitorais;

— facultou e regulou a criação, pelos Estados e Municípios, da taxa especial de benefícios;

— dispôs sobre a proibição dos impostos inter-estaduais e inter-municipais;

— dispôs sobre o modo de constituição do capital de sociedades anônimas, permitindo que êle se constitua, em parte, por ações preferenciais de uma ou mais classes;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

— aprovou a reorganização judiciária do Estado do Maranhão;

— reorganizou a Polícia Militar do Distrito Federal;

— providenciou sobre o julgamento de certos recursos perante o Supremo Tribunal Federal;

— reajustou o serviço policial do Distrito Federal;

— reduziu à metade os prazos de prescrição penal para os menores delinquentes de mais de 18 e menos de 21 anos;

— dispôs sobre a convocação da Assembléia Nacional Constituinte e aprovou o seu Regimento interno; prefixou o número de deputados à mesma e deu outras providências;

— regulou a competência e as atribuições do Ministério Público Eleitoral;

— regulou a competência dos juizes de órfãos do Distrito Federal;

— creou a Secretaria Geral da Justiça Eleitoral;

— dispôs sobre exames periciais;

— convocou a Assembléia Nacional Constituinte;

— dispôs sobre a apelação *ex-officio* das sentenças de nulidade ou anulação de casamento;

— uniformizou os passaportes concedidos pelos Estados e pelo Território do Acre;

— uniformizou a expedição de passaportes;

— regulou o estado de sítio em caso de agressão estrangeira;

— alterou o Código de Processo Civil e Comercial do Distrito Federal, dando novas disposições sobre o processo executivo fiscal para a cobrança das dívidas ativas da Fazenda Municipal;

— regulou as condições de renovamento dos contratos de locação de imóveis destinados a fins comerciais e industriais;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

- aprovou o Regimento de Custas para a Justiça local do Distrito Federal;
- aprovou o Convênio de limites entre os Estados da Baía e Minas Gerais;
- proveu sôbre a responsabilidade civil da Fazenda Pública;
- alterou a organização do Ministério Público do Distrito Federal;
- concedeu a anistia aos participantes do movimento revolucionário de 1932;
- alterou o regimento interno do Supremo Tribunal Federal, para abreviar o julgamento dos feitos anteriores de 1933;
- creou o quadro especial na Polícia Militar do Distrito Federal;
- creou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural;
- regulou a liberdade de Imprensa.

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

- Regulou os conhecimentos de transporte de mercadorias por terra, agua ou ar;
- dispôs sôbre a organização duma comissão encarregada de estabelecer os padrões, que serão adotados nos fornecimentos de materiais necessários à execução dos serviços do Govêrno Federal;
- aprovou a reforma dos Estatutos do Banco do Brasil;
- restabeleceu, no Banco do Brasil, a carteira de Redescontos;
- creou a Comissão de Compras;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

— centralizou as compras e os fornecimentos de artigos destinados à execução dos serviços federais;

— mandou adquirir, por compra, o café presumivelmente retido em 30 de junho de 1931, com exceção do *stock* comprado pelo Estado de São Paulo por força do empréstimo de 20 milhões de esterlinos;

— modificou o Regulamento do Imposto de Renda;

— ampliou os favores de isenção de direitos concedidos para a refinação da borracha e fabricação de artefatos desse produto;

— dispôs sobre o pagamento em quotas do Imposto Sobre a Renda;

— aprovou a operação feita pelo Ministro da Fazenda para a compra de café;

— aprovou a permuta de café por trigo, realizada com a Grain Stabilization Corporation, de Chicago, e a Bush Terminal Company, de Nova York;

— mandou proceder à revisão das tarifas alfandegárias e a negociações de acordos comerciais;

— modificou o Código de Contabilidade da União e reformou o sistema de recolhimento da receita arrecadada e o de pagamento das despesas federais;

— dispôs sobre os serviços do Conselho Nacional de Café;

— estabeleceu normas para a venda de letras de exportação ou de valores transferidos do estrangeiro;

— estabeleceu processo para a oferta de cotações de materiais destinados às repartições públicas;

— creou a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar;

— ampliou o limite para as operações da Carteira de Emissão e Redesconto do Banco do Brasil;

— estabeleceu normas para a distribuição dos fundos especiais na Receita Geral da República;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

— suprimiu as contas correntes em moeda estrangeira nos estabelecimentos bancários;

— concedeu favores para a fabricação, no país, de vinhos compostos (*vermouths*, vinhos quinados e semelhantes);

— concedeu favores às empresas que se obrigarem a fazer o plantio, cultivo e beneficiamento da borracha, caucho e balata em virtude de contrato;

— dispôs sobre a permanência de favores aduaneiros a companhias, empresas e firmas que explorarem a mineração do ouro;

— autorizou o redesconto de títulos destinados ao financiamento da produção industrial, agrícola ou pecuária;

— creou uma Comissão incumbida de apurar a totalidade da dívida passiva da União, ainda não consolidada;

— creou a fiscalização da Fazenda junto às companhias seguradoras ou sindicatos profissionais que operam em acidentes de trabalho;

— estabeleceu regras para a execução do serviço de revisão de despachos;

— deu novo regulamento ao exercício do cargo de despachante aduaneiro e seus ajudantes nas Alfândegas e Mesas de Rendas da República;

— regulou a arrecadação, pelo Conselho Nacional do Café, da taxa de 15 *shillings* por saca de café exportada e deu outras providências;

— aprovou o regulamento para a fiscalização do serviço dos empréstimos externos dos Estados e Municipalidades;

— modificou as taxas do imposto do consumo e deu outras providências;

— deu novo regulamento à Casa da Moeda;

— regulou a concessão de favores às empresas que

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

se fundarem no país para a fabricação de cimento com o emprêgo de matérias primas nacionais;

— creou o imposto proporcional sôbre capitais empregados em empréstimos hipotecários;

— creou a Recebedoria Federal em São Paulo, na Capital do mesmo Estado, e regulou seus serviços;

— regulou o pagamento de títulos em moeda estrangeira;

— modificou o regulamento do imposto de consumo aprovado pelo Decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926;

— regulou a concessão de montepio dos funcionários públicos civís da União;

— estabeleceu e regulou a comunhão de interesses entre portadores de *debentures*;

— regulou as sociedades de capitalização;

— creou o Departamento Nacional de Café;

— providenciou sôbre as declarações de valores nos despachos de importação;

— dispôs sôbre os juros nos contratos;

— transferiu para os Estados o domínio de todos os terrenos aforados pela União;

— creou o Ofício de Notas e Registos de Contratos Marítimos;

— proveu sôbre os meios assecuratórios da cobrança da dívida ativa;

— manteve a proibição de importar mercadorias estrangeiras que tenham similares na indústria nacional;

— estabeleceu normas para a elaboração e execução do orçamento da Receita e Despesa da União;

— dispôs sôbre as operações de câmbio;

— extinguiu a percepção nas repartições públicas em 1\$ ouro;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

— estabeleceu a base de 8\$ para a percepção, em todas as repartições públicas arrecadoras, do antigo 1\$ ouro;

— fixou em 45\$, moeda nacional, a taxa de 15 *shillings* arrecadada pelo Departamento Nacional de Café;

— providenciou sobre as análises de bebidas e produtos alimentícios estrangeiros importados;

— reduziu de 50% o valor de todos os débitos de agricultores antes de 30 de junho de 1933, realizando, assim, o reajustamento econômico;

— dispôs sobre a compra e venda do ouro;

— retificou as instituições do Ministério da Fazenda para a realização de operações de crédito entre o Banco do Brasil e Estados da União, Distrito Federal e Municipalidades;

— providenciou sobre a consolidação da uniformização das dívidas externas dos Estados;

— regulou o consumo do álcool empregado como carburante e suas misturas;

— autorizou operações de crédito entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil;

— uniformizou o orçamento da Receita e Despesa públicas, adotando o 1\$ de curso forçado como moeda única;

— determinou que o pagamento de juros e de amortização dos títulos dos empréstimos externos realizados pelo Governo Federal e pelos Governos dos Estados e dos Municípios fôsse, a partir de abril de 1934 e a terminar em março de 1938, feito de acôrdo com o plano organizado pelo Governo Federal;

— proibiu a exportação de vários metais e suas ligas, inservíveis e passíveis de transformação;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

- regulou a cobrança e fiscalização da taxa de viação;
- creou, nos Estados, várias coletorias para arrecadação das rendas federais;
- regulou a lei de Reajustamento Econômico;
- regulou a concessão de isenção e redução de direitos aduaneiros;
- reorganizou os serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional;
- exigiu no vencimento dos títulos, a prazo ou à vista, em moeda estrangeira, provenientes de importação de mercadorias, sacada sobre qualquer praça do país, o depósito do seu equivalente em moeda nacional, ao câmbio do dia, feito no banco portador do mesmo;
- deu competência privativa ao Departamento Nacional do Café para regularizar e fiscalizar o embarque e transporte do café pelas estradas de ferro do país;
- instituiu a fiscalização permanente das coletorias e mesas de rendas não alfandegadas;
- regulou o abono de vencimentos aos funcionários públicos civís da União, da data da aposentadoria e da expedição do título de inatividade;
- concedeu favores às Companhias que se organizarem para a exploração de minas auríferas e àquelas que já exercem a sua atividade nessa indústria;
- concluiu com vários países acôrdos sobre créditos congelados de origem comercial;
- alterou a tolerância da moeda de prata de 2\$ e a composição das de bronze e alumínio de 1\$ e \$500;
- tornou livre a exportação de câmbio não proveniente das exportações do país;
- estabeleceu novas bases e percentagens para cobrança das taxas de armazenagem;
- estabeleceu nova tarifa das alfândegas;
- aprovou a prorrogação do contrato firmado com

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

o Banco do Brasil para o recebimento, por êsse estabelecimento de crédito, das rendas públicas e pagamento das despesas ordenadas pelo Govêrno;

— autorizou a construção de nove contra-torpedeiros, três dos quais no Brasil;

— concedeu favores aduaneiros a instituições, companhias, emprêsas ou firmas que exploram a indústria do cacau;

— autorizou a Carteira de Redesconto a redescontar letras de câmbio ou notas promissórias cujo aceitante ou emitente exerça atividade na agricultura ou indústria;

— substituiu, em suas aplicações especiais, o produto da taxa de 2 %, ouro, *ad-valorem*, que o Decreto n. 24.343, de 5 do mês corrente, suprimiu, pelo produto do imposto adicional creado pelo art. 2.º dêsse Decreto, e suprimiu a taxa de 0,7 %, ouro, *ad-valorem*, creada pelo Decreto n. 14.481, de 18 de novembro de 1920;

— instituiu o Conselho Administrativo da Casa da Moeda;

— regulou a organização dos Bancos de Crédito Industrial;

— regulou a nomeação e promoção dos agentes fiscais do imposto de consumo;

— autorizou a liquidação, por encontro de contas, das operações sôbre café realizadas pelo extinto Conselho Nacional do Café.

### MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— Aprovou o projeto de orçamento, na importância de 8.514:513\$825, para a construção do pôrto de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul;

— transferiu a Inspeçtoria de Águas e Esgostos, do Ministério da Viação e Obras Públicas para o Ministério da Educação e Saúde Pública;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

— aprovou o Regulamento da Inspeção Federal de Obras contra as Sêcas;

— aprovou o projeto das obras que o Rio Grande do Sul deve executar no pôrto de Tôrres;

— regulou a exploração dos serviços telegráficos no território nacional;

— regulou a exploração dos serviços telefônicos inter-estaduais e internacionais;

— dispôs sôbre a criação e organização do Departamento de Aeronáutica Civil;

— aprovou os projetos e orçamentos de diversas obras e melhoramentos executados na Rede de Viação Férrea Federal, no Estado do Rio Grande do Sul;

— incorporou à Estrada de Ferro do Paraná o ramal do Paranapanema;

— declarou a caducidade das concessões à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande para a construção da linha férrea de Pôrto União à Foz do Iguassú, do ramal das Sete Quedas e do ramal de Guarapoaba e sua ligação com a Estrada de Ferro do Paraná;

— deu nova organização ao Distrito Telegráfico Central da Repartição Geral dos Telégrafos;

— organizou os serviços da Diretoria Geral dos Correios e creou a Administração dos Correios do Distrito Federal;

— regulou os serviços de requisições de transportes oficiais nas emprêsas particulares;

— abriu crédito especial destinado ao prosseguimento das obras necessárias ao imediato aproveitamento das áreas circunscritas à enseada de Manguinhos, na Baixada Fluminense;

— concedeu ao Estado da Paraíba autorização para construção e exploração do pôrto de Cabedelo;

— mandou restabelecer o tráfego na Estrada de Ferro Madeira e Mamoré;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

— abriu o crédito extraordinário de 1.000:000\$ para os serviços de obras contra as sêcas;

— creou, no Telégrafo Nacional, o serviço de cartas telegráficas diárias;

— dispôs sobre a revisão dos contratos da construção e exploração do pôrto de Recife;

— aprovou o Regulamento da Estrada de Ferro Central do Brasil;

— incorporou à Estrada de Ferro Central do Brasil a Estrada de Ferro de Teresópolis;

— abriu o crédito especial de 10.341:931\$735 para ocorrer às despesas com as obras do pôrto do Rio de Janeiro;

— aprovou a Tarifa Geral para os serviços dos Correios e Telégrafos;

— abriu o crédito de 5.000:000\$ para os serviços de obras contra as sêcas e de estradas de ferro;

— abriu o crédito especial de 10.000:000\$ para os serviços ferroviários, rodoviários e de irrigação no Nordeste;

— abriu créditos especiais para as obras da construção das linhas férreas de Jaguarí e São Tiago;

— aprovou o regulamento para os serviços de rádio-comunicação no território nacional;

— autorizou o Ministério a contratar o serviço de navegação a vapor no baixo São Francisco;

— abriu crédito especial para estudos e obras a cargo do Departamento Nacional de Portos e Navegação;

— abriu crédito especial para atender à construção do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

— autorizou a Companhia Estrada de Ferro Minas de São Jerônimo a celebrar contratos de pesquisas e lavras das minas de ouro na região aurífera de lavras de São Sepé;

— abriu crédito especial para execução de obras da Estrada de Ferro Central do Brasil;

— abriu o crédito de 22.897:000\$ para o auxílio indireto a flagelados nordestinos;

— estabeleceu regras para execução de obras de irrigação no Nordeste;

— aprovou o regulamento da Contadoria Central Ferroviária;

— abriu o crédito de 254.152:000\$ para serviços de açudagem, rodoviários, ferroviários e outros;

— determinou medidas relativas à reorganização dos serviços administrativos dos Correios e Telégrafos;

— abriu o crédito de 1.014:000\$ para ocorrer a despesas com a execução de obras de portos;

— concedeu aos jornalistas profissionais o abatimento de 50% nas passagens simples nas estradas de ferro da União e por ela administradas e nos navios do Lloyd Brasileiro;

— estabeleceu medidas complementares e adotou providências para o reajustamento da nova organização dos Correios e Telégrafos;

— dispôs sobre a administração e a exploração do pôrto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte;

— autorizou a revisão e consolidação dos contratos celebrados com o Govêrno do Estado do Paraná, relativos à construção do pôrto de Paranaguá;

— abriu crédito especial para pagamento do valor da Estrada de Ferro Paracatú;

— aprovou o regulamento para o serviço telegráfico público, explorado pelas estradas de ferro;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

— aprovou plano geral do aeroporto do Rio de Janeiro;

— estendeu à indústria do chisto betuminoso favores concedidos à do carvão nacional;

— aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Portos e Navegação;

— concedeu ao Estado de Alagoas autorização para realizar as obras do aparelhamento do pôrto de Maceió, bem como a exploração do tráfego desse pôrto;

— concedeu ao Estado de Sergipe autorização para realizar as obras do aparelhamento do pôrto de Aracajú, bem como a exploração do tráfego desse pôrto;

— concedeu reduções nas tarifas das estradas de ferro administradas pela União para novos produtos agrícolas e industriais, visando o aproveitamento das zonas laterais dessas estradas;

— concedeu ao Estado do Ceará autorização para realizar as obras do aparelhamento do pôrto de Fortaleza, bem como a exploração do tráfego desse pôrto;

— aprovou as cláusulas para a revisão dos contratos celebrados com o Estado de Pernambuco para a execução de novas obras e serviços de melhoramento do pôrto de Recife;

— creou a Escola de Aperfeiçoamento de Correios e Telégrafos;

— regularizou os serviços da Marinha Mercante Nacional, dispondo sôbre a administração do Lloyd Brasileiro;

— autorizou o Ministério da Viação e Obras Públicas a contratar com a Metropolitan Vickers Electrical Export Company Ltd. a eletrificação de um trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil;

— aprovou a tarifa geral para os serviços dos Correios e Telégrafos;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVÉRNO PROVISÓRIO

— aprovou novos orçamentos para os projetos do pôrto de Maceió na enseada de Pajuassára e na de Jaraguá;

— autorizou a revisão ou a rescisão amigável do contrato celebrado com a Madeira Mamoré Ry. Co. Ltd.;

— encampou o contrato de arrendamento da Estrada de Ferro do Paraná e desapropriou os trechos de Serinha a Nova Restinga, Jaguariaíva a São José e de Hansa a Pôrto União sob o regime de concessão à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande;

— autorizou uma operação de crédito para custear o serviço de saneamento da Baixada Fluminense;

— autorizou a concessão de obras e melhoramentos dos pôrtos nacionais, seu aparelhamento e a exploração do respectivo tráfego;

— aprovou as cláusulas do contrato a ser celebrado com a Metropolitan Vickers Electrical Export Co. Ltd. para a eletrificação de linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil;

— autorizou o Ministério da Viação e Obras Públicas a contratar com o Estado de S. Paulo e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, ou sociedade que por êstes fôr organizada, a realização de serviços, obras e melhoramentos na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil;

— estabeleceu dispositivos complementares do Decreto n. 24.188, de 3 de maio de 1934, que declara rescindido o contrato entre o Govérno Federal e a Companhia Brasileira de Pórtos;

— autorizou a celebração de contrato com o Govérno do Estado do Piauí para o serviço de navegação a vapor do rio Parnaíba, mediante a subvenção de . . . 150:000\$ anuais.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

### MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

- Regulou os vencimentos dos funcionários consulares e diplomáticos no Brasil;
- suprimiu os cargos de Inspetor de Consulado;
- limitou a imigração, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe;
- estabeleceu nova tabela de emolumentos consulares e regulamentou a sua cobrança;
- suprimiu a expedição de passaportes consulares pelo Ministério das Relações Exteriores;
- reorganizou os serviços do Ministério das Relações Exteriores;
- creou o quadro de Delegados Comerciais;
- instituiu a Comissão Permanente do Rio de Janeiro, incumbida de trabalhos relativos à codificação do Direito Internacional Público;
- alterou a composição do Corpo Diplomático Brasileiro;
- uniformizou a expedição de passaportes;
- organizou as Comissões de Limites;
- estabeleceu a forma de concessão de licença para casamento de funcionários diplomáticos e consulares;
- reajustou os quadros do Corpo Consular;
- remodelou o quadro do pessoal contratado da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores;
- realizou acordos comerciais com:
  - a Grã-Bretanha;
  - os Países Baixos;
  - o Estado Livre da Irlanda;
  - a Suécia;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

- a Alemanha;
- a Suíça;
- a Finlândia;
- a Tchecoslováquia;
- a Itália;
- a Dinamarca;
- a Islândia;
- o Canadá;
- o México;
- a Rumânia;
- a Húngria;
- a Noruega;
- a Áustria;
- a Bélgica;
- a Iugoslávia;
- a Polônia;
- a Índia;
- a Colômbia;
- a Letônia;
- a Estônia;
- a Lituânia;
- os Estados do Levante sob mandato francês;
- o Uruguai;
- Portugal;
- a Argentina;
- a Grécia;
- a Turquia;
- concluiu com a Áustria acôrdo relativo à supressão do "visto" nos passaportes;
- concluiu com os Países Baixos acôrdo relativo ao protocolo de instruções para demarcação da fronteira entre o Brasil e a Guiana Holandesa;
- concluiu com a Itália Tratado de Extradicação;
- concluiu com a Suíça Tratado de Extradicação;
- concluiu com a Suécia acôrdo para a assistência

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

recíproca a brasileiros e suécos doentes das faculdades mentais;

— concluiu com a Dinamarca acôrdo para a assistência recíproca a brasileiros e dinamarqueses doentes das faculdades mentais;

— concluiu com a Polônia acôrdo administrativo para a troca de correspondência diplomática em malas especiais;

— concluiu com a Grã-Bretanha acôrdo para a delimitação de áreas ribeirinhas na fronteira entre o Brasil e a Guiana Britânica;

— concluiu com a Polônia Tratado de Conciliação;

— concluiu com o Afeganistão Tratado de Amizade;

— concluiu com o Uruguai Tratado de Extradicação;

— concluiu com a Alemanha acôrdo relativo a visitas de vasos de guerra;

— concluiu com a Argentina convênios sôbre exposições de amostras e vendas de produtos nacionais; para prevenção e repressão do contrabando; para o fomento de turismo; para regulamentar a navegação aérea; para revisão dos textos de ensino de História e Geografia; de intercâmbio intelectual; de intercâmbio artístico;

— concluiu com a Argentina tratados de extradicação, anti-bélico e de conciliação, de comércio e navegação;

— concluiu com a Argentina acôrdo para a permuta de publicações e um protocolo adicional ao Tratado de Comércio e Navegação;

— concluiu com o Uruguai convênios de intercâmbio artístico; para regulamentar a navegação aérea; sôbre exposição de amostras e vendas de produtos nacionais; para o estabelecimento das regras relativas ao estatuto jurídico da fronteira; para a revisão dos textos de ensino de História e Geografia; para o fomento de turismo;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVÊRNO PROVISÓRIO

— concluiu com o Uruguai acôrdo para permuta de publicações;

— concluiu com o México Tratado de Extradicação e Convênio para revisão dos textos de ensino de História e Geografia;

— promulgou a Lei Orgânica dos Serviços Diplomático e Consular do Ministério das Relações Exteriores;

— aprovou o regulamento para o serviço de fronteiras;

— concluiu com a França acôrdo sôbre créditos congelados, estabelecendo, pela primeira vez, medidas de reciprocidade com relação às tarifas aduaneiras de ambos os países;

— promulgou com a Argentina acôrdo para permuta de publicações;

— promulgou com a Argentina o Convênio para o fomento do turismo;

— promulgou com a Argentina o Convênio para a revisão dos textos de ensino de História e Geografia;

— promulgou com a Argentina o Convênio de intercâmbio intelectual;

— promulgou com a Argentina o Convênio sôbre exposição de amostras e venda de produtos nacionais;

— instituiu, no Ministério das Relações Exteriores, o Curso de Aperfeiçoamento nos Serviços Diplomático e Consular.

## MINISTÉRIO DA GUERRA

— Adotou o regime comercial nos estabelecimentos fabrís e industriais do Ministério da Guerra;

— instituiu a Comissão Técnica Militar;

— aprovou o Regulamento para a Instrução nas Formações Sanitárias Divisionárias;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

- regulou as reformas por incapacidade física;
- aprovou o Regulamento do Serviço Telegráfico do Exército;
- aprovou o Regulamento para a organização do quadro de enfermeiros do Exército;
- creou o Regimento-Escola;
- aprovou o Regulamento para os exercícios e o combate da infantaria;
- abriu o crédito especial para ultimar os trabalhos de construção da fábrica de trotil;
- regulou o funcionamento dos tribunais militares;
- aprovou o Regulamento para o serviço em campanha;
- instituiu a Caixa de Construções de Casas;
- Aprovou o Regulamento do Serviço Geográfico do Exército;
- dispôs sôbre exames nas Escolas de Formação de Oficiais do Exército;
- aprovou o Regulamento para o Conselho Superior e Caixa Geral de Economia da Guerra;
- dispôs sôbre pensão de aviação;
- aprovou o plano geral de Ensino Militar;
- organizou as Unidades Aéreas do Exército em tempo de paz;
- modificou o Regulamento da Escola Militar;
- aprovou o Regulamento da Escola de Aviação Militar;
- dispôs sôbre a instalação de fábricas de munições e armas de guerra;
- organizou as Unidades e Serviços Aéreos do Exército;
- aprovou o Regulamento do Serviço Militar das Estradas de Ferro;
- proibiu a posse de funcionários de primeira no-

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

meação que não tenham cumprido seus deveres com o serviço militar;

— creou a Escola de Educação Física do Exército;

— aprovou as instruções para a organização e funcionamento das seções de estradas de ferro de campanha;

— proibiu a exportação da socata de ferro;

— creou estabelecimentos regionais de material de intendência;

— organizou o Conselho da Defesa Nacional;

— promulgou a Lei Orgânica do Ministério da Guerra;

— consolidou a organização geral das Escolas de Armas e do Centro de Instrução de Transmissões da Capital Federal;

— regulamentou o Serviço Médico da Aviação;

— promulgou a Lei de Promoções;

— promulgou a Lei do Serviço Militar;

— decretou a Lei dos Quadros e Efetivos;

— regulamentou a Diretoria da Aviação;

— abriu o crédito especial de 2.000:000\$ para atender a despesas com estudos e trabalhos de comunicações a cargo dos 2.º e 3.º batalhões de engenharia;

— autorizou os Ministros de Estado da Guerra e da Marinha a reverem a Organização Judiciária Militar, o Código Penal e os Regulamentos Disciplinares;

— aprovou o Regulamento da Escola de Estado Maior;

— dispôs sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias primas correlatas.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

### MINISTÉRIO DA MARINHA

- Regulamentou a Aviação Naval;
- regulamentou a Escola de Aviação Naval;
- regulamentou os centros de Aviação Naval;
- regulamentou os serviços de medicina da Aviação Naval;
- creou a especialidade de “hidrografia” para os oficiais da Armada;
- creou os cursos extraordinários de especialização nos serviços de máquinas para os oficiais do Corpo da Armada;
- mandou construir um navio-escola;
- creou o Corpo de Aviação de Marinha;
- regulamentou a Diretoria de Navegação;
- creou a Diretoria do Ensino Naval;
- regulamentou o Depósito Naval do Rio de Janeiro;
- regulamentou a Diretoria de Fazenda do Ministério da Marinha;
- instituiu o Fundo Naval;
- reorganizou os quadros de oficiais da Armada;
- creou o Corpo de Fuzileiros Navais;
- creou a Flotilha Mixta Independente de Aviões de Patrulha;
- regulamentou os cursos de especialização dos oficiais do Corpo da Armada;
- regulamentou as promoções dos oficiais da Armada;
- creou o Curso Prático de Aspirantes e Comissários da Armada;
- instituiu um crédito anual de 40.000:000\$, durante 12 anos, destinados à renovação da esquadra;
- creou a Fôrça Aérea da Defesa do Litoral;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

- regulamentou a Diretoria de Aeronáutica da Marinha;
- deu novas bases à reorganização da Aviação Naval;
- regulamentou o montepio dos operários dos arsenais de marinha e Diretoria do Armamento;
- regulamentou o Ensino Técnico Profissional do pessoal subalterno da Armada;
- regulamentou a Reserva Naval Aérea;
- regulamentou o serviço de Farolagem e Sinalização;
- regulamentou a Diretoria de Engenharia Naval;
- regulamentou o Conselho do Almirantado;
- regulamentou o Serviço de Fazenda da Armada;
- regulamentou os Conselhos Econômicos da Marinha;
- regulamentou as Escolas de Aprendizes Marinheiros;
- regulamentou a Diretoria da Marinha Mercante;
- creou cinco Setores Aéreos na Defesa Aérea do Litoral;
- deu novo regulamento ao Estado Maior da Armada;
- creou e regulamentou a Reserva Naval Aérea de segunda categoria;
- creou bases de Aviação Naval em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e em Ladario, Mato Grosso;
- deu novo regulamento ao Corpo de Práticos dos Rios da Prata, Baixo Paraná e Paraguai;
- deu novo regulamento ao Corpo dos Marinheiros Nacionais;
- creou o Instituto Naval de Biologia;
- aprovou e mandou executar o Regulamento para as capitâneas de portos;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

— excluiu de apreciação judicial quaisquer atos administrativos decorrentes da aplicação do Decreto n. 21.099, de 25 de fevereiro de 1932;

— organizou o quadro de oficiais do Corpo de Engenheiros Navais;

— creou, sem aumento de despesa, o Quadro de Artífices Radiotelegrafistas;

— aprovou e mandou executar o Regulamento para o Serviço de Rádio da Marinha;

— aprovou e mandou executar o Regulamento para a Escola de Aplicação do Serviço de Saúde da Armada;

— aprovou e mandou executar o Regulamento para o Laboratório Farmacêutico Naval;

— reorganizou os serviços do Laboratório e Depósito Radiotelegráfico da Marinha;

— aprovou e mandou executar o novo Regulamento para o Corpo de Saúde da Armada;

— aprovou e mandou executar o Regulamento do Tribunal Marítimo Administrativo;

— autorizou o Ministério da Marinha a lavrar contratos para a construção das unidades do Programa Naval;

— deu nova organização à Administração Naval, sem aumento de despesa;

— creou a “Cidade Jardim 11 de Junho” para os serventuários do Ministério da Marinha.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Deu nova denominação ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, estabelecendo normas para o funcionamento dos departamentos sob sua jurisdição e adotando medidas simplificadoras dos seus serviços;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

— transferiu para vários Estados serviços agrícolas de natureza regional;

— transferiu do Ministério da Agricultura para o do Trabalho a fiscalização das empresas que exploram a indústria da borracha;

— instalou vários "Packing Houses" para os serviços de exportação das laranjas;

— creou, na Superintendência do Serviço de Algodão, uma secção de classificação, e estabeleceu medidas destinadas a uniformizar a classificação do algodão em todas as regiões produtoras dessa matéria prima, no território nacional;

— suspendeu todos os atos de alienação, oneração ou promessa de alienação ou oneração de qualquer jazida mineral;

— instituiu o serviço de fiscalização técnica das medidas decretadas pelo Governo, com o intuito de desenvolver, no país, o uso do álcool-motor;

— deu nova organização ao Curso de Especialização em Óleos Vegetais e Derivados;

— autorizou a assinatura de contratos para a montagem de usinas destinadas à produção de álcool absoluto;

— creou, no Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, uma Secção de Fruticultura;

— regulamentou o plantio e replantio de lavouras cafeeiras;

— autorizou a pesquisa de petróleo em vários pontos do território nacional;

— abriu crédito de 15:439\$170, papel, e 26:079\$514, ouro, para auxílio da indústria de seda nacional;

— proibiu, pelo prazo de três anos, o plantio de lavouras de café, em todo o território nacional;

— reformou a legislação das sociedades cooperativas;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

— estabeleceu medidas para coibir as fraudes e punir as infrações na colheita, beneficiamento, classificação, acondicionamento, transporte e embarque de frutas;

— reorganizou os serviços do Ministério da Agricultura;

— limitou a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de 3.<sup>a</sup> classe;

— reorganizou as Diretorias Técnicas; a Diretoria Geral de Agricultura; a Diretoria Geral de Indústria Animal; a Diretoria Geral de Pesquisas Científicas;

— deu novos regulamentos ao comércio exportador de frutas cítricas, bananas e abacaxís;

— incumbiu o Ministério da Agricultura de fiscalizar as expedições nacionais, de iniciativa particular, e as estrangeiras, de qualquer natureza, empreendidas em território nacional;

— creou o Instituto de Tecnologia com o fim de estudar o melhor aproveitamento das matérias primas nacionais e de promover cursos de especializações para técnicos brasileiros;

— creou o Instituto do Açúcar e do Alcool;

— creou o Conselho Técnico da Produção;

— tornou obrigatória a classificação oficial de todo o algodão no país, estabelecendo medidas para a sua execução;

— reorganizou a Diretoria do Ensino Agrônomico;

— estabeleceu medidas para a fiscalização das sementes de algodão e outras plantas têxteis, de valor econômico, no território nacional;

— creou a Diretoria Geral de Produção Mineral;

— creou o Instituto de Biologia Animal;

— regulou o exercício da profissão veterinária no Brasil;

— dispôs sobre a organização da Escola Nacional de Química;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

— regulou os Entrepósitos Federais de Pesca e creou o Entrepôsto no Distrito Federal;

— creou o Serviço Técnico do Café;

— estabeleceu a unificação de todos os serviços meteorológicos do país;

— dispôs sobre as repartições técnicas, nos Estados, subordinadas ao Serviço de Fomento da Produção Vegetal;

— dispôs sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura;

— aprovou o Código de Caça e Pesca;

— aprovou o Código Florestal;

— creou a Escola de Agronomia;

— creou a Escola Nacional de Veterinária;

— regulou a indústria da faiscação do ouro aluvial, em todo o território da República;

— subordinou o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil ao Gabinete do Ministro da Agricultura;

— proibiu a exportação de cafés contendo impurezas e estabeleceu a tabela de Equivalência de Defeitos admitidos no café;

— aprovou o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal;

— aprovou o Regulamento da Inspeção Federal de Leite e Derivados;

— aprovou o Regulamento da Inspeção Federal de Carnes e Derivados;

— abriu ao Ministério da Agricultura o crédito especial de 100:000\$ destinado ao prosseguimento de estudos sobre a febre aftosa e ao preparo de vacinas contra essa moléstia;

— autorizou a desapropriação, por utilidade e necessidade públicas, de terras foreiras à União;

— creou o Instituto Nacional de Estatística e fixou

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos;

- aprovou o Código de Minas;
- aprovou o Código de Águas;
- creou o Banco Nacional de Crédito Rural;
- estabeleceu bases e normas para o cooperativismo e instituiu o Patrimônio dos Consórcios Profissionais-Cooperativos;
- estabeleceu medidas de proteção aos animais.

### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

— Abriu créditos especiais para o combate sistemático da febre amarela e qualquer outro surto epidêmico, no Distrito Federal e nos Estados;

- declarou os dias de festa nacional;
- regulamentou a legislação sobre as falsificações e fraudes de gêneros alimentícios;

— regulou a fiscalização do café por parte do Departamento Nacional de Saúde Pública;

— dispôs sobre a profissão farmacêutica e seu exercício no Brasil;

- regulamentou o Museu Nacional;
- creou o Conselho Nacional de Educação;
- dispôs sobre o Ensino Superior no Brasil;
- dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;

— reorganizou o Ensino Secundário;

— dispôs sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal;

— instituiu o exame, por parte do Departamento Nacional de Assistência Pública, de projetos para construção ou obras de hospitais e casas de saúde;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

— aprovou o Regulamento do Departamento Nacional de Medicina Experimental;

— regulou a enfermagem no Brasil e as condições para a equiparação das escolas de enfermagem;

— organizou o ensino comercial; regulamentou a profissão de contador;

— dispôs sobre a equiparação de institutos de ensino superior mantidos pelos governos dos Estados e sobre a inspeção de institutos livres, para os efeitos de reconhecimento oficial dos diplomas por êles expedidos;

— instituiu o Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico e regulou a sua execução;

— regulamentou o curso de biblioteconomia, na Biblioteca Nacional;

— aprovou e retificou o Convênio entre a União e as unidades políticas da Federação, para o desenvolvimento e padronização das estatísticas educacionais;

— reorganizou a Escola Nacional de Belas Artes;

— regulamentou a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Escola de Minas;

— fiscalizou o emprêgo e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes, regulando a sua entrada no país, de acôrdo com a solicitação do Comité Central Permanente do Ópio da Liga das Nações;

— regulamentou e fiscalizou o exercício da Medicina, da Odontologia, da Medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, no Brasil;

— creou, no Museu Histórico Nacional, o Curso de Museus;

— converteu o Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas, no Engenho de Dentro, em Instituto de Psicologia;

— nacionalizou o serviço de censura dos filmes cinematográficos e creou a “taxa cinematográfica para educação popular”;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

- organizou o Colégio Universitário;
- instituiu a taxa de educação e saúde;
- regulamentou o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela;
- transformou em Diretoria Geral de Educação o Departamento Nacional do Ensino;
- regulou o funcionamento das universidades brasileiras;
- erigiu a cidade de Ouro Preto em monumento nacional;
- tornou obrigatório o uso da ortografia resultante do acôrdo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisbôa;
- permitiu aos filhos de brasileiros em serviço do Governo da República no estrangeiro a prestação de exames nos estabelecimentos de ensino secundário ou superior, independentemente das exigências de frequência e média condicional;
- dispôs sôbre a reorganização, sem aumento de despesa, da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública e das repartições dela dependentes;
- creou a Universidade Técnica.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Dispôs sôbre a primeira organização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- instituiu uma comissão para estudar a limitação das importações de trigo;
- modificou a organização do Instituto de Previdência e Funcionários Públicos da União;
- organizou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

— dispôs sôbre a organização do Departamento Nacional da Indústria, do Departamento Nacional da Estatística, do Departamento Nacional do Povoamento, do Departamento Nacional do Comércio, do Departamento Nacional do Trabalho;

— providenciou sôbre a organização da estatística industrial e regulou a importação de maquinismos e aparelhos para as indústrias em super-produção;

— estabeleceu a marcação obrigatória dos tecidos de fabricação brasileira;

— dispôs sôbre a nacionalização do trabalho na Marinha mercante;

— adotou medidas para a defesa da indústria e do comércio do açúcar;

— deu novo Regulamento à Junta dos Corretores de Mercadorias do Distrito Federal;

— deu novo Regulamento à Bolsa de Mercadorias do Distrito Federal;

— creou, no Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, um seguro de vida temporário, para garantia de aquisição de imóveis e liberou dêsse onus o pecúlio instituído;

— regulou o horário para o trabalho no comércio;

— regulou as condições do trabalho das mulheres, nos estabelecimentos industriais e comerciais;

— regulou a profissão de leiloeiro, no território da República;

— regulou os Serviços de Mineração;

— creou as Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

— dispôs sôbre as fazendas da União e outras terras públicas transferidas para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

— creou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

— regulou a duração e condições do trabalho dos profissionais empregados em barbearias e estabelecimentos congêneres;

— regulamentou o Departamento Nacional da Propriedade Industrial;

— regulou a duração do trabalho dos empregados de farmácia;

— regulou a concessão de férias aos empregados em estabelecimentos comerciais bancários e em instituições de assistência privada;

— regulou a duração e condições do trabalho na indústria de panificação;

— regulou a duração do trabalho dos empregados em casas de diversões e estabelecimentos conexos;

— instituiu Delegacias de Trabalho Marítimo, para a inspeção, disciplina e policiamento do trabalho nos portos;

— regulou o exercício da profissão agrônômica;

— regulou a duração do trabalho dos empregados em casas de penhores e congêneres;

— regulou a duração do trabalho dos empregados em bancos e casas bancárias;

— criou o Serviço de Identificação Profissional;

— regulou o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor;

— estabeleceu, sob novos moldes, as obrigações resultantes dos acidentes do trabalho;

— regulou a duração do trabalho dos empregados no serviço de telegrafia submarina e subfluvial, radiotelegrafia e radiotelefonia;

— estabeleceu nova classificação para o serviço das invenções industriais e para o das marcas de indústria e comércio;

— regulou a duração do trabalho dos empregados em transportes terrestres;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVÊRNO PROVISÓRIO

— regulou a concessão de férias aos empregados na indústria e sindicalizados;

— regulou a entrada de estrangeiros no território nacional;

— creou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comercíarios;

— creou a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café;

— creou a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores;

— aprovou o Regulamento da entrada de estrangeiros no território nacional;

— extinguiu, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Departamento Nacional de Estatística e creou, no mesmo Ministério, o Departamento de Estatística e Publicidade; transferiu para os Ministérios da Fazenda e da Justiça e Negócios Interiores, serviços atualmente a cargo do Trabalho, Indústria e Comércio; atribuiu ao da Agricultura o serviço de estatística territorial;

— dispôs sôbre os Sindicatos Profissionais.

## MINISTÉRIOS

— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO, EXTERIOR, GUERRA E MARINHA — Instituiu o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil;

— AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, MARINHA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EXTERIOR E GUERRA — dispôs sôbre o inventário do material de consumo da União existente nas repartições públicas;

— TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E AGRICULTURA — limitou a entrada, no território nacional, de

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

passageiros estrangeiros de 3.<sup>a</sup> classe e dispôs sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais;

— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, EXTERIOR, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA — vedou as acumulações remuneradas;

— JUSTIÇA E INTERIOR, FAZENDA, EXTERIOR, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA — dispôs sobre as disponibilidades, aposentadorias, reformas e jubilações dos funcionários públicos de todo o país;

— FAZENDA, EXTERIOR, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, GUERRA, MARINHA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E AGRICULTURA — centralizou as compras e os fornecimentos de artigos destinados à execução dos serviços federais;

— TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, VIAÇÃO, AGRICULTURA E FAZENDA — dispôs sobre a localização e amparo das vítimas das sêcas do Nordeste;

— AGRICULTURA, FAZENDA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, GUERRA, MARINHA, EXTERIOR, VIAÇÃO E TRABALHO — estabeleceu a aquisição obrigatória de álcool, na proporção de 5 % da gasolina importada;

— JUSTIÇA E TRABALHO — regulou a sindicalização das classes patronais e operárias;

— JUSTIÇA, TRABALHO E FAZENDA — vedou aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios crear ou manter, nos seus territórios, qualquer imposto, taxa, contribuição ou favor que estabeleça desigualdade entre os produtos respectivos e os de outros pontos do terri-

## AS REALIZAÇÕES DO GOVÉRNO PROVISÓRIO

tório nacional ou do estrangeiro, depois de nacionalizados;

— VIAÇÃO, FAZENDA, JUSTIÇA, TRABALHO, EXTERIOR, GUERRA, MARINHA, EDUCAÇÃO E AGRICULTURA — regulou o serviço de requisições de transportes nas estradas de ferro de propriedade da União e por ela administradas;

— VIAÇÃO, EDUCAÇÃO, GUERRA, MARINHA — regulou a execução dos serviços de rádio-comunicação no território nacional;

— VIAÇÃO, AGRICULTURA, MARINHA, GUERRA, JUSTIÇA, TRABALHO, FAZENDA E EDUCAÇÃO — regulou as condições para o aproveitamento do carvão nacional;

— GUERRA, MARINHA, JUSTIÇA, EDUCAÇÃO, FAZENDA, EXTERIOR, VIAÇÃO, AGRICULTURA, TRABALHO — declarou que os estabelecimentos industriais ficam obrigados a ministrar informações necessárias à organização da Defesa Nacional solicitadas pelos ministérios interessados;

— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — dispôs sôbre a equiparação de estrangeiros e brasileiros natos para os efeitos do artigo 3.º do decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, e declara os que estão isentos da observância do mesmo dispositivo;

— AGRICULTURA E FAZENDA — instituiu, no Ministério da Agricultura, o serviço de fiscalização técnica das medidas decretadas pelo Govérno, com o intuito de desenvolver, no país, o uso do álcool-motor;

— FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, MARINHA, EXTERIOR E JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — modificou o Código de Contabilidade da União e reformou o sistema de recolhimento da re-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

ceita arrecadada e o de pagamento das despesas federais;

— TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — reformou a legislação das Caixas de Aposentadoria e Pensões;

— VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, FAZENDA, MARINHA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, GUERRA, AGRICULTURA E EXTERIOR — estabeleceu a hora de economia de luz, no verão, em todo o território brasileiro;

— TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — providenciou sôbre a execução e unificação do serviço de estatística de exportação e importação e cabotagem, pela repartição competente da União Federal, mediante acôrdo com os Estados;

— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, GUERRA E MARINHA — determinou que fôsse processado e julgado pela Justiça Militar todo aquele que, militar assemelhado ou civil, tomasse parte, por qualquer forma, nos atentados contra os governos da União e dos Estados;

— VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, GUERRA, MARINHA, EXTERIOR, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E AGRICULTURA — regulou a forma de prestação de fiança por associações de classe;

— FAZENDA, VIAÇÃO, GUERRA, EXTERIOR, TRABALHO, MARINHA, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — regulou a inamovibilidade de funcionários públicos de qualquer categoria;

— MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, FAZENDA, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, EXTERIOR, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — creou a Diretoria da Marinha Mercante;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVÉRNO PROVISÓRIO

— VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, GUERRA, MARINHA, FAZENDA, EXTERIOR, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E AGRICULTURA — regulou a execução dos serviços aeronáuticos civis;

— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MARINHA, FAZENDA, GUERRA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EXTERIOR E AGRICULTURA — decretou o Código Eleitoral;

— FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, EXTERIOR, GUERRA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AGRICULTURA, MARINHA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA E JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — autorizou operações de crédito para regularizar o pagamento dos juros de determinados empréstimos externos, o pagamento de títulos sorteados e liquidar outros compromissos, inclusive os decorrentes da sentença do Tribunal de Haia;

— FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, MARINHA, EXTERIOR, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, GUERRA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA E JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — regulou a extração de loterias;

— AGRICULTURA, FAZENDA E TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — estabeleceu regras destinadas a facilitar a aquisição de álcool pelos importadores de gasolina;

— EXTERIOR E FAZENDA — assegurou aos Estados o domínio dos terrenos marginais e acrescidos dos rios navegáveis que corram em seus territórios, das ilhas formadas nesses rios e das lagoas navegáveis, em todas as zonas alcançadas pela confluência das marés;

— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E GUERRA — fixou, definitivamente, a linha divisória entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais;

— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — facultou e regulou a criação, pelos Estados e Municípios, da taxa especial de benefícios;

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, FAZENDA, MARINHA, EXTERIOR, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AGRICULTURA E VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — fixou o dia 3 de maio de 1933 para a realização das eleições à Assembléia Constituinte e instituiu uma comissão para elaborar o ante-projeto da Constituição;

— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — dispôs sôbre a proibição dos impostos inter-estaduais e municipais;

— TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — instituiu a Convenção coletiva do trabalho;

— FAZENDA E AGRICULTURA — estabeleceu a obrigatoriedade do expurgo dos cereais, grãos leguminosos e sementes de algodão, destinados à exportação para o estrangeiro;

— TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E FAZENDA — regulou a concessão de adiantamentos aos govêrnos dos Estados;

— VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — dispôs sôbre o serviço de vias férreas, sob o ponto de vista da defesa nacional;

— TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — dispôs sôbre o processo das multas impostas por infração das leis reguladoras do trabalho e respectiva cobrança;

— TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — instituiu Juntas de Conciliação e Julgamento e regulamentou suas funções;

— TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E AGRICULTURA — limitou a produção de açúcar no território nacional e incrementou o fabrico do álcool-motor;

## AS REALIZAÇÕES DO GOVÊRNO PROVISÓRIO

— FAZENDA, GUERRA, AGRICULTURA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, EXTERIOR, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, MARINHA E VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — reorganizou os serviços da Diretoria do Patrimônio Nacional;

— FAZENDA, AGRICULTURA, GUERRA, MARINHA, EDUCAÇÃO, EXTERIOR, VIAÇÃO, TRABALHO E JUSTIÇA — creou o Conselho Federal do Comércio Exterior.

### OS EMPREENDIMENTOS DO GOVÊRNO PROVISÓRIO

Vale ponderar que a atividade do Govêrno Provisório não se verificou apenas na órbita pròpriamente legislativa. O carater eminentemente administrativo, que a distinguiu, evidencia-se em fatos da maior e mais irrecusável relevância. Um dos nossos males é, justamente, o de acreditarmos que as medidas consignadas no texto das leis esgotam a capacidade construtora dos governantes. Sofremos do preconceito do papel impresso. Julgamos, por via de regra, que o bom govêrno é o que maior número de dispositivos sanciona.

Não entendeu assim o Govêrno Provisório. Seu principal objetivo foi o de executar, o de pôr em prática, imediatamente, a obra que lhe cumpria realizar. Para isso, enfrentou, desde logo, os óbices que lhe opunha a precária situação financeira do país. Sem recorrer a empréstimos e lançando mão, apenas, de rendas próprias, oriundas de economias feitas à custa de pesados sacrifícios, pagou aos credores estrangeiros mais de 30 milhões de libras esterlinas, libertando o Bancce do Brasil de um descoberto de £ 6.500.000 e mantendo integralmente os serviços dos *fundings* e das operações do

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

café. Iniciou, por igual, a amortização dos títulos franceses, dando cumprimento à sentença do Tribunal de Justiça Internacional de Haia, que não fôra observada pelo Governo passado, embora lhe coubesse a culpa de a ter provocado.

Regularizou o serviço da dívida externa, reduzindo-a consideravelmente, ao revés de crescê-la, consoante velho hábito, com empréstimos novos. Mercê do acôrdo concluído com os seus credores, apurou, colocando em depósito, no Banco do Brasil e no Departamento Nacional do Café, mais de 1 milhão de contos de réis, dos quais pôde dispor livremente para redução de dívidas internas ou aplicação em obras reprodutivas. Além disso, reduziu, pelo Decreto n. 23.827, de 5 de fevereiro de 1934, de mais de £. 57.000.000 os encargos da Nação. Comprimiu o volume do meio circulante, que atingiu, nos anos de 1928 e 1929, a 3.934.000:000\$ e baixou, em dezembro de 1933, a 2.977.000:000\$. As rendas públicas federais aumentaram de 400.000:000\$ e as despesas diminuíram de 467.000:000\$.

A despesa do Governo Revolucionário, confrontada com a dos três últimos anos do Governo transato, depara economia de 511.491:000\$, máu grado os gastos decorrentes da construção de vias férreas, rodovias, portos, açudes, canais e toda sorte de melhoramentos, em vários pontos do território nacional.

Convém acentuar, ainda, que o *deficit* total, nos orçamentos estaduais, foi combatido enèrgicamente pela Ditadura e reduzido, em 1933, a 92.000:000\$, quando em 1930 era de 472.450:000\$.

O Governo Provisório construíu, no Nordeste, dezenas de açudes, que representam o duplo da capacidade de água armazenada até 1930, canais interiores, numero-

## AS REALIZAÇÕES DO GOVÊRNO PROVISÓRIO

so ramais ferroviários, aumentando a nossa rede em cêrca de 800 quilômetros, numa média anual superior à dos cinco anos anteriores à Revolução, e 2.462 quilômetros de rodovias, quer dizer, mais estradas do que as feitas, naquela zona, em quatro décadas de regime republicano, empregando técnicos e trabalhadores brasileiros e seguindo um plano sistemático de valorização econômica das regiões devastadas. Para se formar juízo cabal da atividade dos nossos serviços de viação, nesses três últimos anos, basta considerar que êles produziram, para o país, rendas que atingem a cifra de..... 417.732:689\$217.

A política portuária do Govêrno Provisório está definida pela realização de vários estudos de obras contratadas, pela execução de muitas outras mediante administração, pela solução de inúmeras questões técnicas que contribuem para a maior eficiência do funcionamento dos portos do país. Não houve aumento de taxas portuárias; pelo contrário, efetuaram-se reduções.

O Govêrno Provisório imprimiu grande surto à navegação comercial aérea. Em 1930, era de 15.503 quilômetros a extensão das linhas exploradas. Desde então, é ininterrupta a progressão dessas linhas. Em 1933, a sua extensão ascende a 20.066 quilômetros. Findo o primeiro trimestre do corrente ano, regista-se novo aumento: para 30.940 quilômetros. Comparada a extensão das linhas aéreas nos primeiros trimestres de 1933 e de 1934, o seu crescimento corresponde ao coeficiente de 82,2 %. O percurso quilométrico realizado em 1930 foi de 1.707.977; em 1933, subiu a 2.444.853. O número de vôos cresceu de 1.767 para 2.599, no mesmo período. O movimento de passageiros triplicou. Foi assinado o contrato com a Luftschiffbau Zeppelin, G. m. b. h., para o estabelecimento de uma linha regular transatlântica.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Vão ser atacadas as obras do aeropôrto do Rio de Janeiro. Está duplicada a linha do Norte e se acham unidas, pela aerovia, todas as capitais do Norte.

No que concerne à questão social, considerada, anteriormente, simples "caso de polícia", possuimos, agora, legislação moderníssima, que integra o operário na comunhão humana, de que estava divorciado pela cegueira e desinterêsse criminoso dos dirigentes. A remodelação dos nossos institutos de ensino profissional, primário, secundário e superior está sendo feita de modo a preparar gerações dignas, pelo civismo e pela cultura, da grandeza da Pátria.

As fôrças armadas renovam-se, moral e materialmente, com a adoção de leis e regulamentos práticos e a aquisição de elementos imprescindíveis à sua completa eficiência.

Sob o aspecto político, teve o Govêrno Provisório sempre uma finalidade única: a de congregar, nas mesmas aspirações de ordem e trabalho pelo progresso do Brasil, todos os cidadãos capazes de colaborar no desenvolvimento da sua civilização. A medida da anistia, decretada pela Ditadura, deve mostrar aos mais teimosos que o Govêrno Provisório não guarda ódio nem rancor. A consciência da sua fôrça está no apôio que lhe dá a maioria da Nação e serve-lhe de escudo para esquecer agravos sem recear represálias.

Os doestos com que certos opositores gratuitos procuram ferí-lo, não lhe entibiam o ânimo. O melhor meio de convencer não consiste em atacar o agressor, o crítico pertinaz ou o descrente de má fé. Cumpre não abater o adversário com as mesmas armas aleivasas de que êle se utiliza no afã de tudo recusar, mas dominá-lo pela clareza do raciocínio, pela concatenação dos argumentos, pela exposição serena dos fatos. Os

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

atos são preferíveis às palavras, porque aqueles provam e estas simplesmente alegam.

Acresce, também, que essas despropositadas invectivas transcendem a pessoa do governante e vão atingir o próprio país, que êle representa, diminuindo-o, acalcanhando-o, ferindo menos o dirigente que a maioria dos seus concidadãos, a cujo voto se deve a escolha do primeiro magistrado da República.

O respeito àquele que incarna a soberania do povo é o dever primacial do cidadão. Sem dúvida, a liberdade ampla de crítica constitúi direito patrimonial das democracias. Mas essa liberdade não pode ultrapassar os limites, que se definem, sem grave prejuízo para o Estado, que a regula em proveito dos interesses coletivos. *Sub lege libertas*. Advertir honradamente os mandatários do poder, esclarecer-lhes a razão, apontar-lhes as falhas, ajudá-los, em suma, com avisos salutaes nos passos difíceis, é oferecer-lhes o maior testemunho de acatamento. Mas, atacá-los, arrastá-los ao ridículo, rebaixá-los no conceito público, pelo insofrido amor do escândalo, é converter um princípio de ordem em dogma de anarquia. Desmoralizar a autoridade é enfraquecer o Estado. Por isso, desde os primórdios da civilização, da cidade antiga ao mundo moderno, o equilíbrio da hierarquia, que mantém as relações entre dirigentes e dirigidos, é o índice mais transparente dos grandes povos.

## A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL PELA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

A eleição dos deputados que deviam elaborar a Constituição foi das mais edificantes lições de civismo a que assistiu o povo brasileiro. Com a instituição do

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

voto secreto, sob a garantia da magistratura togada, na prolação do voto, na apuração e no reconhecimento dos membros da Assembléa Nacional, expurgou-se o regime dos erros que o falseavam.

A Constituinte que discutiu e aprovou o nosso Pacto Fundamental espelha, na sua integridade, a opinião do país. A pureza da sua origem sobrepõe-se a qualquer eiva de suspeição e reflete, rigorosamente, a vontade da soberania nacional. Livremente a Assembléa Nacional votou a nossa lei orgânica e livremente elegeu o Presidente da República. A legitimidade do mandato supremo, que ela conferiu no pleno exercício das suas prerrogativas, é tão inquestionável quanto a da Constituição que promulgou. Êsses dois atos se conjugam e se completam indissolúvelmente.

Apresentado candidato, em manifesto solene, pela maioria das correntes políticas do país e dos partidos organizados, seria excusado acentuar que nunca, direta ou indiretamente, insinuei o desejo de receber essa investidura. Submeti-me, apenas, ao imperativo categórico do momento, derivado da própria Revolução, que impunha o prosseguimento da sua obra, iniciada no período ditatorial. Nunca me seduziram as regalias do poder. Aceitando a indicação do meu nome pela Assembléa Constituinte, curvei-me ante o dever de completar o programa esboçado nesses três últimos anos, pois outro propósito não poderia ter quem sabe das agruras e inquietudes peculiares à vida pública.

Isento de agravos e vinganças, o espírito revolucionário continuará, dentro da estrutura constitucional, a exercer a sua influência renovadora. Cumpre não confundir revolução com o episódio militar que a deflagra. Revolução é adaptação à realidade, compreensão segura dos fenômenos sociais, reconstrução do edi-

## AS REALIZAÇÕES DO GOVÊRNO PROVISÓRIO

fício do Estado sôbre fundamentos sólidos. Os novos rumos abertos pela idéia revolucionária estão definitivamente traçados. E' impossível entrar-lhe a marcha progressiva determinada pela fôrça de uma fatalidade histórica. Nem fórmulas caducas nem princípios inadapáveis à nossa índole serão capazes de a deter.

Após o saneamento dos males que atrazavam a lavoura, combatidos pela lei do reajustamento; após o saneamento financeiro do país, pela adoção de um esquema racional, para a liquidação da dívida externa; após a reforma da instrução, as leis sociais de amparo ao trabalho, o lançamento das bases da reorganização das fôrças armadas, a restauração da liberdade do sufrágio, sucederá, como consequência lógica e inevitável, a fase do reerguimento econômico.

A racionalização da produção, por métodos científicos e técnicos, valorizará as nossas matérias primas, facilitará e melhorará a mão de obra e articulará as nossas indústrias, estimulando-as, sem recorrer ao protectionismo de tarifas excessivas, afim de baratear o custo da vida.

Há, no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto do *habitat*. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar os pantanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e conciente.

Educar equivale, também, a uma forma de saneamento. Educar não é, sòmente, instruir mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados mistéres. Ao lado das universidades de ensino superior, destinadas à formação das *élites*, faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho. Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas.

Povoar não é, a exemplo do que tem ocorrido entre nós, atrair imigrantes e localizá-los, empíricamente, no território do país. Antes de praticarmos um plano sistemático de rodovias, antes de resolvermos o problema da navegabilidade dos rios e o da construção dos portos, não conseguiremos povoar o Brasil racionalmente. Povoar é ligar os nódulos da nossa população ganglionar, esparsa em núcleos alongados pelo interior do país. E, para uní-los, para tirar-lhes a fisionomia gregária, devemos abrir, para todos, vias de comunicação.

A Ditadura foi, sobretudo, uma escola de administração pública. Os promotores e executores da obra revolucionária compreenderam, felizmente, que o máximo problema do Brasil consiste no bom encaminhamento e na solução das questões administrativas. A Revolução integrou o país nas concepções do Estado moderno, onde as preocupações partidárias ocupam lugar subalterno. Não é com o jôgo sibilino das fórmulas e das combinações políticas que se conseguirá dirigir a coletividade brasileira. Não é agitando os espíritos, exaltando as ambições ou acenando com a aplicação impossível de métodos alheios que auxiliaremos o progresso da nossa Pátria.

## AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO

Somos uma Nação rica de abundantes recursos, mas a mesma grandeza do seu território, que se dilata por variadíssimas zonas geográficas de clima e geologia diferentes, está reclamando, da nossa parte, esforço persistente e sem solução de continuidade. Pouco adiantaria ensaiar, aqui, sistemas adaptáveis a Estados de velha civilização e de modesta superfície mas de resultados aleatórios, quando não extremamente perigosos para nós. Não nos deixemos cegar pela letra dos livros ou pelo brilho das estatísticas de propaganda.

O problema do Brasil exige solução brasileira. O primeiro dever do governador é tirar o povo da ganga obscura que o tem envolvido pelos séculos afora. A-pesar de tantos e tão duros tempos de infortúnio, de abandono, de cruel dessídia, suas naturais qualidades de inteligência, entusiasmo, empreendimento e generoso patriotismo têm aflorado nos momentos decisivos da nossa história. Demos a êsse povo, de onde já saíram homens imortais pelo saber, pelo caráter, pelo heroísmo e pela santidade, os instrumentos que sempre lhe faltaram ao desenvolvimento normal da sua capacidade creadora. Só um povo forte, instruído e conciente das suas enormes responsabilidades poderá conduzir êste vasto país, da grandeza de um continente, aos seus destinos superiores. E o povo brasileiro, por suas virtudes, é digno do berço em que nasceu.



# Oração ao povo argentino

(IRRADIADA A 9 DE JULHO DE 1934)



## SUMÁRIO

Saudação ao povo argentino — O 9 de Julho e o  
patrimônio político da América.



Convidado, pela Imprensa portenha, para saudar o povo da grande Nação Argentina, neste dia em que se comemora a sua mais grata efeméride, é com o maior prazer que lhe exprimo, em nome da coletividade brasileira, os sentimentos de alta simpatia e sincera admiração que nos inspiram as suas realizações e os seus ideais de cultura, de justiça e de progresso.

A data de 9 de julho pertence ao patrimônio político da América. O ato do Congresso Geral de Tucumán, confiando o poder a Pueyrredón, com o título de Diretor Supremo, constituiu um símbolo de organização democrática, representa a primeira conquista definitiva das liberdades públicas nesta parte do Continente. Sacudindo, com heroísmo inquebrantável, o jugo da Metrópole, as populações do Vice-Reinado do Prata procuraram, desde logo, firmar a sua independência sob o amparo da lei. Por ela e para que fôsse ela respeitada, lutaram porfiosamente, levando as suas bandeiras, através da cordilheira andina, até às margens do oceano Pacífico. E a obra, iniciada em 1810, consolidada em 1816, foi generosamente prosseguida pela espada de San Martín, nas batalhas do Chile e do Perú.

Esse amor da liberdade seria, pelo tempo adiante, a virtude máxima do povo argentino. Por isso, elle abriu as portas da Pátria a todos os homens de boa vontade, congregando, em torno do lar primitivo, levantado na planura platina pelos rudes colonos do século XVI, os filhos de todas as raças do planeta. Todas as vozes se misturaram nos seus campos, nas suas estâncias, nas suas vilas e cidades: as guaraní, as ibéricas, as latinas, as

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

eslavas e germânicas. Dêsse caldeamento de raças e de línguas surgiu o argentino moderno, conciente das suas tradições e da sua nacionalidade varonil. Movido pelas forças do trabalho e da ação, conseguiu a recompensa das sementes que plantou. Dezenas de consideráveis núcleos civilizados espalham-se, hoje, pelas planícies patagônicas, ao longo do Atlântico e sobre os contrafortes dos Andes. E, para atestar o esplendor da colheita, aí está a antiga aldeia de Santa Maria de Buenos Aires, que Pedro de Mendoza fundou à margem do Prata, convertida numa das capitais do mundo latino!

Leais vizinhos, unidos por vínculo secular de amizade inalterada, cumpre-nos, a argentinos e brasileiros, considerar o desenvolvimento dos nossos países como salutar empresa de benefícios mútuos. Do conhecimento perfeito das nossas necessidades, do entendimento claro dos nossos problemas, da união dos nossos esforços em proveito da comunhão humana, depende a grandeza do nosso destino. Conjuguemos, pois, as nossas energias para que desapareçam do Novo-Mundo os raros litígios que ainda, por mal dos fados, o perturbam tão dolorosamente, e, da América, façamos, em verdade, o Continente da Paz.

Formulo os mais ardentes votos pela felicidade pessoal do ilustre Presidente Agustin Justo e pela grandeza crescente da nobre Nação Argentina.

# A Imprensa e a Revolução de 1930

(DISCURSO PRONUNCIADO NA INSTITUIÇÃO DA "CASA DO JORNALISTA", A  
12 DE JULHO DE 1934



## SUMÁRIO

A Imprensa e a cultura popular — A profissão do jornalista confina com o exercício de um sacerdócio.



**R**ecebendo, hoje, o testemunho de simpatia que, espontâneamente, vindes oferecer ao Chefe do Govêrno Provisório para exprimir-lhe os vossos agradecimentos pela instituição da “Casa do Jornalista”, é com o mais sincero prazer que me prevaleço do ensêjo, afim de significar-vos o aprêço em que tenho a Imprensa brasileira.

Senhores:

Nunca será demasiado encarecer a importância do vosso papel no desenvolvimento da cultura popular. Vossa missão, entretanto, é a mais delicada, a mais difícil entre quantas desempenham os homens de pensamento no Estado contemporâneo. As origens da vossa formação confundem-se com a própria gênese das mais puras conquistas democráticas. Foram os vossos antepassados que, porfiando com tenacidade contra toda casta de absolutismo, vencendo os óbices opostos pelo arbítrio do poder, arriscando a liberdade e a vida, conseguiram, no século XVIII, suprimir os privilégios do sangue e dos títulos e estabelecer o princípio fundamental da civilização moderna: a igualdade perante a lei.

Entendida, como deve ser, a profissão do jornalista confina com o exercício de um sacerdócio. A crítica dos atos do poder, o exame das leis, a análise dos sucessos da vida quotidiana exigem serenidade de juízo, conhecimento exato da matéria em julgamento, amor desinteressado da verdade. O jornalismo, nos países como o nosso, onde ainda perdura percentagem dolorosa de analfabetos, não deve converter-se em arma para saciar paixões, mas cumprir que seja sempre uma tribuna de ensinamento equilibrado e seguro.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Grande mestra dos povos modernos, a Imprensa é o manancial em que êles se desalteram, em que vão beber os elementos essenciais ao cultivo da inteligência e do carater. A palavra do jornal pode ser efêmera, pode luzir, apenas, um minuto e desaparecer na voragem dos dias. Mas permanece, indelevel, o rasto que ela deixa no espírito.

A Imprensa, por bem dos fados, soube sempre cumprir o seu dever, nos passos graves da nossa história. Como Chefe de um govêrno discricionário, eu não poderia esquecer o apôio decidido e corajoso que os jornalistas brasileiros deram à Revolução. Foram êles, desde a campanha da Aliança Liberal, os grandes propagandistas da transformação dos nossos costumes políticos e sociais. Desafiando as iras dos poderosos, investindo contra as ditaduras policiaes, êles souberam, à custa dos mais pesados sacrificios, resguardar o patrimônio moral do Brasil.

Por isso mesmo, sempre estive nas cogitações do Govêrno Provisório amparar os jornalistas, dando-lhes garantias que nunca lhes foram dispensadas, melhorando-lhes as condições intellectuais e materiais. Classe desprotegida, relegada e esquecida, era justo que recebesse dos dirigentes da República um prêmio ao seu esforço, um estímulo que facilitasse o seu labor.

Que essa "Casa do Jornalista" seja, pois, a primeira realização da grande obra que, futuramente, se completará com uma escola de periodismo, aparelhada para instruir os servidores da Imprensa brasileira em todos os segredos do seu mistér. Que essa instituição se transforme num centro de estudo e de cultura, numa officina de trabalho, em proveito da comunhão nacional.

A reorganização financeira  
dos Estados e Municípios  
e o esquema das dividas  
externas

(DISCURSO PRONUNCIADO NO MINISTÉRIO  
DA FAZENDA, PERANTE A COMISSÃO DE  
ESTUDOS FINANCEIROS, A 15 DE AGOSTO  
DE 1934 )



## SUMÁRIO

A dívida externa da União e dos Estados em 1930 —  
A análise nos balanços financeiros das unidades federa-  
tivas, primeiro passo no caminho da reorganização  
administrativa do Brasil.



**É** com o maior e mais sincero prazer que vos dou o meu testemunho de alto aprêço pela obra que soubestes realizar com acêrto, clarividência e desinteressado patriotismo, em proveito do Brasil. Instituído, pelo Decreto n. 20.631, de 9 de novembro de 1931, a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, o Govêrno Provisório quis oferecer ao país, desde logo, um índice bastante significativo dos seus propósitos de administrar às claras, baseado no conhecimento exato da realidade. Uma das causas geradoras da inquietação nacional e determinantes do movimento restaurador da vida brasileira foi, justamente, a situação precária em que se encontrava o nosso crédito, abalado profundamente, mercê da anarquia nas finanças públicas.

Em 1930, a dívida externa da União, dos Estados e dos Municípios atingia a soma de £. 237.262.553, com o serviço anual de mais de £. 20.000.000; a interna consolidada da União e dos Estados era de 3.419.862:300\$ e a flutuante, também da União e dos Estados, importava em 1.982.867:133\$. Só o Govêrno deposto emitiu, de fato, papel moeda num total de cêrca de um milhão de contos de réis. As rendas públicas, a exportação, a importação, o comércio interno e a produção sofreram verdadeiro colapso, acusando reduções desconhecidas em nossos anais financeiros. O momento era alarmante para os capitais, de miséria para a população, de angústia para o comércio, de embaraços de toda sorte para as atividades em geral. O ouro emigrára, deixando o ônus dos empréstimos; o café, diminuindo o seu consumo e crescendo-se a sua produção; as indústrias estavam

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

paralisadas; a lavoura, em crise franca; o capital, em pânico; o trabalho, sem emprego; o mil réis, sem valor e altíssimo o preço das matérias de primeira necessidade. Fizera-se inflação, deflação, reinflação, tudo no curto período de três anos.

Vários Estados e Municípios desconheciam as próprias condições financeiras; ignoravam, até, a letra dos contratos dos seus empréstimos externos. E o mesmo acontecia com a União, pois esta não possuía cópia, sequer, de 40 % dos textos de seus empréstimos externos. Tornava-se imprescindível e urgente, em face de tais circunstâncias gravíssimas e das mais lamentáveis consequências para o bom nome dos responsáveis pelos destinos do Brasil, fazer o levantamento sistemático das nossas dívidas e o balanço integral dos nossos compromissos. Não era possível governar sem definir e precisar as responsabilidades da República. Para dar cumprimento a êsse mandato imperativo, constituiu-se a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos, incumbida de apurar a dívida externa, a dívida flutuante, a receita e a despesa, as possibilidades produtivas, a capacidade industrial e agrícola, as médias anuais de importação e exportação dos Estados e Municípios.

O Govêrno Provisório confiou a sua direção ao Sr. Oswaldo Aranha, ilustre Ministro da Fazenda, que a organizou e articulou, presidindo quasi todas as suas reuniões. E, para lhe imprimir a necessária eficiência, pediu o concurso de técnicos experimentados e cidadãos ilustres, como sejam os srs. António Carlos Ribeiro de Andrada, grande parlamentar, ex-Ministro da Fazenda, ex-Presidente de Minas Gerais e atual Presidente da Assembléa Nacional; J. G. Pereira Lima, ex-Ministro da Agricultura e membro da Câmara de Reajustamento Econômico; Agenor de Roure, Presidente do Tribunal

## O ESQUEMA DAS DÍVIDAS EXTERNAS

de Contas; José Carlos de Macedo Soares, figura de relevo na política e na indústria de São Paulo, desempenhando, agora, as funções de Ministro das Relações Exteriores; Major Juarez Távora, a quem o Ministério da Agricultura deve tão assinalados serviços; Oscar Weinschenck, membro da Constituinte e delegado à Conferência Monetária e Econômica de Londres; Joaquim Castrambí, Presidente do Conselho Administrativo da Caixa de Amortização; deputados Mário de Andrade Ramos e Waldemar Falcão; Eugênio Gudín, Alceu Azevedo e Luis Betim Pais Leme, especialistas sobejamente reputados por seus trabalhos; Valentim Bouças, membro das delegações que representaram o Brasil nas Conversações Preliminares, em Washington, e na Conferência Monetária e Econômica de Londres, no ano de 1933.

A análise minuciosa, a que procedestes, nos balanços financeiros das unidades federativas, foi o primeiro passo no caminho da reorganização administrativa do Brasil. Depois de convenientemente apuradas as nossas dívidas, pôde o Governo traçar diretrizes firmes, no sentido de equilibrar as despesas suprimindo gastos inúteis ou adiáveis e aumentando as receitas, pela prática de arrecadação rigorosa das fontes de rendas. Para fazer idéia justa da compressão a que foram submetidos os Estados, basta referir as importâncias globais das despesas correspondentes aos últimos cinco anos:

1928	—	1.381.631:000\$000
1929	—	1.672.690:000\$000
1930	—	1.484.627:000\$000
1931	—	1.450.700:000\$000
1932	—	1.260.312:000\$000

O simples confronto entre o *deficit* de 1929 e o de 1932 seria suficiente para atestar o escrúpulo com que

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

se houve o Governo Provisório, na gerência dos dinheiros públicos. Em 1929, época de perfeita normalidade, registou-se um *deficit* de 423.951:000\$. Em 1932, máu grado as perturbações gravíssimas, resultantes de um movimento armado que perdurou vários meses, o *deficit* atingiu a 178.279:000\$, o que vale dizer menos da metade daquele que se verificou em ocasião de absoluto desafôgo e paz interna.

Mercê dos vossos esforços e do cuidado com que vos desincumbistes da vossa tarefa, possuímos, hoje, levantamento completo dos empréstimos externos dos Estados e Municipalidades. O total dessas operações cifra-se, desde o Império até agora, em £ 202.083.865. Resgataram-se £107.479.460 e a circulação atual sobe a . . . . . £94.604.405, ou sejam 3.784.176:000\$, ao câmbio de 6 d..

Os quatro alentados volumes que publicastes acêrca das Finanças do Brasil, enriquecidos com abundante material estatístico, lastreados de preciosos pareceres e estudos, são o melhor repositório para o exame do assunto. Ninguém poderá, doravante, prescindir dêsse admirável trabalho, que, em verdade, constitui um espelho da história financeira do nosso país. Sem êle, certamente, não seria possível delinear o esquema das nossas dívidas externas; sem êle, não poderíamos aquilatar, por exemplo, em todas as suas consequências, o legado oneroso que a Revolução recebeu dos governos passados.

O que ainda não se conseguira obter durante mais de um século de atividade administrativa realizou o Governo Provisório em menos de três anos, graças ao vosso labor. A escrituração nacional está em ordem. Saímos, assim, do caos elementar em que nos achávamos, com evidente prejuízo, não só do Tesouro, mas, sobretudo, em detrimento da nossa capacidade construtora.

## O ESQUEMA DAS DÍVIDAS EXTERNAS

Senhores: Recebei, por tudo isso, os agradecimentos do Governo. No serviço que prestastes e continuais a prestar ao Brasil, está, sem dúvida, a mais alta recompensa: a satisfação que decorre de um puro e generoso ato de patriotismo. Da vossa dedicação exemplar a Nação espera os melhores frutos.



# A secular amizade uruguaio- brasileira

(SAUDAÇÃO AO PRESIDENTE GABRIEL  
TERRA, EM BANQUETE A SUA EXCE-  
LÊNCIA OFERECIDO NO ITAMARATI, A  
18 DE AGOSTO DE 1934)



## SUMÁRIO

O mais belo e generoso símbolo de concórdia entre Uruguai e Brasil é o exemplo de nossas fronteiras geográficas, onde as cidades brasileiras se articulam com as uruguaias, confundindo-se e interpenetrando-se.



**S**r. Presidente: O Govêrno e o povo do Brasil recebem a visita de Vossa Excelência como testemunho desvanecedor da amizade secular, que, por vínculos de profunda e espontânea simpatia, une estreitamente as nossas Pátrias. A comunhão do pensamento, o paralelismo dos costumes, a semelhança dos idiomas, os penhores do espirito e do carater, aproximaram as trajetórias dos nossos países, conduzindo-os firmemente para a consecução dos mesmos objetivos de paz e dos mesmos ideais de respeito aos direitos do homem.

O exemplo das nossas fronteiras geográficas, onde as cidades brasileiras se articulam com as uruguaias confundindo-se e interpenetrando-se, vale pelo mais belo e generoso símbolo de concórdia e deveria servir de paradigma às relações entre os Estados lindeiros. Nossos marcos divisórios separam territórios mas não apartam os corações nem afastam, por nenhum dissídio, os laeis vizinhos que, do Quaraim ao Jaguarão, constituem uma família única, dedicada inteiramente aos labores do campo.

Afeitos aos misteres da vida rural, uruguaio e brasileiro educaram-se na disciplina do trabalho varonil, formando essa legião de criadores e agricultores que, nas herdades e nas estâncias natais, prepara o advento de uma nova humanidade, na América.

Vossa Excelência, Sr. Presidente, pôde verificar, de modo direto, nos aplausos com que o saudou a população do Rio de Janeiro, a têmpera da afeição que nos inspira a República Oriental do Uruguai. E, se não bastassem os tratados expressivos que temos concluído,

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

desde o Império até hoje, tratados que demonstram à sociedade os sentimentos fraternos que nos animaram através do tempo, as manifestações de hoje consagrariam, definitivamente, a segurança e a harmonia dos nossos propósitos comuns.

Seria escusado acentuar o prazer com que o hospedamos. Amigo dileto do Brasil, Vossa Excelência encontrará, no lar brasileiro, uma réplica dos solares onde se formou a valorosa linhagem dos Artigas. Entre essa progênie de patriotas, o nome de Vossa Excelência ficará gravado na história do Uruguai. Chefe de Estado modelar, não só pela visão perfeita dos teoremas políticos, mas, também, pelo senso geométrico das realidades sociais e das questões administrativas, conseguiu Vossa Excelência imprimir feição prática e dar fundamento sólido às leis orgânicas do país que dirige, adaptando-o às necessidades econômicas da era contemporânea. Cumpriu, assim, Vossa Excelência, aquele axioma invocado, no seu discurso proferido em Tacuarembó, no ano de 1931: “La política no se compone de los problemas que el político encuentra planteados, sino que es ante todo un sistema de problemas que el plantea al país, por creer que fermentan en el seno de la conciencia nacional y constituyen el secreto de los acontecimientos futuros”.

Esse dom de prever é, em verdade, a base mesma da arte de governar. E prever é dominar as circunstâncias que poderão apresentar-se; é removê-las, pela observação dos fatos e pela experiência dos acontecimentos passados. Vossa Excelência teve o privilégio de auscultar, no momento propício, os imperativos secretos da coletividade nacional, condensando nos dispositivos da Carta Magna de 1934 os anseios, os reclamos, as aspirações do povo uruguaio. Sua palavra de propagandista, movido tão somente pelos mais puros desígnios, foi a semente de que

## A SECULAR AMIZADE URUGUAIO-BRASILEIRA

germinou a nova Constituição. De Tacuarembó a Montevidéu, rasgou-se, ao influxo da sua eloquência, uma seara fecunda, cuja messe riquíssima as gerações vindouras abençoarão.

O povo brasileiro, Sr. Presidente, compartilhará dessa felicidade.

Sob o signo da grandeza crescente do Uruguai, ergo a minha taça pela ventura pessoal de Vossa Excelência e da Exma. Sra. Gabriel Terra, pela união perene dos nossos dois povos, pela prosperidade da América.



# A união sagrada dos brasileiros

(DISCURSO PRONUNCIADO NA ESPLANADA DO CASTELO, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DO JURAMENTO À BANDEIRA, A 7 DE SETEMBRO DE 1934)



## SUMARIO

A formação do Brasil e as virtudes da raça que se levanta neste rincão do planeta — Quatro séculos de energia perseverante — O sentimento nacional desde as batalhas dos Guararapes — O ideal da Independência — O grande domínio que herdámos de nossos maiores — A unidade brasileira como dogma inviolável.



**B**rasileiros! A todos vós que me ouvís, neste momento, em todos os quadrantes do Brasil: seringueiros das florestas amazônicas, jangadeiros do Norte, praiheiros do nosso litoral, mineradores do maciço central, usineiros pernambucanos e fluminenses, fazendeiros de São Paulo, pastores das coxilhas do Sul, industriais e operários, sertanejos e cidadãos, soldados e marinheiros, estudantes e professores, sacerdotes da religião da Pátria, a todos vós, homens do trabalho e homens do pensamento, que, nos campos e nas densas aglomerações urbanas, curvados sôbre a terra, sôbre os livros, sôbre os teares das fábricas ou sôbre as retortas dos laboratórios, estimulais a riqueza moral, espiritual e material do nosso país, a todos vós, construtores da nacionalidade, a minha saudação cordial!

Neste dia consagrado à Pátria, quero afirmar-vos com a mais ardente convicção: Tende fé no Brasil! A nossa história é a melhor fiadora da esperança que deveis depositar no futuro. Quem, atentamente, despojando-se de preconceitos e paixões, considerar o patrimônio que herdámos do passado e não tiver confiança nos nossos destinos, é indigno do legado que recebeu! A formação do Brasil vale pelo mais luminoso testemunho das virtudes da raça que se levanta, neste rincão do planeta, em benefício da comunhão universal. Somos o resultado de quatro séculos de energia perseverante que, através de lutas e sobressaltos, vencendo os óbices da natureza agreste e os entraves das ambições humanas, vigiando, no litoral e nas fronteiras, as agressões estranhas, preservando, no

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

interior, a obra e o esforço das gerações passadas, conseguiu conquistar e defender um dos mais dilatados impérios do mundo !

Desde o século XVII, depois das batalhas dos Guararapes, ganhas mercê da tenacidade e da coragem do heroísmo brasileiro, o sentimento nacional cristalizou-se entre nós, de modo seguro, desenvolvendo-se com firmeza, abatendo todas as resistências. A força de absorção do meio físico predominou, misteriosamente, sobre quaisquer idiosincrasias étnicas. A conquista do território, feita pelos rudes exploradores do rio das Velhas, do Tieté, do Parapanema, do Amazonas, da serra da Mantiqueira, da serra do Mar, a travessia do planalto central, o descobrimento das minas, o ímpeto dos bandeirantes, que atingiram as praias do Pacífico, em arriadas destemerosas, foram empreendimentos da gente nascida neste lado do Atlântico. A miragem do metal precioso e das pedrarias não esgotou, nos corações sertanejos, o amor da Pátria que amanhecia. Raros foram aqueles que acumularam pecúnia. As pepitas e as piscas das minerações atestaram as arcas ultramarinas. E, enquanto, à luz do sol, um rio de ouro escorria para a Metrópole, num total de mais de 10.000.000:000\$, só no século XVIII, outro rio ia fluindo, silenciosa e obscuramente, nas entranhas da Nação: o manancial em que se abeberou o ideal da Independência.

Esse ideal palpita em quasi todas as páginas das nossas efemérides, onde estão gravados os nomes de Henrique Dias, Camarão, Borba Gato, Pais Leme, Bartolomeu Bueno, Tiradentes, Cláudio Manuel da Costa, Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima, Domingos José Martins, Pinto Bandeira, Borges do Couto, Joaquim Gonçalves Lêdo, Hipólito da Costa, José Bonifácio e tantos e tantos outros que, para varrerem do solo natal os seus

## A UNIÃO SAGRADA DOS BRASILEIROS

ocupantes, sacrificaram haveres, honrarias e a própria vida, pondo no sêlo do sangue o braço da liberdade!

Brasileiros! Debruçai-vos sôbre o mapa da nossa Pátria! Observai o imenso domínio de que se apoderaram os nossos maiores, desprezando vicissitudes, retemperando o carater, a cada hora, nas lides contra os accidentes naturais, recuando as raias da superfície geográfica até aos pendores da cordilheira dos Andes, galgando montanhas, transpondo caudais, varando saltos e cachoeiras, rompendo estradas em regiões inhóspitas, drenando pantanos e alagadiços e assentando os alicerces de uma Nação de cêrca de nove milhões de quilômetros quadrados!

Essa epopéia, entretanto, é sobrepujada por outra ainda mais impressionante e que deve encher de justo orgulho a todos vós. A manutenção da unidade brasileira constituiu fenômeno sem paralelo na história dos povos modernos. O centrifugismo foi a lei que imperou em nosso Continente. Enquanto, ao longo das nossas lindes, os vice-reinados espanhóis se desagregavam, decompondo-se em dezenas de Estados; enquanto, na Europa e na Ásia, poderosos impérios se desarticulavam, mantínhamos com inquebrantável fidelidade o ritmo da nossa união sagrada. Nada nos separou, nada teve o dom de afrouxar os elos que nos soldam numa cadeia indivisível. A unidade brasileira é um dogma inviolável e um exemplo que nos servirá sempre de bússola no rumo do porvir.

Brasileiros! Tende fé no Brasil! Afastai do vosso espírito quaisquer prejuízos de casta, quaisquer temores de ameaças perturbadoras do desenvolvimento nacional. Em pouco mais de um século de independência, estão aí, para confirmar a nossa capacidade creadora, dezenas de cidades, algumas das quais já se inscrevem entre as mais importantes do mundo, centenas de fábricas de todos os artefatos, formidáveis florestas plantadas pelo homem, nu-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

merosos portos, onde milhares de navios despejam e carregam os produtos do trabalho universal, estradas de ferro e rodovias que se multiplicam por milhares de quilômetros de extensão, universidades superiores, escolas técnicas e fundamentais, centros de preparação militar e naval, de onde saem, anualmente, legiões de operários da grandeza do país.

Uní-vos cada vez mais. Da vossa colaboração infatigável surgirá um Estado forte, coêso, capaz de promover a ventura e a fortuna da coletividade. Acima dos ódios e das rivalidades, acima dos partidos e das competições, paira a imagem da Pátria.

Brasileiros! O Brasil confia em vós!

# O Rotary Club do Brasil e a comunhão internacional

(DISCURSO PRONUNCIADO NO "ROTARY  
CLUB", A 7 DE SETEMBRO DE 1934)



## SUMÁRIO

A comunhão internacional — O futuro promissor da nacionalidade brasileira — O Rio de Janeiro ha cem anos passados — O Brasil aberto à colaboração de todos os povos.



**S**enhores: Associando-vos às comemorações com que, em todo o país, o povo brasileiro manifesta o seu júbilo, neste dia consagrado à Pátria, quisestes demonstrar, de maneira significativa, a confiança que depositais nos destinos do Brasil.

Vossa benemérita cruzada em favor da comunhão internacional, em benefício de todos os homens de boa vontade, não se inspira somente em propósitos ideológicos, sem base na realidade. Os rotarianos, que se agrupam, generosamente, em todos os continentes, não perdem de vista os interesses de cada uma das suas respectivas nações. Eles testemunham, assim, um conhecimento perfeito das condições necessárias ao progresso e ao fortalecimento das relações entre os Estados. O amor da Pátria é um dogma de respeito essencial à verdadeira compreensão dos mais altos desígnios humanos. Quem não cultua o seu próprio lar, quem olvida a sua própria família, quem despreza as suas tradições e malbarata o patrimônio herdado dos maiores, não poderá jamais perceber as afinidades secretas que, por cima das fronteiras, aproximam os corações e atraem os espíritos.

O patriotismo dos rotarianos avigora-se no contacto com as classes de todos os países do mundo. Por isso mesmo, a atividade fecunda que desenvolveis em favor da união e da concórdia universais tem produzido os melhores frutos e, lenta mas seguramente, acrescerá, com o acervo de novas e brilhantes messes, o prestígio da vossa instituição.

Rotarianos! Converti a vossa palavra, que se irradia através do planeta, em mensagem de fé no Brasil.

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Podeis, sem orgulho falso, afirmar a vossa integral certeza no futuro promissor da nacionalidade que se levanta, num dilatado império de quasi nove milhões de quilômetros quadrados, ao serviço das grandes causas da humanidade.

Em pouco mais de um século, a despeito de condições mesológicas duríssimas, conseguimos, mercê do esforço persistente das gerações passadas, construir, no trópico, o Estado mais importante, pela riqueza e variedade das suas contribuições morais, espirituais e materiais, situado neste paralelo geográfico. Há menos de cem anos, o Rio de Janeiro inscrevia-se entre as cidades exóticas, de clima inhóspito e malsinado. Os vestígios dessa era, ainda relativamente próxima, foram removidos definitivamente. As ruas tortuosas do período colonial, que eram o tormento dos cronistas e viajantes, os pardieiros pesados e desconformes, os mangues pestilenciais, onde reinava o paludismo endêmico, a febre amarela, que nos equiparava à costa d'África e aos ilhotas das Antilhas, a mancha da escravidão, desapareceram para sempre. Transformou-se a nossa Capital, com as suas grandes artérias urbanas, com as suas diferentes técnicas da indústria moderna, as avenidas litorâneas, as luzes que a inundam, invadindo morros, praias e florestas, num índice de cultura, polimento e refinada civilização.

Ainda no comêço dêste século, não possuíamos, sequer, um pôrto digno de tal nome; as nossas estradas de ferro venciam penosamente os declives das serras; a nossa rêde rodoviaria cifrava-se, não raro, nas picadas, nos atalhos e nos caminhos vicinais da época do cavalo e do carro de boi. A energia do brasileiro, a sua capacidade creadora, a sua coragem paciente, dominaram os mais terríveis óbices. E o Brasil colocou-se, em alguns lustros, na fileira das grandes nações. Aí estão as suas nu-

## O ROTARY CLUB DO BRASIL

meras cidades cuja população varia entre mais de um milhão e centenas de milhares de almas; os seus portos esplêndidos; as suas plantações, que rivalizam com as mais densas dos Estados Unidos, do Canadá e da Rússia; as suas fábricas, onde se produzem todos os artefatos e que constituem um parque industrial sem similar na América Latina; os seus laboratórios científicos, como Mangueiras, Butantan e o Instituto Vital Brasil, de onde têm saído pesquisadores e sábios admirados em todos os centros de cultura; as suas Academias, as suas Escolas; aí estão, em suma, as provas concludentes, meridianas, irrecusáveis, de que nem as vicissitudes políticas nem as crises econômicas impediram o surto firme, constante, irrefreável, do progresso vertiginoso do Brasil.

Rotarianos! Podeis dizer aos vossos companheiros, na América, na Europa, na Ásia, na África e na Oceânia, que, em mais de um século de independência, não provocámos nem um conflito; não aumentámos as raias do nosso território à custa de guerras; definimos a linha das nossas fronteiras imensas por meio de acôrdos pacíficos; repelimos, como indignos de nossa formação, quaisquer preconceitos de raça ou de casta.

O Brasil, guardado com zêlo extremoso pelos seus filhos, está aberto à colaboração de todos os povos. Aquí, entre as nossas imensas possibilidades, os capitais estrangeiros terão seguras garantias, larga e compensadora remuneração; no seio de um povo acolhedor e carinhoso, os visitantes encontrarão um país de panoramas maravilhosos, com a mais bela capital do mundo, e, aos imigrantes honrados, abrem-se as portas de uma fraternidade leal que os conduzirão ao recesso da família brasileira, à esperança de melhores dias e à tranquilidade da paz e do trabalho.



# A cooperação da Associação Comercial do Rio de Janeiro com os poderes públicos

(DISCURSO PRONUNCIADO NA ASSOCIAÇÃO  
COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO,  
EM 8 DE SETEMBRO DE 1934)



## SUMÁRIO

O intercambio das riquezas e das utilidades — A Associação Comercial do Rio de Janeiro e suas benemerências — A doação, ao Governo, do Colégio Militar, terreno e dependências.



**S**enhores: A data que, hoje, comemorais, deve inscrever-se entre as mais significativas de quantas realçam a história da nossa Capital, não só pelo que ela exprime, em si mesma, senão também pelo que testemunha em favor da capacidade construtiva, do esforço persistente, da inteligência organizadora do comércio do Rio de Janeiro. Ninguém poderá esquecer, ao realizar o balanço dos nossos progressos nesta última centúria, o labor desenvolvido pela Associação Comercial, em benefício da nossa cidade máxima. O resumo da vossa atividade compendia, em grande parte, reflete, em muitos passos, as diferentes fases da crônica social, econômica e política da vida carioca.

Fundada para defender os interesses de uma classe numerosa, empenhada em estimular o crescimento do mercado brasileiro, facilitando o intercâmbio das riquezas e das utilidades, a Associação Comercial do Rio de Janeiro não se arreceou, por vezes, de ir ao encontro das aspirações públicas, sacrificando, pelo amor do povo, as vantagens de uma discreta neutralidade, em face do poder. Antes mesmo da Independência, quando esta benemérita instituição apenas madrugava, enfrentou as iras de autoridade prepotente que, em 1821, lhe arrebatou o edifício modesto onde se instalara, convertendo-o em repartição aduaneira. Esse castigo, todavia, faz honra aos que sofreram, pois demonstra, no tribunal do sacrifício corajosamente suportado, o preço pago à liberdade pelo patriotismo.

Alheando-se, com perfeita isenção, das lides de caráter partidário, a Associação Comercial do Rio de Ja-

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

neiro pode exhibir, no seu ativo, obras, empreendimentos e serviços do mais alto valor. Vale apontar, entre as suas benemerências, a doação, ao Govêrno, do Colégio Militar, terreno e dependências; a pensão concedida aos inválidos da Pátria, num total que excede um milhar de contos; a manutenção do telégrafo, pelo espaço de vários anos, à sua custa e para serventia de todos; a oferta da Escola de São Cristóvão aos poderes públicos; a compra da Ilha do Bom Jesus, para a instalação de um Asilo destinado aos Inválidos da Pátria; o alojamento gratuito da Bolsa, da Escola Municipal de Comércio, de Juntas de Alistamento Militar, da Inspetoria de Seguros, da Junta Comercial e do Conselho Superior de Comércio e Indústria; a construção, em parte, da área que lhe pertencia, do edifício dos Correios, mediante rigorosa prestação de contas ao Govêrno. Aí estão, apenas, alguns tópicos extraídos da vossa longa e brilhante fé de officio. Outros muitos mereceriam lembrança e todos documentam o espirito de iniciativa com que, durante um século, a Associação Comercial do Rio de Janeiro se tem recomendado à espontânea admiração do povo e dos dirigentes da Nação.

Senhores: Sinto-me feliz em oferecer-vos o testemunho do meu sincero aprêço pela obra que realizastes no passado, pelo desinterêsse com que prosseguís no respeito a essas tradições de bôa vontade e colaboração. Formulo os mais ardentes votos para que, pelo tempo adiante, os dias da vossa instituição sejam todos consagrados, como até agora, ao serviço da Pátria, de que a Associação Comercial do Rio de Janeiro, órgão conservador por excelência, é uma das mais lídimas expressões.

# A Igreja e a tradição cristã do povo brasileiro

(SAUDAÇÃO AO CARDEAL PACELLI, A 20  
DE OUTUBRO DE 1934)



## SUMÁRIO

As relações de inalterável amizade entre o Brasil e a Santa Sé — A ação eficiente, perseverante e benemérita da Igreja na fundação de nossas cidades.



**É** com os mais vivos e sinceros sentimentos de regozijo que o Brasil abre seus braços acolhedores para receber a honrosa visita que, neste momento, tanto nos desvanecer. Na pessoa de Vossa Eminência, Sr. Cardeal Pacelli, nós nos comprazemos em saudar um Sacerdote de grande relêvo moral e largo descortino diplomático, que, nos dias difíceis em que vivemos, com a sua palavra serena e a sua ação iluminada, tem cooperado para a pacificação dos espíritos e a fraternização dos povos. Na pessoa de Vossa Eminência folgamos, ainda, de prestar as nossas homenagens à maior fôrça moral do mundo contemporâneo, encarnada, em nossos dias, na figura inconfundível de Pio XI, de quem Vossa Eminência, há tantos anos, é o colaborador fiel e, neste momento, o representante extraordinário nas terras americanas.

As relações de inalterável amizade entre o Brasil e a Santa Sé constituem uma das tradições mais caras da nossa diplomacia. Por complexo de circunstâncias singulares, antes mesmo de firmarmos a nossa independência, já tínhamos a honra de hospedar um representante do Santo Padre nesta cidade. Depois de conquistado definitivamente o nosso lugar no convívio dos povos livres, por mais de um século, sem rotura nem solução de continuidade, os enviados da Santa Sé e o Brasil mantiveram inabaláveis, entre as duas soberanias, as relações da mais perfeita cordialidade. A República, na sua primeira Constituição de 1891, proclamou a separação entre a Igreja e o Estado; mas essa separação, no intuito dos que elaboraram a Magna Carta, na prática sensata dos que a executaram, não foi um divórcio nem se

## A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

baseou em sentimentos ímpios. Foi, apenas, uma definição política entre dois poderes que se julgam, na mesma obra de paz e de progresso. Esta hermenêutica moderada e liberal, inspirada pelo alto espírito de conciliação e bom senso dos governos que se têm sucedido na vida republicana do país, acaba de receber, explícita, a aprovação da recente Assembléia Constituinte, que votou, no seu artigo 17, "a colaboração recíproca em prol do interesse coletivo" de todas as forças espirituais e materiais da nacionalidade. Foi assim que a organização política da República julgou permanecer fiel às tradições da nossa história e às realidades vivas do nosso povo. Quem percorrer as páginas da fundação das nossas grandes cidades, do desenvolvimento da instrução, da origem e evolução das nossas liberdades e das nossas instituições sociais, encontrará, em todas elas, eficiente, perseverante e benemérita, a ação da Igreja. E desta ação imprescindível continua sempre o Brasil a esperar o concurso inestimável para a construção do seu porvir. E' sobre a sólida formação cristã das consciências, é sobre a conservação e defesa dos mais altos valores espirituais de um povo que repousam as garantias mais seguras da sua estrutura social e as esperanças mais fundadas da grandeza, estabilidade e desenvolvimento das suas instituições. Queira, pois, aceitar, Eminentíssimo Sr. Cardeal, em nome do meu Governo e do povo brasileiro, com os votos sinceros de boas vindas entre nós, a expressão mais alta das nossas homenagens.



ÊSTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO  
*nas oficinas da*  
EMPRESA GRÁFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS",  
rua Xavier de Toledo, 72 - São Paulo,  
*para a*  
*Livraria* JOSE' OLYMPIO *Editora,*  
RIO DE JANEIRO,  
*em Outubro de 1938.*

